

**HELOÍSA VICCARI JUGEICK BELINE**

**A(S) CENSURA(S) NAS PRÁTICAS LETRADAS DA ACADEMIA  
BRASÍLICA DOS ESQUECIDOS**

ASSIS

2017

**HELOÍSA VICCARI JUGEICK BELINE**

**A(S) CENSURA(S) NAS PRÁTICAS LETRADAS DA ACADEMIA  
BRASÍLICA DOS ESQUECIDOS**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestrado Acadêmico em Letras (Área Conhecimento: de Literatura e Vida Social)

Orientador: Dr. Carlos Eduardo Mendes de Moraes

Bolsista: CAPES

ASSIS

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca da F.C.L. – Assis – Unesp

B431c Beline, Heloísa Viccari Jugeick  
A(s) censura(s) nas práticas letradas da Academia Brasileira dos Esquecidos / Heloísa Viccari Jugeick Beline. Assis, 2017.  
135 f. : il.

Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras  
de Assis – Universidade Estadual Paulista.

Orientador: Dr Carlos Eduardo Mendes de Moraes

1. Academia Brasileira dos Esquecidos. 2. Literatura brasileira - Sociedades, etc. 3. Censura. 4. Retórica. I. Título.

CDD 801

HELOÍSA VICCARI JUGEICK BELINE

A(S) CENSURA(S) NAS PRÁTICAS LETRADAS DA ACADEMIA  
BRASÍLICA DOS ESQUECIDOS

Dissertação apresentada à Faculdade de  
Ciências e Letras – UNESP/Assis para a  
obtenção do título de Mestrado Acadêmico em  
LETRAS (Área de Conhecimento:  
LITERATURA E VIDA SOCIAL)

Data da Aprovação: 10/02/2017

COMISSÃO EXAMINADORA

Presidente: Prof. Dr. CARLOS EDUARDO MENDES DE MORAES - UNESP/ASSIS

Membros: Prof. Dr. ODILON HELOU FLEURY CURADO - UNESP/ASSIS

Prof. Dr. ANELITO PEREIRA DE OLIVEIRA - UNIMONTES/Montes Claros-MG

À Bete e Del, queridíssimos pais.

Ao Maurício, o Zé.

À Nairzinha, vizinha linda.

Ao Nê, amor eterno.

Ao Pingo, companheirinho.

À Sarinha e Miguelzinho, meus anjos.

À Isa (bela).

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por sua luz e sabedoria.

À CAPES, pelo incentivo à pesquisa, o que possibilitou a minha dedicação exclusiva.

Ao professor, mentor e admirável Dr. Carlos Eduardo Mendes de Moraes, pelas orientações, estímulos e paciência em desenvolver o meu espírito de pesquisadora. Nunca é demais agradecê-lo pela sua humanidade, disponibilidade e afeto. Certamente é todo o “culpado” por despertar em mim, desde a graduação, a paixão pela Literatura da Era Colonial.

Ao professor Dr. Álvaro Santos Simões Júnior, pelo carinho, dedicação e disponibilidade nos momentos de orientação e esclarecimento de dúvidas. Foi o “culpado” também por despertar o meu interesse pela História da Imprensa e dos Periódicos no Brasil do Século XIX.

À professora Dra. Sandra Aparecida Ferreira, pelas aulas encantadoras e pelas contribuições na elaboração do trabalho. Foi a terceira “culpada” por amadurecer o meu espírito crítico – e por muitas vezes humano – nas aulas de Método e Análise Literária, as quais, indiscutivelmente, auxiliaram no desenvolvimento deste trabalho.

Ao professor Dr. Odilon Helou Fleury Curado, pelas observações, cuidado e generosidade em seus apontamentos.

À minha família baririense, pela torcida, por acreditar e mergulhar comigo no meu sonho de pós-graduanda e por s-e-m-p-r-e estar presente com o seu aconchego. À família palmitalense, por compreender a minha ausência e pelas boas vibrações. À minha família assisense, pelo apoio diário, por me ouvir horas e horas falar da pesquisa, com toda a paciência e interesse, e por acreditar comigo que daria tudo certo.

À minha mamãe (linda) Bete. Suas orações, seu amor incondicional e suas palavras de incentivo fizeram – fazem e farão sempre – toda a diferença.

Ao meu companheiro de jornada, cúmplice, marido Júnior. Sem o seu amor, nada disso teria sentido.

*O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem. O que Deus quer é ver a gente aprendendo a ser capaz de ficar alegre a mais, no meio da alegria, e inda mais alegre ainda no meio da tristeza!*

**Guimarães Rosa**

BELINE, Heloísa Viccari Jugeick. **A(s) censura(s) nas práticas letradas da Academia Brasílica dos Esquecidos**. 2017. 135 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Letras). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2017.

## RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo realizar um estudo dos parâmetros ideológicos e formais – tratados como censura(s) – e que orientaram as práticas letradas da Academia Brasílica dos Esquecidos, primeira agremiação histórico-literária do Brasil, fundada na Bahia em 1724 pelo Vice-Rei Vasco Fernandes César de Meneses. Para tanto, fez-se, no primeiro capítulo, um estudo do contexto sócio-histórico da academia, que remonta à Contrarreforma e suas peculiaridades, no que tange à “política católica” praticada pela Coroa Portuguesa. Constatou-se que o letrado deveria ter uma postura adequada para pertencer à ABE. Essa postura deveria ser pautada pelo conjunto de virtudes para se atingir o bem supremo, apontadas por Aristóteles em sua *Arte Retórica*, a fim de que, norteado pela prudência, requisito imprescindível para o bom sucesso do homem arguto, pudesse integrar essa *subcorte* (que assim foi considerada na pesquisa por representar a ascensão ao poder pelo saber). No segundo capítulo, realizou-se um levantamento dos poemas coletados no Instituto de Estudos Brasileiros da USP, em forma de edição mecânica, a fim de se estabelecerem os critérios adotados pelo Secretário da Academia, José da Cunha Cardoso, para a aprovação da divulgação das ideias da Academia, seguindo, para atingir este objetivo, as reflexões de Moreira (2011): tornar de conhecimento público o texto produzido pelo letrado no espaço restrito (particular) da ABE. Diante disso, pôde-se perceber que todos os critérios de censura – dos 15 levantados – vinculavam-se aos aspectos formais do poema. Ademais, elaborou-se um quadro com poemas que, de alguma forma, faziam referência à prática da censura e que continham os parâmetros avaliados pelo Secretário. Já no que se refere à prosa, realizou-se um levantamento das matérias (*inventio*) e dos gêneros (*dispositio*) abordados nas orações. A partir da investigação dos elementos que os escritos em verso e prosa ofereciam em suas matérias e gêneros, constatou-se que os parâmetros diziam respeito às regras da agudeza e da retórica aristotélica e que eram orientados pelo decoro. O terceiro capítulo do trabalho foi dedicado ao estabelecimento dos parâmetros de censura para a elaboração dos textos com a utilização de um arcabouço teórico que desse conta das especificidades formais e históricas relativas ao funcionamento da instituição oficial denominada ABE: Hansen (2000 e 2004), Grigera (2008), Carvalho (2007), Chartier (1990) e Moreira. Ora, se existiram impedimentos para a produção de textos e para o comportamento do letrado, optou-se por utilizar o termo *censura* para indicar os mecanismos que regulavam a representação do (melhor) homem daquele momento: o decoro e a prudência. Essa censura foi bipartida em ideológica e formal, embora esses aspectos se integrem e revelem que o letrado deveria ser o resultado do conjunto de virtudes morais e intelectuais solicitado pelo ambiente acadêmico / cortesão. Diante do que foi estudado, concluiu-se que esses parâmetros, além de indicar o perfil do homem das letras daquela época estavam a serviço da Coroa Portuguesa, e, por conseguinte, da Igreja, como uma maneira de reforçar a hierarquia e de manter a unidade do poder.

Palavras-chave: Academia Brasílica dos Esquecidos. Literatura brasileira – Sociedades, etc. Censura. Retórica.

BELINE, Heloísa Viccari Jugeick. **Censorship(s) in the lettered practices in the Brazilian Academy of the Forgotten.** 2017. 135 f. Dissertation (Masters of Literature). – Faculty of Sciences and Letters, São Paulo State University “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2017.

## ABSTRACT

This dissertation has the objective of carrying out a study of the ideological and formal parameters - considered as censorship - that guided the practices of the learned men of the Brazilian Academy of the Forgotten, the first literary and historical association of Brazil, founded in Bahia in 1724 by Vice-Rei Vasco Fernandes César de Meneses. For that, the first chapter consisted of a study of the socio-historical context of the Academy, dating back to the Counter-Reformation and its peculiarities, considering the "Catholic politics" practiced by the Portuguese Crown. In the first chapter, it was concluded that the men of letters should have an adequate posture in order to participate in the Academy. That posture should follow the set of virtues to achieve the supreme good, as Aristotle prescribed in his Rhetoric, so that, guided by prudence – necessary prerequisite for the success of the sharp-witted man – he could integrate this “subcourt” (as such referred to in this research, representing the rise to power through knowledge). In the second chapter, it is presented a survey of the poems archived in the Institute of Brazilian Studies of São Paulo University, in the form of a mechanical edition, in order to establish the criteria adopted by the Secretary of the Academy (José da Cunha Cardoso) to approve the ideas to be disseminated by the Academy, to reach this objective, the research follows the reflections of Moreira (2011): to make public the texts produced by the literati in that restricted (private) space of the Brazilian Academy of the Forgotten. In the face of this, it was possible to perceive that all the censorship criteria raised were related to the formal aspects of the poem. In addition, a table was elaborated with poems that in any way made reference to the censorship and that contained the parameters evaluated by the Secretary. As far as prose is concerned, a survey of the content (*inventio*) and the genres (*dispositio*) addressed in the orations was carried out. From that investigation of the elements that the writings in verse and prose offered in their subjects and genres, it was verified that the parameters were related to the rules of wit and the Aristotelian rhetoric and that they were guided by a *decorum*. The third chapter of this work was devoted to the establishment of censorship parameters used during the preparation of texts, by following a theoretical framework that would take into account the formal and historical specificities related to the functioning of the official Brazilian Academy of the Forgotten institution: Hansen (2000 and 2004), Grigera (2008), Carvalho (2007), Chartier (1990) and Moreira. Thus, to define any restriction applied to the production of texts and to the behavior of the men of letters, we chose to use the term censorship, which indicates the mechanisms that regulated the representation of the (best) man as they understood during that historical period: decorum and prudence. That censorship had two aspects, ideological and formal, although these aspects are integrated and reveal that the man of letters should be the result of a set of moral and intellectual virtues required

by the academic / courtier environment. Considering what was studied, we reached the conclusion that these parameters, besides indicating the profile of the men of the letters of that time, were at the service of the Portuguese Crown, therefore of the Church, as a way of reinforcing the hierarchy and of maintaining the unity of power.

Keywords: Brazilian Academy of the Forgotten. Brazilian Literature - Societies, etc.Censorship.Rhetoric.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**ABE** Academia Brasílica dos Esquecidos

**ARH** Academia Real da História Portuguesa

**ABR** Academia Brasílica dos Renascidos

**IEB** Instituto de Estudos Brasileiros

**Conf.** Conferência

**Cf.** Conferir

**RMC** Real Mesa Censória

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro-síntese dos poemas SOBRE censura	53
Quadro 2 - Quadro-síntese dos poemas com SUBCENSURA	64
Quadro 3 - Quadro-síntese com os temas das orações da ABE	86

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	15
<b>1º CAPÍTULO – CONTEXTOS E FUNDAMENTOS DA ABE</b>	21
1.1 Contextos sócio-histórico e religioso na fundação da ABE	22
1.2 O Concílio de Trento e a Tríplice Censura	22
1.3 O Poder Vigente	24
1.4 A “matriz” ARH e suas repercussões	27
1.5 Estrutura e funcionamento da ABE	30
1.5.1 ABE e Censura	33
<b>2º CAPÍTULO – A ABE EM PROSA E VERSO</b>	34
2.1 Produções letradas do cotidiano da ABE	35
2.2 Poesia	35
2.2.1 A função do Secretário / Censor da ABE	38
2.2.1.1 Os poemas SOBRE censura	45
2.2.1.2 Os poemas com SUBCENSURA	62
2.2.1.3 Os poemas SOB censura	64
2.2.1.3.1 Intervenções do Secretário	64
a. Acréscimo de palavra	64
b. Acréscimo de verso	65
c. Autocensura do Secretário	66
d. Correção ortográfica	67
e. Correção na didascália	68
f. Exclusão de estrofe	69
g. Exclusão de palavra	70
h. Exclusão de verso	71
i. Incapacidade	73
j. Observação do Secretário	74
k. Substituição de palavra	75
l. Substituição de verso	76
m. Troca na posição de palavra	77
2.2.1.3.2 Intervenções dos Acadêmicos	78
a. Observação do próprio acadêmico	78

b. Rasura do próprio acadêmico	80
2.2.1.3.3 Intervenções de Bibliotecários, Arquivistas, Pesquisadores e Editores	81
2.3 Prosa: As Orações da ABE	83
2.3.1 <i>Inventio</i> Aristotélica	83
2.3.1.1 Orações laudatórias com louvor de forma direta	86
2.3.1.2 Orações laudatórias com louvor na estrutura de problema	88
2.3.1.3 Orações que tratam das diretrizes	90
2.3.1.3.1 Diretrizes internas	90
2.3.1.4 Orações histórico-político-religiosas	92
2.3.1.5 Individuais	97
2.3.1.6 Filosóficas	99
2.3.2 <i>Dispositio</i> Aristotélica e os modelos de oração	101
<b>3º CAPÍTULO – CONSTATAÇÕES SOBRE A(S) CENSURA(S) PRATICADA(S) NA ABE</b>	109
3. A(s) Censura(s)	110
3.1 A Censura Ideológica	111
3.2 A Censura Formal	117
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	122
<b>REFERÊNCIAS</b>	124
<b>ANEXOS</b>	128
ANEXO A – Ata ou Notícia de Fundação da Academia Brasileira dos Esquecidos	129
ANEXO B – 25 cautelas para o uso das Agudezas	131

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem sua relevância porque busca colaborar com o *corpus* de estudo da literatura lusoamericana, tanto na historiografia literária quanto na história propriamente dita, além de contribuir com o grupo de pesquisa *A Escrita no Brasil Colonial*, o qual a pesquisadora integra desde a graduação, momento em que iniciou estudos relacionados ao movimento academicista brasileiro, especialmente ligados à ABE, à ABR e ao Padre Antônio de Oliveira, acadêmico pertencente às duas agremiações.

Durante o contato com a produção das duas academias em questão, levantaram-se dúvidas quanto a como e por que os textos eram elaborados naqueles moldes, sobretudo, por qual razão o louvor era praticado com tanta constância nas conferências, quais eram os critérios utilizados na escolha dos temas glosados e quais eram os parâmetros adotados pelos censores acadêmicos para a aprovação – ou não – de um texto. Após um levantamento do contexto histórico, tanto da Academia Brasílica dos Esquecidos quanto da Academia Brasílica dos Renascidos, pôde-se perceber que a censura orientava a elaboração dos textos e, portanto, optou-se por desvendar quais seriam os meandros da atividade censória daquele momento.

Entretanto, houve a necessidade de delimitar o estudo para a presente pesquisa. O critério utilizado foi simples: iniciar os estudos da censura existente na primeira agremiação brasileira construída nesses moldes, a fim de que, futuramente, fosse possível deslindar os aspectos relativos à atividade censória na sucessora, a Academia Brasílica dos Renascidos, de forma a compreender os parâmetros de escrita segundo a política do “Novo Regime”. O objeto da pesquisa é, nesse sentido, a Academia Brasílica dos Esquecidos, fundada na Bahia em 7 de março de 1724, cujo programa de trabalho consistiu em escrever a História Natural, Militar, Eclesiástica e Política do Brasil. O momento em questão foi marcado por atividades letradas oficiais<sup>1</sup>, as quais moldaram os paradigmas de escrita no século XVIII.

A pesquisa tem como objetivo o estudo dos parâmetros de censura existentes na Academia Brasílica dos Esquecidos, já que a ABE não possuía

---

<sup>1</sup> As atividades letradas oficiais consistiam no exercício das letras pautado em qualificações técnicas retórico-teológico-políticas a serviço da Coroa Portuguesa. Desse modo, o letrado adquiria certa distinção na sociedade hierarquizada da época.

registro de Estatutos que orientassem as referidas atividades. O que existiu foi apenas uma Ata ou Notícia de Fundação<sup>2</sup>, cujo conteúdo apresenta questões relacionadas aos fundadores, organização, funcionamento e propósitos da academia. No entanto, havia uma censura que se revelava nos textos da Academia, realizada pelo Secretário, o qual cuidou de fiscalizar se os acadêmicos produziam os textos de acordo com os modelos prescritos da época e, através disso, as regras acabaram sendo legitimadas.

Ao analisar os documentos da ABE nas suas fontes primárias, foi possível verificar que a atividade censória realizada pelo Secretário José da Cunha Cardoso ou mesmo pelos próprios acadêmicos é evidente: foram reproduzidas em torno de 500 imagens das intervenções presentes nos textos a fim de que fosse viável estabelecer seus critérios. Entretanto, n' *O movimento academicista*, algumas vezes elas foram incorporadas ou simplesmente omitidas sem se fazer menção à decisão tomada como critério editorial.

Houve, naquele contexto, uma preocupação em seguir modelos pré-concebidos, com o resgate da cultura clássica greco-romana, tendo em vista o ressurgimento do homem para um período no qual renasce um modo de conceber ideias para um novo mundo, com preocupação laudatória e forte presença das instituições cristãs, elementos que funcionam como parâmetros a serem obedecidos e que normatizam e / ou censuram a produção da época.

A partir do levantamento bibliográfico da produção em prosa e verso da ABE presente n' *O Movimento Academicista no Brasil: 1641-1820/22*<sup>3</sup>, da edição mecânica, constituída de fotos dos manuscritos da ABE<sup>4</sup>, dos tipos de correções, ou seja, da atividade censória do secretário José da Cunha Cardoso, foi possível organizar o funcionamento da produção da ABE. Puderam-se perceber certos elementos – implícitos – recorrentes no que diz respeito à maneira como os letrados concebiam tanto os aspectos formais quanto os assuntos tratados e, assim, restabeleceram-se os principais parâmetros para a condução das práticas de escrita na agremiação.

No desenvolvimento da pesquisa, notou-se que havia outra (depois se constatou que não era “outra”) censura que extrapolava não só o momento histórico,

---

<sup>2</sup> Cf. ANEXO A – Ata ou Notícia de Fundação da Academia Brasílica dos Esquecidos. Publicado em CASTELLO, 1969-1971.

<sup>3</sup> Cf. Castello (1969-1971) vol. 1, tomos de I a V.

<sup>4</sup> Cf. IEB (Instituto de Estudos Brasileiros), da Universidade de São Paulo.

com domínio – e interferências – da Coroa e da Igreja, como também os parâmetros (retóricos) de escrita e que dizia respeito à forma como as pessoas deveriam comportar-se. Percebeu-se que, na verdade, não havia várias censuras, mas apenas uma, que incorporava características (ou virtudes) que delineavam o homem de corte e/ou letrado da época. Desse modo, notou-se que essas características estavam vinculadas a parâmetros não só intelectuais, como o domínio da arte retórica aristotélica, da agudeza, emulação, mas também morais, que contemplavam a obediência – à Coroa e à Igreja – e consciência da hierarquia, ordem e do bem-comum, aspectos que tipificavam a racionalidade cortês.

Raphael Bluteau, em seu *Vocabulario Portuguez e Latino*, de 1728 – portanto, praticamente contemporâneo à ABE –, já indicava a acepção da censura<sup>5</sup> como sendo de ofício do censor, função inerente àquele que elabora nota, faz reparo crítico e juízo: “o que critica, censura obras literárias - do nosso trabalho”. Ademais, apresenta algo a se considerar: os elementos que restringiam o vocábulo censura: “da igreja, pena espiritual, ex-comunhão”.

Por outro lado, o conceito de censura aplicado à Academia Brasileira dos Esquecidos distingue-se bastante daquele que conhecemos como atualizado e o utilizado no contexto da Ditadura Militar, por exemplo. Diferente de se ter uma polícia que investigava – e punia – aqueles que contrariassem a política em questão, o termo censura é utilizado no presente trabalho para indicar impedimentos na sociedade e na escrita que não se configurassem em modelos preestabelecidos e assentados pela prática letrada. Por essa razão optou-se pelo uso do vocábulo “censura”; todavia, na reta final da pesquisa, constatou-se que existiram dois mecanismos que produziram essa censura e que “naturalizaram” tal conceito: a prudência<sup>6</sup> e o decoro. O primeiro, uma virtude que orientava o comportamento do homem de corte; o segundo, um preceito que orientava a escrita.

Os modelos preestabelecidos indicaram comportamentos, condutas e formas de escrita específicas do século XVIII, sem, no entanto, haver punições relativas à tortura física em qualquer grau, caso o acadêmico não se adequasse às práticas letradas a partir das suas regras implícitas. O castigo, a punição dada ao

---

<sup>5</sup> Bluteau define censura como: “Ofício do Censor. Nota, reparo crítico, juízo que se faz pelo censor. – da Igreja, pena espiritual, ex-comunhão”.

<sup>6</sup> Consoante Quevedo (apud GRIGERA), “a prudência é virtude da alma, que em homens e mulheres é igualmente natural e tem por raiz a razão bem ordenada, a qual os constitui como seres racionais” (2008, p. 66).

acadêmico era não ter o seu texto aceito para publicação<sup>7</sup>, o que prejudicava o seu prestígio diante daquele corpo letrado e do Vice-Rei.

As regras implícitas, pelo que se pôde levantar, foram determinadas por uma espécie de “Retórica Formal e Social” (HANSEN, 2004), que regulava tanto a atividade letrada quanto a conduta dos acadêmicos. Diante disso, pôde-se constatar que existiram critérios que participaram da construção das práticas letradas do período. Ora, se houve regras, obediência a modelos de escrita e conduta naquele momento, optou-se, na pesquisa, pela utilização do termo censura, que reverbera nos textos de diferentes formas: na ideologia, no comportamento social e na construção do discurso.

Faz-se relevante salientar que as regras para a construção do discurso adequado ao contexto de produção e a finalidades distintas eram postulados pela Retórica, cujo objetivo maior era a manutenção do poder constituído, definindo práticas que transformaram estruturas de personalidade e instituíram regras que orientaram a produção das obras e organização das práticas.

Diante disso, fez-se necessária uma fragmentação dessa censura praticada no âmbito da ABE, analisando-a em seu aspecto ideológico e formal, a fim de que se pudesse compreender como tais mecanismos repercutiram na escrita daquele momento de diferentes modos: no pensar, agir e escrever (HANSEN, 2004). A escolha pela bipartição dessa censura (ideológica e formal) no 3º capítulo do presente trabalho foi necessária para um melhor entendimento dos parâmetros; é moeda com as mesmas faces, por isso o “s” entre parênteses. Pôde-se determinar, nesse sentido, que havia parâmetros retóricos, políticos, morais e religiosos (HANSEN, 2004, p. 26) – portanto, mecanismos ideológicos – responsáveis por determinar tanto os modelos de comportamento quanto os de escrita, conforme será demonstrado.

Dominar os preceitos para a elaboração de textos adequados ao contexto da ABE era um conhecimento inerente ao homem de corte; logo, era um domínio que compunha a caracterização e/ou teatralização do homem que desejava fazer parte daquele lugar na sociedade. Assim, buscou-se o conceito da representação proposto por Chartier (1990) com o intuito de se traçarem os parâmetros – de conduta e de escrita – a partir do que as composições em prosa e em verso

---

<sup>7</sup> No sentido que Moreira (2011) atribui ao termo: “tornar público” o seu trabalho.

ofereceram, na matéria e no gênero, no levantamento apresentado no segundo capítulo do trabalho<sup>8</sup>.

Para atingir seu objetivo, no primeiro capítulo do trabalho, intitulado “Contexto e Fundamentos da ABE”, abordaram-se as circunstâncias de produção da Academia Brasileira dos Esquecidos, visto que a Coroa Portuguesa guiava-se pelo binômio Monarquia Absolutista / Igreja, e a Academia em questão era uma instituição oficial. Acredita-se, assim como Moreira (2011, p. 58), que a produção da ABE e, por extensão, a produção pertencente à Era Colonial (ou a escrita na América Portuguesa) devem ser analisadas como “discursos históricos, analisados segundo prescrições retóricas, que os articulam ao seu momento de produção”.

Convém analisar não apenas o texto em si, mas principalmente o veículo de publicação e os fins a que visavam tanto o veículo quanto a instituição que o patrocinava, a fim de que possamos compreender os fundamentos políticos dos textos publicados e a ulterior vinculação de uma tradição crítica com o poder, no que tange à formação do cânone literário brasileiro (MOREIRA, 2011, p. 62).

No segundo capítulo, realizou-se um estudo das produções presentes no cotidiano da academia: a poesia e a prosa, desconsiderando-se as dissertações históricas<sup>9</sup>. No que tange às produções poéticas, foram feitos levantamentos dos poemas que fazem referência à atividade censória ou aos modelos de escrita da época. A partir dessa investigação, pôde-se elencar quais foram os parâmetros seguidos pelo Secretário José da Cunha Cardoso para a avaliação dos textos e que estão vinculados à obediência à retórica aristotélica. Além disso, tem-se um levantamento tanto dos poemas que foram submetidos à subcensura<sup>10</sup> quanto dos que foram submetidos à censura do Secretário José da Cunha Cardoso, os quais foram categorizados de acordo com o tipo de intervenção censória que sofreram, como acréscimo, substituição ou exclusão de palavras ou versos.

---

<sup>8</sup> O presente trabalho considera os gêneros prosa e verso da mesma maneira que Dionísio de Halicarnasso os utiliza ao concluir o seu *Tratado da Composição*, “pois a melhor prosa é a que se parece com o verso e o melhor verso o que se parece com a prosa” (apud GRIGERA, 2008, p. 5).

<sup>9</sup> As dissertações históricas foram elaboradas por quatro acadêmicos, responsáveis por escrever sobre a História Natural (Caetano de Brito Figueiredo), Militar (Inácio Barbosa Machado), Eclesiástica (Gonçalo Soares da Franca) e Política (Luís Siqueira da Gama) do Brasil. Entretanto, essas produções não se destinaram à recitação – ou publicação, nos termos de Marcello Moreira – nas sessões acadêmicas.

<sup>10</sup> N<sup>o</sup> *O Movimento Academicista Brasileiro*, após a 10<sup>a</sup> Conferência da ABE, alguns poemas continham, subscrito ao poema, a inscrição “S.C.” ou traziam o termo “subcensura”.

Sobre a prosa, a pesquisa voltou-se tanto ao estudo da estrutura quanto do conteúdo das orações. Primeiramente, tem-se um estudo do conteúdo – a *inventio* aristotélica – desenvolvido nas orações e, posteriormente, criaram-se categorias com o intuito de se estabelecerem os assuntos tratados no âmbito da academia. Fez-se, num segundo momento, um estudo voltado à composição – *dispositio* – do discurso aristotélico e que serviu como parâmetro de estruturação das orações elaboradas pelos presidentes de cada sessão, de forma que se pudesse observar como a referida estrutura se faz presente nos textos, visando à sistematização das regras implícitas. O segundo capítulo é mais extenso, comparado aos demais, visto que somente pelo levantamento do que os próprios textos em prosa e verso ofereceram sobre os parâmetros de escrita que foi viável constatar as especificidades da censura e determinar suas atuações e / ou interferências nas práticas letradas da ABE.

No terceiro capítulo, o trabalho voltou-se a determinar como a censura foi produzida no âmbito da ABE. Para a compreensão dos conteúdos e das intenções de produção da academia não se pode deixar de considerar, como já foi apresentado, que havia uma censura que norteava tanto a conduta dos acadêmicos quanto a maneira como os acadêmicos construíram seus textos. Desse modo, a censura foi desdobrada em duas modalidades (ou categorias), visto que contemplava diferentes ângulos, mas que se unificavam na representação do homem letrado da ABE: a censura instituída pela própria ABE, que moldava tanto a maneira como deveriam ser os conteúdos quanto os recursos mais convenientes aos textos, os quais deveriam ser orientados por recursos retóricos, com a vigilância do Secretário, portanto, de caráter formal; e uma censura instituída pelo próprio contexto político-religioso, que exigia que o acadêmico fosse um perfeito cortesão; portanto, de caráter ideológico. A partir daí, chega-se ao que já foi apresentado: o decoro e a prudência é que são os parâmetros de censura da ABE. Mas por quê?

Conclui-se que houve condições políticas, religiosas, morais e intelectuais que levaram à aprovação ou à reprovação dos textos e que toda a unidade na escrita e na conduta dos acadêmicos da ABE promovida pela censura, fruto da prudência e do decoro, demonstrava que a Academia estava a serviço da Monarquia, da Igreja e das Letras Luso-Brasileiras e alicerçada numa estrutura de poder, à qual devia total obediência.

## **1º CAPÍTULO**

### **CONTEXTOS E FUNDAMENTOS DA ABE**

## 1.1 Contextos sócio-histórico e religioso na fundação da ABE

O movimento academicista ocorreu no Brasil Colonial, estendendo-se do século XVII ao XIX, tendo o XVIII com o registro de intensa atividade. As academias, nesse contexto, eram agremiações de homens eruditos, os quais se preocuparam, sobretudo, com a atividade literária e com estudos e trabalhos histórico-científicos, orientados por convenções, no caso da ABE, ou por estatutos próprios, no caso da ABR, que fixavam os seus objetivos e a sua atuação, misturando história, literatura e ciências com categorias de louvor baseadas na Retórica de Aristóteles, conforme o presente estudo revelará sobre a ABE e, já na segunda metade do século XVIII, por influências iluministas.

Os Estatutos da ABR revelam que além da construção de uma História da América Portuguesa, com destaque à produção dos intelectuais da Colônia, e, portanto de cunho científico, existia um ideário que propunha uma redefinição da escrita do cunho religioso para o âmbito ideológico: a expulsão dos jesuítas e a propagação de ideais iluministas, levando em conta os interesses pessoais do então ministro Pombal.

A ABE está comprometida ideologicamente com o momento em que o Tribunal do Santo Ofício era peça fundamental do sistema de Tríplice Censura (1517-1768), o que justifica o fato de a censura em Portugal e no Brasil orientar-se pelos preceitos religiosos da Reforma Católica e da Contrarreforma. Conforme Luiz Carlos Villalta,

As deliberações do Concílio de Trento foram prontamente aceitas, sem reticências, em Portugal e na Espanha. Nesses países, a ação do Santo Ofício da Inquisição e o esforço catequético da Companhia de Jesus, a mais importante ordem religiosa fundada no período da Contra-Reforma, ecoavam o espírito tridentino, além da obsessão anti-semita. Ambos visavam, de um lado, a aculturação do rebanho católico e, de outro, a repressão a tudo o que cheirasse à heresia, colocando, assim, os fiéis a par das conformidades estabelecidas pela Igreja (1999, p. 148).

Os tribunais que cuidavam da censura eram independentes uns dos outros, possuindo cada qual as suas regras e princípios; os documentos são bastante

contraditórios sobre a articulação existente entre eles, indicando que os limites de atuação de cada um flutuaram no tempo.

Na história de Portugal, o Concílio de Trento, responsável por parâmetros de censura no aspecto letrado<sup>11</sup>, notadamente, teve grande influência, seja pela participação e apoio dos monarcas, seja pela influência que seus decretos tiveram na vida eclesiástica e social do país, fato que veio a ser modificado com a adesão às Luzes e com as mudanças políticas promovidas pelo Marquês de Pombal, a partir de 1750.

Desse modo, ainda no reinado de D. José I, através de uma Lei de 05 de abril de 1768, Pombal pôs fim à Tríplice Censura e criou um órgão para centralizar a censura, a Real Mesa Censória, cujo intuito foi evitar a circulação de obras jesuíticas (grandes inimigos do projeto pombalino), proibir a inserção de ideias opostas à prática do absolutismo (sobretudo do absolutismo francês) e fortalecer o poder da Coroa Portuguesa a partir do estabelecimento da soberania do Direito Divino, cujo objetivo foi reduzir o poder da religião nas decisões referentes à disseminação de ideias.

Juntamente com a reforma do ensino e a criação da Imprensa Régia, a RMC integra os três pilares que sustentam e consolidam o poder pombalino. Assim, a censura sai das mãos do Tribunal do Santo Ofício e do Ordinário e passa a ser de responsabilidade do Estado – Absolutista –, submetendo-se à soberania do rei, com leis próprias para proibir e examinar a impressão, encadernação, venda e circulação de livros, seja em Portugal, seja no Brasil.

## 1.2 O Concílio de Trento e a Tríplice Censura

O Concílio de Trento, realizado entre 1545 e 1563, foi estabelecido pelo Papa Paulo III, com a clara intenção de opor-se à expansão do protestantismo na Europa, tendo como finalidade promover o estreitamento da unidade da fé e da Igreja, além de repreender seus abusos nas condutas clericais a partir da emissão

---

<sup>11</sup> O homem letrado do Século XVIII tinha a sua erudição calcada na formação clássica, humanística e escolástica, era obediente à doutrina católica e ao poder constituído. De acordo com Hansen, “para esboçar a figura do letrado colonial, é útil determinar o valor ou os valores da sua representação numa sociedade de ordens em que a pessoa e sua posição se definem por pertencerem a um grupo, a uma ordem ou um estamento, *pela representação e como representação*, mais que por seus atributos individuais” (2006, p. 26-27).

de numerosos decretos, elaborados por grandes teólogos da época, e que eram objeto de reflexão dos bispos em sessões privadas, sempre à luz das críticas aos protestantes.

As resoluções do Concílio Tridentino foram aceitas integralmente por Portugal, Espanha, Polônia e estados italianos. Tiveram como objetivo condenar a doutrina protestante da justificação pela fé, definiu o pecado original e declarou a bíblia de São Jerônimo como texto autêntico – a *Vulgata* –, proibiu a intervenção dos príncipes nos negócios eclesiásticos e acúmulo de benefícios, a indissolubilidade do Matrimônio, o culto dos santos e as relíquias, os sete sacramentos, o celibato clerical, a doutrina do purgatório, as indulgências, a criação de seminários para a formação de seus sacerdotes e a supremacia papal, elementos que confirmavam o ensino tradicional católico.

Outra resolução do Concílio que ampliou a diferença entre católicos e protestantes foi a inclusão de livros dêuterocanônicos no cânon bíblico. Além da reorganização de várias comunidades religiosas já existentes, outras foram criadas, dentre as quais a Companhia de Jesus ou Ordem dos Jesuítas, fundada em 1534 por Inácio de Loyola, com o objetivo principal de combater o protestantismo e a crescente Reforma utilizando o ensino religioso, cujos membros eram os professores, os coadjutores e os escolásticos.

Em 1564, o Concílio de Trento publicou em Portugal o Índice Romano (*Index Librorum Prohibitorum*), catálogo de livros defesos para os funcionários do Tribunal encarregados da qualificação dos textos e de inspecionar navios, bibliotecas e livrarias públicas. Nenhuma obra era publicada sem a aprovação inquisitorial, o que era facilitado pela proximidade da Igreja com a Corte Portuguesa.

A censura, em Portugal, foi profundamente afetada pelo espírito da Contrarreforma. Desde 1517, o Ordinário incumbiu-se da censura. Muito cedo, porém, a atividade censória foi compartilhada com outros tribunais, não constituindo, portanto, monopólio do Ordinário: a Inquisição, a partir de 1536, à qual coube um papel importantíssimo, e o Desembargo do Paço, depois de 1576, através do qual D. Sebastião não permitia a publicação de obras sem a aprovação, mesmo que já tivesse sido aprovada pelos dois órgãos.

Assim, no período de 1537 a 1768, o controle das publicações foi feito por três tribunais: O Ordinário, a Inquisição e o Desembargo do Paço. Como se nota, o maior poder de censura foi da Igreja, pois ela possuía dois dos órgãos censores: O

Ordinário, no qual as dioceses - bispos - manifestavam parecer sobre as obras produzidas em sua região de atuação, e o da Inquisição, o tribunal do Santo Ofício. Para os interesses da Coroa portuguesa, havia apenas a atuação do Tribunal do Desembargo do Paço (VILLALTA, 1999).

Na ABE, a atividade censória atende aos interesses preponderantemente da Igreja, já que há dois órgãos fiscalizadores: a Inquisição e o Ordinário, além de se submeter à Coroa, visto que o objeto de censura passa pelo crivo da censura do Desembargo do Paço. A censura, dividida entre o Desembargo do Paço, os Tribunais Eclesiásticos e a Inquisição, cada qual com dois examinadores, era bastante morosa na aprovação das obras.

### 1.3 O Poder Vigente

Segundo Novinsky (2002, p. 25), “a censura é a mais forte arma que os regimes totalitários têm utilizado, desde a Antiguidade, para impedir a propagação de ideias que podem pôr em dúvida a organização do Poder e o seu direito sobre a sociedade”.

Na Espanha e em Portugal, a passagem do século XV marcou o fim de uma era de convivência e relativa tolerância entre culturas diferentes, e após o estabelecimento dos Tribunais do Santo Ofício da Inquisição, em 1536, as medidas proibitivas foram definitivamente adotadas, punindo-se como crime o livre pensar e escrever. Quando o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição foi estabelecido na Espanha, em 1487, Inocêncio VIII criou a primeira Constituição papal regularizando a censura prévia, e no século XVI a Comissão de Bispos, nomeada pelo Concílio de Trento, publicou o *Index Librorum Prohibitorum*, que estabeleceu que os governos católicos da Europa fariam sua censura de acordo com a Igreja. Em fins desse século, o Papa Pio V criou a Sagrada Congregação do índice, para exames e censura de livros. Inicia-se então o trabalho organizado de controle de ideias, e os religiosos contavam para isso com o apoio de entidades seculares (NOVINSKY, 2002, p. 26).

Com exceção de alguns momentos, a atividade censória como instituição esteve presente no percurso histórico-cultural de Portugal, “condicionando e dirigindo as suas linhas de desenvolvimento” (RODRIGUES, 1980, p.7). Em Portugal, os escritos e os livros deveriam ser aprovados pelo Santo Ofício, segundo

determinação da Inquisição. O Estado português, a partir de 1540, deixou para a Igreja o controle total de tudo o que fosse impresso e, à proporção que atividade inquisitorial se fortalecia, monopolizava seu sistema de controle em portos e fronteiras.

A Reforma Protestante, iniciada em 1517, quando Lutero afixa as famosas teses na catedral de Vitemberg, foi um processo de contestação à prática costumeira do cristianismo, fato que criou um ambiente de ação e reação na Europa, trazendo grandes impactos aos ambientes coloniais. Como mecanismo de combate ao crescimento das ideias protestantes, a Igreja cria um órgão – O Tribunal do Santo Ofício – intolerante com relação a crenças religiosas divergentes daquelas instituídas pelo catolicismo e, com o intuito de não perder seus fiéis, passa a censurar.

No Brasil, a censura durou por toda a Era Colonial e foi bastante rigorosa. Havia muito receio de que ideias heréticas fossem inseridas no Novo Mundo e, portanto, a vigilância era total. A Igreja tinha como objetivo a proteção dos homens a fim de que alcançassem a salvação eterna e acreditava que, se tivessem acesso às leituras e fossem influenciados por ideias heréticas, a salvação não se realizaria.

Desse modo, só se concebia como plausível uma única verdade: a oficial, que era dogmática, e qualquer pensamento diverso dela era duramente combatido através de uma censura intolerante e poderosa. Entretanto, isso era o que a Igreja declarava. Na verdade, a sua intenção era o controle ideológico de seus seguidores, visto que tanto o perigo da Europa protestante quanto o possível insucesso da catequização a ameaçavam.

A história do Brasil Colonial é parte da história do Império português. Nesse sentido, se a religiosidade está no âmago da sociedade europeia, estará também na sociedade colonial a partir do século XVI, bem como na atividade letrada do movimento academicista no Brasil.

Segundo Castello,

Enquanto fomos país-colônia, a nossa expressão literária foi rigorosamente um prolongamento da literatura portuguesa. Foi-nos imposto ou transmitido com acentuado exclusivismo um conjunto de tradições e instituições do país-metrópole, ao mesmo tempo que a tendência geral era de não reconhecer valores autóctones e de impedir a formação e expansão do espírito oposto à mentalidade do

colonizador. [...] Não podia ter sido de outra forma, em virtude da severidade, vigilância e restrições do regime colonial.

O escritor brasileiro da era colonial é aquele que, nascido ou não no Brasil-Colônia, ou em Portugal, revela a formação reinol – de qualquer forma transplantada para o nosso meio – através de uma obra que simultaneamente reflete o espírito da metrópole e aquela “intenção particularista” pela pátria de adoção ou de nascimento, projetada numa visão profética do seu destino (CASTELLO, 1971, p. 11-12).

Sérgio Buarque de Holanda afirma que “não existe, a seu ver, outra sorte de disciplina perfeitamente concebível, além da que se funde na excessiva centralização do poder e da obediência” (1987, p. 39) e ressalta que foram os jesuítas que

[...] representaram, melhor do que ninguém, esse princípio da disciplina pela obediência. Nenhuma tirania moderna, nenhum teórico da ditadura do proletariado ou do Estado totalitário chegou sequer a vislumbrar a possibilidade desse prodígio de racionalização que conseguiram os padres da Companhia de Jesus em suas missões (HOLANDA, 1987, p. 39).

Sodré, por seu turno, afirma que:

[...] não convinha a Portugal que houvesse civilização no Brasil. Desejando colocar essa colônia atada ao seu domínio, não queria arrancá-la das trevas da ignorância. A ignorância, realmente, constitui imperiosa necessidade para os que exploram os outros indivíduos, classes ou países. Manter as colônias fechadas à cultura era característica própria da dominação. Assim, a ideologia dominante deve erigir a ignorância em virtude (SODRÉ, 1999, p. 18).

Tanto a uniformidade ideológica quanto o combate a qualquer divergência de opinião são os mecanismos que alicerçam a centralização e o fortalecimento do poder. As repercussões da censura estão fortemente presentes na divulgação da produção literária de Portugal; portanto, é compreendendo as intenções, funcionamento e objetos da censura que teremos uma melhor compreensão da sua influência no delineamento da vida cultural de Portugal e, por conseguinte, no Brasil.

Em muitos momentos da nossa História, aqueles que dirigiam um Estado utilizavam-se da força a fim de que eliminassem toda e qualquer instituição, órgão,

grupo ou pessoa que ousasse refutar a sua legitimidade ou pensasse de forma diversa, sendo punido. Todavia, foi após a criação da imprensa por Gutenberg, em 1440, que passou a existir uma total preocupação com a censura prévia e houve mais rigor nos métodos repressivos para impedir que tais regimes fossem postos em xeque.

#### **1.4A “matriz” ARH e suas repercussões**

A Academia Real da História Portuguesa, de 1720, desfrutando das facilidades que lhe propiciou o monarca D. João V por ocasião da sua fundação, acabou sendo responsável pela criação de uma rede de historiadores, que se interligou pelo território português e se estendeu para todas as colônias do país. Inspirada no modelo italiano, tinha como objetivo promover os estudos historiográficos de Portugal e de suas colônias, desenvolvendo também um papel importante na propagação da leitura, escrita, arte tipográfica e de ilustração de livros, realizadas, até então, por estrangeiros.

Tal agremiação constituiu uma das primeiras grandes tentativas de escrever uma história oficial de Portugal<sup>12</sup>, levada a bom termo graças aos privilégios de que gozou Manoel Caetano de Souza, seu idealizador, para unir os historiadores, distribuir as tarefas e ter o acesso facilitado aos arquivos e bibliotecas do Reino<sup>13</sup>. Durou até o ano de 1738 certamente, de acordo com a publicação de suas atas, quando perdeu seu ímpeto com a morte de seu Secretário Perpétuo, Manuel Teles da Silva, o Marquês de Alegrete.

Os Estatutos da ARH previam que seus acadêmicos seriam responsáveis por escrever a História secular e eclesiástica do país, cujas publicações eram isentas de qualquer censura que não fosse a dos seus quatro censores privativos, com a finalidade de defender os ideais de consolidação do Estado português, firmando o poder absoluto joanino.

---

<sup>12</sup> A primeira grande tentativa que se tem relato foi a de Fernão Lopes, guarda-mor da Torre do Tombo e cronista dos reis portugueses D. João I, D. Duarte.

<sup>13</sup> Para o assunto, cf. OLIVEIRA, Isabel Maria Henriques Ferreira da Mota Mónica de. *A Academia Real da História: A história e os historiadores na primeira metade do século XVIII*. Tese de Doutorado. Coimbra, Portugal, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2001.

O fato em questão revelou-se importante passo tanto para centralizar o poder real quanto para que Lisboa deixasse de ser apenas a capital do poder régio e passasse a ser também uma capital cultural, transformando-se num centro da intelectualidade, levando, por conseguinte, homens com habilidades nas letras de Coimbra à capital. No entanto, tal acontecimento não representou o olvido da religião, já que esta perpassou todas as obras produzidas pela referida Academia.

A Academia Brasílica dos Esquecidos, criada em 1724, na Bahia, foi uma extensão da Academia Real da História Portuguesa. Sem Estatutos, todavia com informações de uma Ata de Fundação, a ABE tinha como finalidade elaborar uma história da América Portuguesa para complementar os objetivos da academia lisboeta.

Primeira academia do Brasil proveniente do sistema apresentado acima, a ABE, funcionou pelo período de aproximadamente um ano, período no qual apresentou poemas, a grande maioria de caráter histórico e laudatório, além de orações acadêmicas e quatro conjuntos de dissertações históricas, que figuraram como documentos importantes de realização da tarefa de escrita da história do Brasil, como parte da história de Portugal, apresentados em sessão de novembro de 1725 da Academia Real da História Portuguesa:

Deu conta o Director, de que o Academico Sebastião da Rocha Pita remettera o livro, que se offereceo a compor, para que dandolhe licença, pudesse usar do nome de Academico supranumerario. Este livro vem muito bem escrito, e o seu titulo he: **Historia da America Portuguesa, desde o anno de 1500 do seu descobrimento, até o de 1724**<sup>14</sup>.

O projeto da ABE, incompleto por um lado, possibilitou, todavia, anos depois, a fundação de uma agremiação responsável pela elaboração da história do Brasil, a Academia Brasílica dos Renascidos. O caminho estava aberto, dependendo simplesmente da reunião de muitos nomes que participaram da primeira, que se mostravam com disposição para retomar o projeto, o que, aparentemente, só

---

<sup>14</sup> In: Collecçam dos documentos e memorias da Academia Real da Historia Portuguesa, que neste anno de 1725 se compuzerão, e se imprimirão por ordem os seus Censores, dedicada a EIRey Nosso Senhor, seu Augustissimo Protector, e ordenada pelo Marquez de Alegrete Manoel Telles da Sylva, Secretario da mesma Academia. Lisboa Occidental: Officina de Paschoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade, e da Academia Real, M. DCCXXIV. BGUC S.P. Ab 7-6.

aconteceu com a intervenção de Sebastião José de Carvalho e Melo, utilizando-se deste artifício para implementar algumas reformas nos costumes portugueses.

A instrução dada por Sebastião a José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo era para arregimentar em torno de si os nomes capazes de levar a cabo a criação desta instituição. Tornou-se um grande projeto - em termos de cronograma - registrado em dois documentos que permitem conhecer tanto os detalhes do plano quanto os critérios de escolha dos participantes. O primeiro documento existente a respeito, *Papéis da Academia Brazílica dos Acadêmicos Renascidos*, possui duas versões manuscritas, uma em condições bastante difíceis de leitura, depositada no Arquivo Distrital de Évora e outra, em condições bastante melhores, depositada na Biblioteca Nacional de Portugal. A segunda versão, praticamente uma cópia “passada a limpo” da versão da BNP, permite uma leitura mais rápida e sem problemas do conteúdo do projeto de criação da ABR; o documento, do qual conhecemos apenas a versão impressa, trata da elaboração dos *Estatutos da Academia Brazílica dos Renascidos*<sup>15</sup>, que apresenta as normas de funcionamento da agremiação.

O projeto, a partir deste ponto de vista, tinha tudo para ser perfeito, não fossem as questões políticas que contribuíram para o seu insucesso. Lamego (1923) aborda do assunto em seu trabalho. No referido projeto, os acadêmicos tinham a sua disposição uma lista de deveres e direitos (muito mais os primeiros que os últimos), como preço para os privilégios que mencionamos acima. Tais deveres e direitos eram exercidos em função de um contato que esses homens, escolhidos para participar da Academia, tinham com a administração, política e justiça da América Portuguesa. Todos eles, indistintamente, participavam do cotidiano administrativo, religioso, científico, pedagógico e mesmo cortesão do Brasil ou, em última instância, tinham uma atuação indireta, no exercício da função de acadêmicos convidados, participantes de alguma agremiação portuguesa ou de outra origem.

---

<sup>15</sup> Publicado na *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro.

## 1.5 Estrutura e funcionamento da ABE

Retomando, como a ARH não poderia deixar de lado a história da Nova Lusitânia, D. João V autorizou o idealizador da ARH, Manoel Caetano de Sousa, a obter do Vice-Rei do Brasil, Vasco Fernandes César de Meneses, informações precisas sobre a América Portuguesa.

Em 31 de março de 1722 mandou el-Rei, que fizesse coligir as informações precisas “para a composição da história Portuguesa que encarreguei à Academia Real”, na parte relativa ao Brasil. O vice-rei considerou que alguns notáveis (Gonçalo Soares da Franca, Sebastião da Rocha Pitta, o capitão João de Brito e Lima, naturais da Bahia, o juiz de fora Inácio Barbosa Machado, o desembargador Caetano de Brito e Figueiredo e José da Cunha Cardoso) atrairiam, com os prestigiosos nomes, os confrades esquivos, e os reuniu em 7 de março de 1724. Chamaram-se Esquecidos por modéstia, pois da esquecida colônia; tomaram contudo por emblema o sol, com o dístico, “sol oriens in occiduus”; e juntaram nas tertúlias, benevolmente assistidas pelo conde, nada menos de 44 poetas e prosadores (CALMON, 1949, p. 52-53).

O Vice-Rei - o fundador e mecenas da ABE - concluiu que a melhor maneira seria fundar uma Academia e, assim, reuniu sete membros ilustres da sociedade baiana da época, dois da ARH e outros letrados notáveis. O nome “Esquecidos” seria uma “resposta” desses notáveis para mostrar que haviam sido olvidados pela Coroa no momento da criação da ARH.

Os sócios fundadores da ABE foram: o Padre Gonçalo Soares da Franca e o Coronel Sebastião da Rocha Pita, ambos sócios correspondentes da ARH; o Desembargador Caetano de Brito Figueiredo; o Ouvidor da Relação da Bahia Luís de Siqueira da Gama; o Juiz de Fora Inácio Barbosa Machado; o Capitão-Mor João de Brito e Lima e o Ouvidor-Geral José da Cunha Cardoso. Como se pôde observar, a grande maioria fazia parte do clero ou possuía algum posto na administração da América Portuguesa.

O programa de trabalho da ABE compreendia escrever as dissertações referentes à História Natural, à Militar, à Eclesiástica e à Política do Brasil para atender às exigências de D. João V. Havia um Mestre de História responsável pela escrita de cada uma das quatro modalidades históricas: Gonçalo Soares da Franca, responsável pela História Eclesiástica; Caetano de Brito Figueiredo, responsável

pela História Natural; Luís de Siqueira da Gama, encarregado da História Política e Inácio Barbosa Machado, incumbido da História Militar. Entretanto, o resultado da pesquisa é bastante modesto, visto que nem todos os Mestres de História cumpriram o seu programa de estudo<sup>16</sup>.

A produção da Academia consistiu em 1375 poemas (em português, latim e espanhol), 17 orações e quatro conjuntos das dissertações históricas. Foram 18 Conferências (sessões), 155 acadêmicos, exceto aqueles que produziram textos anonimamente<sup>17</sup>. Cada sessão tinha um presidente, que proferia um discurso (oração). Na sequência, havia a leitura dos poemas em louvor à figura do presidente e, posteriormente, o secretário, José da Cunha Cardoso, lia os poemas (heroico e lírico) dos acadêmicos.

Embora tenha sido idealizada em 7 de março, a primeira Conferência da ABE ocorreu apenas em 23 de abril de 1724. A sessão acadêmica em questão teve uma configuração um pouco diferente das demais: ao invés dos acadêmicos produzirem poemas sobre os temas heroico e lírico, elaboraram poemas em louvor ao secretário e presidente daquela sessão, ao Monarca e ao Vice-Rei. As demais Conferências, exceto a última, a qual não teve uma oração proferida pelo presidente, respeitaram rigorosamente a estrutura acima apresentada.

Não se têm informações precisas quanto ao que levou ao fim da Academia Brasílica dos Esquecidos, mas há duas suposições: a primeira é que o corpo de acadêmicos deixou de ser coeso e de atender ao protocolo das sessões acadêmicas quanto ao exercício das letras, já que na última conferência não houve oração do presidente Manuel de Cerqueira Leal e, embora tenham sido propostos os temas heroicos e líricos, estes foram em número reduzido em relação àqueles e, ademais, havia poemas de assuntos diversos intercalados. A segunda hipótese é que a ABE

---

<sup>16</sup> Segundo levantamento do grupo de pesquisa “A Escrita no Brasil Colonial”, Inácio Barbosa Machado não apresentou em tempo as suas dissertações militares, as quais datam de junho de 1725. Existem dois manuscritos diferentes: o do Mosteiro de Alcobaça e o da Biblioteca Nacional de Portugal, cada qual com uma caligrafia. Na conferência de novembro de 1725, Sebastião da Rocha Pita (um dos fundadores da ABE) apresentou na ARH o “seu trabalho” *História da América Portuguesa*, publicado em 1730, no qual continham todos os trabalhos da ABE reorganizados. Rocha Pita exerceu a função de supranumerário – das províncias –, ao lado de Gonçalo Soares da Franca (também fundador), o qual representou a América Portuguesa na ARH.

<sup>17</sup> Conforme está previsto na Ata de Fundação da ABE, havia permissão para a elaboração de poemas anônimos. As hipóteses para o anonimato seriam a falta de disposição do acadêmico em se expor diante dos demais seja em suas ideias, seja em suas produções letradas ou o receio de se submeter à censura do Secretário José da Cunha Cardoso e ser exposto.

cumpriu o seu programa de tratar da história política, eclesiástica, natural e militar e, assim sendo, não havia razão para a sua continuidade.

Um dos últimos poemas da Conferência tem como didascália: “Na suspensão que faz a nossa Academia com a última conferência”, assinado pelo “Acadêmico Vago” Sebastião da Rocha Pita:

#### SONETO

Depõe um pouco o Arco o Deus Luzente  
Para pulsar a corda constante,  
Descansa o instrumento altissonante  
Para entoar as vozes mais valente.

Tal da nossa Hipocrene a grossa enchente  
Abstendo-se do curso modulante,  
Para dar muitos passos adiante  
Suspende agora o passo, ou a corrente.

Bem que por algum tempo se despinte  
Essa Ideia gentil do Sacro Monte,  
O congresso fará com que se pinte,

E trazendo a Harmonia ao Horizonte,  
No coro mostrará maior requinte,  
Mais amplamente beberá na Fonte.

O soneto revela uma “interrupção temporária”, já conhecida por todos: “Suspende agora o passo, ou a corrente” / “Bem que por algum tempo se despinte / Essa Ideia gentil do Sacro Monte” a fim de que a harmonia e o funcionamento fossem restabelecidos posteriormente, visto que o corpo acadêmico teria maior requinte e inspiração: “E trazendo a Harmonia ao Horizonte” / No coro mostrará maior requinte” / “Mais amplamente beberá na Fonte”. O que se sabe é que das cinzas dos Esquecidos fundou-se, anos depois, a Academia Brasílica dos Renascidos, cujo corpo acadêmico contava com alguns integrantes da ABE, como o Padre Antônio de Oliveira e João Borges de Barros, que compuseram o corpo censório e diretor da ABR, respectivamente.

### 1.5.1 ABE e Censura

Como a Academia Brasílica dos Esquecidos era uma instituição oficial e sob proteção da Coroa, presidida pelo Vice-Rei Vasco Fernandes César de Menezes, seguia a ideologia da Coroa Portuguesa e da religião Católica. Naquele momento, o poder era representado pela Monarquia, a qual estava assentada nos valores católicos; sendo assim, seria natural que na produção acadêmica tais ideologias – política e religiosa – estivessem presentes e nortearassem a produção letrada da ABE.

Sob proteção da Coroa Portuguesa, esperava-se que os acadêmicos da ABE, pertencentes ao clero ou a algum órgão da administração, possuísem postura adequada à sua condição, estando em total acordo com a ideologia política e religiosa daquele contexto. Dessa forma, havia a garantia tanto de que os acadêmicos seriam “obedientes” ao poder instituído quanto capazes de exercer a atividade letrada para a qual foram designados.

Segundo estudo já realizado (MORAES et al., 2010, p.58-59), constatou-se que a participação do letrado na ABE aproximá-lo-ia da Coroa. Ademais, havia preferência pelos integrantes do clero, o que, inclusive, indicava a atividade de cada um na academia e, claramente, resultaria em intervenções religiosas.

Entretanto, na ABR, nota-se que a profissão ou origem de cada integrante eram fatores decisivos para a participação tanto na agremiação quanto na atividade que exercia, mas em diferentes proporções, já que a segunda metade do século XVIII foi mais racional e menos religiosa, o que afetou diretamente a configuração (formal e social) do novo grêmio histórico literário do Brasil.

## **2º CAPÍTULO**

### **A ABE EM PROSA E VERSO**

## 2.1 Produções letradas do cotidiano da ABE

Na primeira Conferência da ABE, o secretário José da Cunha Cardoso faz uma oração na qual dá orientações quanto ao funcionamento de cada sessão, à produção poética, às dissertações e às orações, obrigatórias em todas as Conferências:

Todas as conferências Acadêmicas se hão de autorizar com a presidência de um elegantíssimo Orador. Em todas se hão de exercitar os engenhos, que na planta do bruto voador bebem a doçura de Hipocrene, e assim será prosimétrico o corpo deste Museu, logrando-se a um tempo na elegância do metro, e na eloquência da prosa, nos preceitos da Poética, e nas leis da Retórica, retratos vivos de Homero, animadas estampas de Domóstenes (CARDOSO apud CASTELLO, 1969-1971, t. I, p. 14-15).

Como houve a opção somente por se fazer um estudo da prosa e da poesia elaboradas no cotidiano da ABE, apresentar-se-á, primeiramente, um estudo da produção poética, e, num segundo momento, a produção em prosa, dando destaque aos elementos relacionados à atividade censória para a compreensão dos modelos e regras que guiavam o trabalho dos acadêmicos.

## 2.2 Poesia

Cabia ao presidente tanto conduzir os debates em sistema de rodízio permanente quanto propor, em cada sessão, as matérias a serem debatidas e ler uma oração de abertura dos trabalhos. “Após seu discurso, iniciava-se uma rodada de louvação poética em homenagem ao presidente, prática que reforçava o sentimento de pertença e a coesão grupal” (KANTOR, 2004, p. 100). As sessões, portanto, subdividiam-se em duas partes: “uma puramente literária e outra de apresentação das dissertações encomendadas aos mestres, que se revezavam de dois em dois a cada vez” (KANTOR, 2004, p. 100).

Embora Kantor afirme que a parte de apresentação dos poemas fosse “puramente literária”, ela é, ao mesmo tempo, histórica, como todas as matérias tratadas nas conferências dos Esquecidos. A questão é o gênero / forma a ser

utilizada na exposição do tema histórico. Talvez os temas líricos sejam mais poético-eruditos, mas não fogem à regra do comportamento cortesão e à homenagem, direta ou indireta, às personalidades e atitudes. Conciliam-se, portanto, história, literatura e circunstância.

Conforme consta na Ata da ABE, o presidente de cada sessão propunha dois assuntos, um lírico e um heroico, a fim de que os acadêmicos pudessem produzir versos. O assunto heroico envolveu uma gama de matérias de cunho histórico relativos, em geral, à história antiga, à religião, à mitologia e a assuntos ligados à corte. Os versos também poderiam ser em louvor ao monarca e/ou sua estirpe, a representantes da Coroa Portuguesa na Bahia e ao mecenas. No que diz respeito ao assunto lírico, a discussão de temas envolve a figura feminina ou a feminilidade, expressas pelas formas da delicadeza, da flor etc. (jocosos ou não), glosas de temas mitológicos e / ou fabulares e de cunho sentencioso, segundo as quais se pode extrair uma determinada lição.

Todos os poemas compunham-se de didascália, responsável por indicar o assunto e, principalmente, o gênero do poema, que deveria manter uma relação de decoro / adequação com a temática proposta. Nota-se, nesse sentido, que havia uma regra prescrita: a matéria estabelecia relação com o gênero. Tomando como exemplo o soneto abaixo, a didascália “reintroduz como categorias discursivas aspectos referenciais que interferem na produção do ato elocutório” (MOREIRA, 2011, p. 157):

DIDASCÁLIA	}	<p>Ao Excelentíssimo Senhor Vasco Fernandes César de Meneses Vice-Rei e Capitão General deste Estado, mandando instituir a Academia Brasílica, e declarando-se seu Preclaríssimo Protetor.</p>
		SONETO

Os títulos / didascálias funcionavam como protocolos de leitura, de forma a induzir o leitor à criação de expectativas “que ele procurará realizar no ato de ler, ao construir a significação a partir do que lhe é proposto como significado previamente constituído pelo título” (ibi, id. p. 327).

Nesse sentido, a indicação “Ao Excelentíssimo Senhor Vasco Fernandes César de Meneses Vice-Rei e Capitão General deste Estado, mandando instituir a

Academia Brasílica, e declarando-se seu Pleclaríssimo Protetor” (CASTELLO, 1969-1971, V. 1, t. 1, p. 27) faz uma “reatualização do poema, pela leitura ou pela récita”, e “recupera, *in absentia*, o referencial histórico que institui o discurso encomiástico destinado ao louvor” (ibi, id., p. 157) do Vice-Rei. O assunto (o corpo do soneto em si) constitui-se como *parte* do todo, que é o momento da *glosa ao tema dado*:

Excelso, Augusto Herói, seu timbre herdado  
tanta Palma, e Triunfo conseguido  
vos negaram de César, o Apelido.  
César sois, e sois mais no executado.

O peso todo deste grande Estado  
Não vos detém: que em tudo prevenido  
Quereis dar hoje Às Musas o sentido,  
que de Marte aos Troféus é destinado.

César sois, que não só na semelhança  
se divisa; porém com maior Glória  
a Pena exercitais, brandis a Lança.

César, só escreveu a sua História  
vós, a um novo Mundo dais Lembrança,  
e assunto dais às Filhas da Memória.

As composições poéticas eram reguladas pela emulação, “que consiste em cada Autor mostrar-se melhor que do que o modelo, fazendo valer o seu engenho como elemento de diferenciação e melhora deste modelo” (MORAES, 1999, p. 141). Os poetas tinham como modelos os grandes nomes da tradição literária: Plínio, Cícero, Tasso, Virgílio, Gôngora, Quevedo, Lope de Vega, Marino, Petrarca, Camões, Sá de Miranda etc.

No soneto acima, Caetano de Brito Figueiredo, seguindo à risca essa fórmula, homenageia (em nome da ABE) o Vice-Rei Vasco Fernandes César de Meneses. Exalta, por meio de recursos do gênero epidítico aristotélico, a figura e o poder do Vice-Rei, considerando-o um “Augusto Herói” e superior ao Imperador romano Júlio César, por abandonar a lança e utilizar a pena para registrar as lembranças de um Novo Mundo. O recurso utilizado para o louvor foi a tópica do sobrepujamento: “se uma pessoa ou coisa deve ser “louvada”, é preciso mostrar que ela supera tudo o que lhe é semelhante [...]. Ao louvar homens, o sobrepujamento

refere-se à força, valentia, sabedoria e outros dons semelhantes (CURTIUS, 1996, p. 217).

### **2.2.1 A função do Secretário / Censor da ABE**

Segundo Moraes (1992, p. 9), José da Cunha Cardoso, de proveniência portuguesa, iniciou, em 1719, o exercício da função de Ouvidor Geral e Provedor de Capa e Espada no Brasil. Em 1724, foi convidado pelo próprio Vice-Rei para ser membro fundador da ABE; além de exercer a função de secretário e de compor poemas como os demais acadêmicos, cabiam-lhe apresentar e organizar as composições poéticas nas Conferências. O Secretário cuidou de fiscalizar se os acadêmicos produziam os textos de acordo com os modelos vigentes à época e, com esta prática, legitimou as regras da escrita da ABE.

De acordo com levantamento, dos 1375 poemas, em 26 há indicações das normas que orientavam as práticas letradas da Academia, principalmente nos poemas relativos à primeira e à segunda conferências, com, respectivamente, sete e seis poemas<sup>18</sup>. Tais poemas possuem referências sobre as leis da oratória; da eloquência; da retórica; sobre o valor da erudição; as leis da poesia (metro, rima); o decoro; a prosa elegante; a prática do engenho; do encômio “mais subido”; a prática da emulação; a importância daquele que é modesto; a agudeza e seus efeitos. Condena, por outro lado, a leitura enfadonha – que se configura como mediania –, aquele que fala muito e que é mordaz, ressaltando como se faz notório o exercício da prudência.

Era função do Secretário José da Cunha Cardoso verificar se os participantes da agremiação elaboravam suas produções segundo as normas da retórica clássica e censurar e / ou aprovar os escritos dos acadêmicos. O Secretário corrigia o metro, os aspectos gramaticais, fazia a identificação do poema, verificava a sua construção e, caso não o agradasse, escrevia no próprio manuscrito um juízo de valor ou alguma observação.

---

<sup>18</sup> Como a primeira e a segunda sessões acadêmicas configuram-se como as mais organizadas e concentram maior número de poemas (total de 251), ter 13 (dos 26) que apontam regras para as práticas letradas é considerável.

Sob esse aspecto, deve-se enfatizar a realização de uma espécie de “autocensura” por parte dos acadêmicos, pois os mesmos tinham que se “policar” para seguir as normas praticadas na elaboração dos textos, caso contrário, seus textos não seriam publicados. Moreira (2011, p. 263) afirma que, diferente de hoje, publicar “significava socializar o que antes se encontrava sob o domínio do privado”:

Publicar pode dar-se, portanto, entre grupos diferenciados no interior de uma comunidade e distintos produtos do letramento podem ser publicados em diferentes comunidades letradas no interior de uma sociedade. O maior ou menor alcance de uma publicação relaciona-se com a natureza do produto a ser publicado (MOREIRA, 2011, p. 319).

Se o poema contemplasse os preceitos, o “prêmio” seria recitá-lo na conferência. Observa-se que, neste caso, depara-se com um tipo de censura voltado não aos aspectos ideológicos, mas, sobretudo, a adequação às normas, de forma a garantir alguma excelência no trabalho do integrante da ABE.

Coube a José da Cunha Cardoso ser o presidente da primeira Conferência da ABE, em 23 de abril de 1724. Naquele dia, após a realização da sua oração, o presidente recebeu 13 composições poéticas com elogios à sua figura e ao seu gabarito para exercer a função de secretário e de censor. Para ilustrar quais eram os critérios que norteavam tal atividade censória, presentes na 4<sup>a</sup>, 6<sup>a</sup> e 7<sup>a</sup> estrofes, segue um romance<sup>19</sup> heroico de Caetano de Brito Figueiredo, o Acadêmico Nublado, exposto na 1<sup>a</sup> Conferência. Trata da atividade do Secretário como censor, de elementos prescritos, além do tom encomiástico, destacando a autoridade e a erudição daquele que é “Coluna”:

---

<sup>19</sup> “Etimologicamente, o termo “romance” significa “língua popular”, opondo-se à “língua literária”, que era ainda o latim nos primeiros tempos da época medieval nas civilizações dos povos ocidentais, integrantes do antigo império romano. Ficou, em consequência, como sinônimo de “vernáculo”, e como os poemas narrativos eram escritos “em romance”, a palavra passou a especificar essas composições. Já no sentido de “vernáculo”, encontramos nos clássicos o termo em questão [...]. Essa espécie literária é também conhecida pelo nome de “xácara”, palavra de origem árabe, e pela variante “rimance” [...].

Podemos afirmar que nos países ibéricos os romances correm paralelos, frutos que são de origens comuns. Na verdade, o romanceiro português em nada difere na essência do romanceiro espanhol. A temática é a mesma, estilizada em língua diferente [...].

Formalmente, os romances são poemas narrativos populares, de forma estrófica geralmente estíquia e de extensão indeterminada. Quanto à estrutura, podem apresentar rimas assoantes ou consoantes, aparecendo também versos soltos; quanto à métrica, os versos de redondilha maior são os mais frequentes, seguidos dos decassílabos e dos de redondilha menor. Outra característica: o paralelismo e ritornelo” (TAVARES apud MORAES, p. 204, 1999).

Ao Doutíssimo Senhor Doutor José da Cunha Cardoso,  
Digníssimo Secretário da Academia Brasileira orando  
na sua primeira conferência

### ROMANCE HEROICO

Se a noite triste com Opacas Sombras  
cobria ao resplendor deste Hemisfério  
e densas névoas ocultando ao dia  
o infausto inculcavam no funesto.

Se adormecidos em obscuro ócio,  
não se ouviam sonoros instrumentos,  
predominando a rude dissonância,  
sendo o descuido Vítima ao Silêncio.

Já aparece a Luz, já no Horizonte  
madruga o Sol, já brilham seus reflexos,  
que fazendo Oriente deste ocaso  
intenta eternizar os Luzimentos.

Já do Templo de Apolo as portas abre  
Discreto Secretário, novo Homero,  
dando leis à oratória, e à Poesia,  
com frase terça, se elevado metro.

As Portas abre, os áditos franqueia  
Patentes vedes já Déléfco Templo;  
donde a todos será Adoratório,  
quanto no Secretário é Magistério.

Das Ciências Oráculo infalível,  
das Musas os mistérios, os segredos  
guarda: mas se os publica, é que de Apolo,  
quando registra as leis, passa os decretos.

Ponderando, revendo, discernindo,  
instruindo, expondo, praticando, lendo  
faz calar aos Demóstenes Romanos,  
faz que emudeçam estes Túlios Gregos.

É não só Secretário, mas Coluna,  
que sustém dos Parnaso o firmamento;  
Líbico Alcides, Majestoso Atlante  
só seus ombros merecem tanto peso.

Mas quem senão Cardoso, douto, e sábio  
das Ciências será o fundamento?  
sendo Cardoso, e Cunha destas portas  
a maior segurança, o melhor fecho.

Com maior energia, e mais decoro,  
Luminar Apolíneo o considero:  
que é só de Delfos digno candelabro,  
quem do parnaso pode ser luzeiro.

Já das Musas se ouve o Coro Sacro,  
 Já das Graças se vê o airoso terno,  
 Já se escutam suaves harmonias,  
 Já ressoam harmônicos conceitos.

Graças, e Musas alternando aplausos,  
 Tecendo, e prevenindo em vosso obséquio  
 Ilustres c'roas, floridas Grinaldas  
 Multiplicam os votos, nos respeitos.

O “Discreto Secretário” é José da Cunha Cardoso, louvado e comparado a Homero – principal poeta da Grécia antiga, ao qual foi atribuída a autoria dos poemas épicos *Ilíada* e *Odisseia*. O Secretário, nesse sentido, seria aquele capaz de, com conhecimento e competência, verificar se um texto poderia ser publicado, atribuição expressa nos versos “só seus ombros merecem tanto peso” e “Mas quem senão Cardoso, douto, e sábio / das Ciências será o fundamento?”, visto que o julgamento da obra tem como princípio a ponderação, a revisão, o discernimento, a instrução, a exposição, a prática e a leitura.

No primeiro verso, o Secretário, também presidente da primeira seção, inicia (“as portas abre”) os trabalhos na ABE e, no sexto verso, “o melhor fecho”, dando, como censor, a palavra final nos textos. A antítese *abre x fecha* indica, portanto, que tanto ele tomava o cuidado de orientar, organizar desde o início quanto após a construção do texto, o que comprova ser “Coluna”, pessoa forte, que serve como base / pilar para os acadêmicos (“que sustém o Parnaso o firmamento”), assim como Atlante, na elaboração da poética dos céus.

O “peso” e a sustentação do Parnaso remetem-se ao mito de Atlante, titã grego, o qual, após ter atacado o Olimpo e ser derrotado, recebeu um castigo de Zeus: sustentar eternamente os céus. Na ABE, representava as várias atividades que José da Cunha Cardoso possuía na agremiação: Presidente da Primeira Conferência, Acadêmico, Censor e Secretário.

Após a cuidadosa avaliação do Secretário (“Das Ciências Oráculo infalível”), o texto tornar-se-ia público a partir de sua aprovação, revelada no poema como o decreto de Apolo (terceiro e quarto versos da terceira estrofe), divindade identificada como o sol e a luz da verdade, cuja função era conscientizar os homens de seus pecados e transformá-los em agentes responsáveis pela própria purificação, tal qual

faria o censor apontando as transgressões ou imperfeições nos textos. Assim, José da Cunha Cardoso seria também o Apolo da Academia.

O Acadêmico Vago, Sebastião da Rocha Pita, também louva, na 1ª Conferência, a figura do Secretário José da Cunha Cardoso, responsável por “mover” a nova Atenas, a ABE; represa as águas da Cabalina, tem as chaves da Oficina e exerce a guarda do Tombo das Camenas, como uma espécie de vigia, fiscal, das atividades da academia. Possui tal autoridade porque tem “pensamentos perfeitos”, conhecimento fecundo, habilidade com a poesia aguda, “prosa elegante”, “metro vário” e, desse modo, só ele tem a competência para dar os despachos, as aprovações dos poemas, ou seja, a autorização para a sua publicação.

Ao Senhor Doutor José da Cunha Cardoso  
Meritíssimo Secretário da nossa Academia.  
SONETO

Insigne Cunha que da nova Atenas  
a máquina moveis mais peregrina,  
e da nossa moderna Cabalina  
as Águas represais sempre serenas.

As Portas nos abri áureas, e amenas  
desta douta Palestra, Aula divina,  
já que tendes as chaves da Oficina,  
e sois guarda do Tombo das Camenas.

Como dos pensamentos mais perfeitos  
ilustre Arquivo sois, fecundo Erário,  
nos provei da agudeza, e seus efeitos.

Pois em prosa elegante, e metro vário  
só pode dar despachos de conceitos  
quem é do entendimento Secretário.

O louvor, no soneto acima, revela-se a partir de alguns elementos que enaltecem a figura do Secretário como autoridade provida de grande erudição e poder, responsável pelo funcionamento da ABE (“nova Atenas”), por permitir (“tendes a chave da Oficina”) e zelar (“guarda do Tombo”) pelas Conferências, no sentido de velar pela segurança da memória da Academia (“Arquivo”), mas igualmente que providenciasse a sua organização, como é próprio da tarefa de um Guarda do Tombo.

Todavia, José da Cunha Cardoso é designado como “guarda do tombo das Camenas”, ninfas das fontes que ofereciam lições de sabedoria. Sendo “guarda” e abrindo as portas áureas com as “chaves da Oficina”, podemos estabelecer analogia com a história bíblica de São Pedro, a quem Jesus confiou as chaves do Reino dos Céus, o que o elevou à autoridade suprema – o primeiro Papa – a fim de governar a Igreja, com livre decisão para absolver ou condenar.

Detentor de erudição (“dos pensamentos mais perfeitos”), o Secretário autoriza, com chancela da instituição, a inclusão de cada composição adequada no grupo dos passíveis de financiamento (“fecundo erário”), a partir de sua atividade censória, responsável por avaliar o sucesso do emprego das normas e “efeitos” da poesia de agudeza, “prosa elegante” e métrica variada com racionalidade (“entendimento”), de forma a eternizar tal memória através dos textos.

A produção poética das duas primeiras conferências da ABE apresenta um Secretário:

- “discreto” (Caetano de Brito Figueiredo e Antônio Cardoso da Fonseca);
- “novo Homero” (Caetano de Brito e Figueiredo);
- que dava leis à oratória e à poesia, com frase terça e elevado metro (Caetano de Brito Figueiredo);
- que ponderava, revia, discernia, instruía, expunha, praticava, lia;
- que não era somente Secretário, mas uma Coluna (que sustinha dos Parnaso o firmamento), douto, sábio e fundamento das Ciências (Conf. 1 Caetano de Brito Figueiredo);
- que possuía a função de emendar as rimas dos poemas (Conf. 1, Gonçalo Fernandes Gomes);
- que era a pessoa à qual os acadêmicos se dispunham aos preceitos dos seus gostos (Conf. 1, André de Figueiredo Mascarenhas);
- que tinha as chaves da Oficina e era o guarda do Tombo das Camenas (Conf. 1, Sebastião da Rocha Pita);
- que era o “dono dos pensamentos mais perfeitos”, prova-os da agudeza e de seus efeitos (Conf. 1, Sebastião da Rocha Pita);

- que fazia recomendações aos acadêmicos para os indultos “pois em prosa elegante, e metro vário/ só pode dar despachos de conceitos quem é do entendimento Secretário”, (Conf. 1. José da Cunha Cardoso);
- que mandava imprimir com a justiça que costuma julgar o poema (Conf. 2, Anastácio Ayres de Penhafiel);
- que não deveria nausear e enfastiar (Conf. 2, Anastácio Ayres de Penhafiel);
- que fazia julgamento justo de um litígio (Conf. 2, Antônio Cardoso da Fonseca).

Entretanto, no romance “A uma Dama formosa, e sem dentes, que para encobrir esta falta falava pouco”, há a manifestação do descontentamento do Acadêmico Gervásio das Montanhas Eremita (Conf. 3), o qual afirma que a Academia é uma Dama linda, que fala pouco, não tem dentes: “Decoro da Poesia / o recato da Eloquência, / não tem voz com que magoe, / não tem dentes com que ofenda”. “Quem era muito falador, era sempre censurado” (Conf. 12, Antônio Ribeiro da Costa), ideia, segundo o autor, também defendida por Aristóteles. Consoante apresenta Francisco Pires Longarito, o Secretário aconselhou-o que para despica-se e ficar vencedor, deveria calar-se, conselho imediatamente repudiado. Na sequência, há a menção de que é vítima por ter décimas famosas.

Um demônio, que estando eu descuidado,  
no meu banco sentado,  
tratando de ganhar a minha vida,  
passando o que Deus sabe de comida;  
porque fiz uma décima famosa,  
sôbre mim cai com fúria tão raivosa,  
não lhe fôra melhor perder a fala  
pois quem fica melhor quem muito cala?  
Ora, pois, quien tal hizo, é muito justo,  
que tal pague, e bem pago a todo custo:  
pois tomou por emprêsa o perseguir-me,  
a fé de Longarito, que há de ouvir-me. (LONGARITO apud CASTELLO, 1969-1971, p. 169-172)

Na 4ª Conferência, Anastácio Ayres de Penhafiel elaborou uma Silva Jocosa<sup>20</sup> com a didascália “A uma Hera sustentando um Álamo”. Apresenta que se a sua silva “tão franca” não “pica” à proporção que a elabora, não haveria cobra para destilar o seu veneno e infestá-lo. Ao aproximar-se a cobra do episódio bíblico de Eva, vê-se a traição, o pecado; assim, pode-se inferir que aquele que “julga” o trabalho não teria motivo para criticá-lo, já que Penhafiel nunca fizera uma silva que ofendesse.

Interessante notar que nos dois exemplos mencionados, por tratar-se de romance e silva, formas mais populares de expressão na época, o enaltecimento é o resultado da depreciação, da desqualificação: “não tem dentes com que se ofenda” e “a astuta cobra me infestasse”, o que revela uma adequação da forma ao conteúdo, exemplo de prescrição da ABE.

Em todas as Conferências foi de responsabilidade do Secretário fazer correções referentes à construção de versos, desvios gramaticais e emendas. José da Cunha Cardoso era a autoridade que tinha o poder da censura formal, responsável por fiscalizar a pertinência à adequação dos trabalhos dos demais acadêmicos às prescrições retóricas.

### **2.2.1.1 Os poemas SOBRE censura**

De acordo com o levantamento apresentado no quadro 1 (p. 53), o total de poemas nos quais há uma forma evidente de atividade censória na Academia é 26, sendo a primeira e a segunda Conferências aquelas que apresentam maior número de referências às práticas da censura, com, respectivamente, sete e seis poemas, consoante já foi mencionado.

Nos poemas que tratam da censura e dos aspectos a serem censurados, observam-se que as maiores preocupações dos acadêmicos diante de suas composições e diante do julgamento do Secretário eram: as leis da oratória / retórica; a erudição; a eloquência; o respeito às regras de uso das formas poemáticas; a escolha da forma poemática de acordo com a matéria; o decoro; o

---

<sup>20</sup>A silva é uma série métrica, criada por Publio Papinio Estacio (poeta latino), com versos endecassílabos ou heptassílabos soltos, sem rimas livres. Foi introduzida na literatura espanhola no século XVII por Francisco de Quevedo.

engenho; o encômio mais subido; o combate à leitura enfadonha (mediania), àquele que fala muito (prudência), àquele que é mordaz (parâmetro da prudência), àquele que é modesto; a emulação; a agudeza e seus efeitos.

A autocensura, no contexto da ABE, consistia em seguir preceitos retóricos, como a prudência, a erudição, a agudeza, a emulação, o decoro e o engenho, conceitos bastante recorrentes nos 26 poemas que tratam da censura na ABE. A prudência consiste em discernir, por meio da razão, o bem verdadeiro e a maneira mais justa de obtê-lo, como no fragmento do poema de Francisco Pires Longarito, na 12ª Conferência:

Confesso o meu pecado,  
fiquei fora de mim, de apaixonado:  
não pude tal sofrer com paciência,  
e mais quando, com nímia prudência,  
o Senhor Secretário,  
de quem nunca supus ser meu contrário,  
me aconselha, que para despicar-me,  
e ficar vencedor, devo calar-me.

A erudição seria a instrução vasta e variada lograda pelo estudo e pela leitura, como se nota no Secretário José da Cunha Cardoso, e apresentada no poema de Caetano de Brito Figueiredo, na Primeira Conferência:

Mas quem senão Cardoso, douto, e sábio  
das Ciências será o fundamento?  
sendo Cardoso, e Cunha destas portas  
a maior segurança, o melhor fecho.

Base da retórica, a agudeza fundamenta-se em um tipo de artifício gerado pelo estabelecimento de semelhança incomum entre dois termos considerados distantes (CARVALHO, 2007, p. 30), como se observa no fragmento do soneto de Sebastião da Rocha Pita, na Primeira Conferência:

Como dos pensamentos mais perfeitos  
ilustre Arquivo sois, fecundo Erário,  
nos provei da agudeza, e seus efeitos.

Pois em prosa elegante, e metro vário  
só pode dar despachos de conceitos  
quem é do entendimento Secretário.

A emulação consistia na imitação da autoridade dos melhores poetas e / ou oradores da Antiguidade Clássica, o que dependia bastante da técnica que o imitador possuía, ou seja, o seu engenho, conforme se apresenta no trecho do poema de Anastácio Ayres de Penhafiel, na 10ª Conferência:

Atrevo pelo Vale àquele outeiro  
 Onde protesto que obra mais não faça  
 Sem saber na academia o que se passa,  
 Qual seja o novo assunto  
 Que já daqui pergunto  
 Para que possa repetir empenhos,  
 E outra Silva mandar de dois engenhos  
 Como esta que despacho  
 De certa ocupação com que me acho  
 Ao Senhor Secretário  
 A quem peço me alcance o breviário  
 Do Reverendo Cura de São Pedro,  
 Que se com ele medro  
 À Academia prometo  
 mandar o melhor Soneto  
 Do que aquele que Sua Reverência  
 Nos mandou na passada Conferência.

O decoro seria a unidade adquirida pela concórdia de suas partes: matéria, auditório e poeta (CARVALHO, 2007, p. 157). “[...] Implica ainda determinada conveniência de enunciação, o que faz patente considerar quem fala no discurso, o lugar de onde fala, a audiência, enfim, as variadas condições de enunciação” (CARVALHO, 2006, p. 71). O conceito pode ser verificado no fragmento do poema de Gervásio das Montanhas, na Terceira Conferência:

Quem será Dama tão linda?  
 entendo que é a Academia.  
 Falar pouco, não ter dentes,  
 é toda a sua beleza.

Decoro da Poesia,  
 o recato da Eloquência,  
 não tem voz com que magoe,  
 não tem dentes com que ofenda.

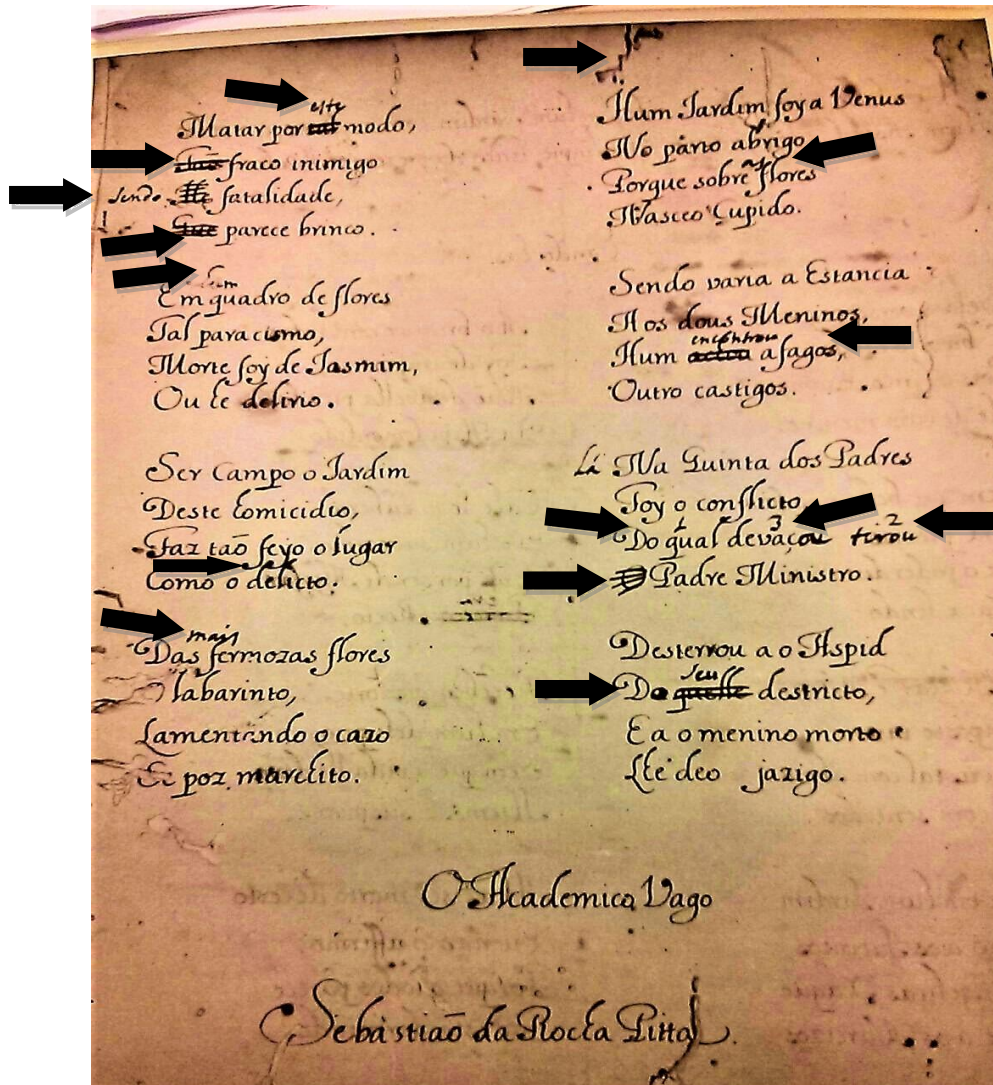
Nas Conferências da ABE, seus respectivos presidentes propunham sempre, como já foi visto, um tema para a elaboração de poemas líricos e heroicos

pelos acadêmicos. Dados os temas, os acadêmicos, logo após a produção oratória ou poemática dedicada ao presidente da sessão, deveriam exercitar seu conhecimento, sua sapiência, sua erudição, consoante às regras apreendidas nas retóricas de Aristóteles e Quintiliano, assim como nas peças oratórias de Cícero. Isso constituía a prática da emulação, fonte de legitimidade.

Segundo Moraes,

Esta prática de escrita e recitação voltada para a “competição” e/ou discussão dos problemas dados passa por um conjunto de regras que vem (...) determinada por Autoridades da retórica antiga e seguida no presente dos acadêmicos com bastante rigor. Observem-se, por exemplo, algumas modalidades de censura que podemos encontrar nos textos dos Esquecidos e que são um documento interessante de determinação de regras que, embora não explicitadas em estatutos, como ocorreu com outras Academias, acabaram sendo consagradas pela prática e pela ação de um único acadêmico responsável pela vigilância de tais preceitos, o Secretário José da Cunha Cardoso (1999, p. 151).

A título de ilustração, tem-se um fragmento de endeixas de Sebastião da Rocha Pita: “Um belo menino brincando em um Jardim com as flores, o mordeu um Áspide, e logo morrer”. Através da edição mecânica, pode-se verificar o exercício da censura por parte de José da Cunha Cardoso, quem, de próprio punho, eliminou, acrescentou e substituiu palavras:



Para que os acadêmicos tivessem, então, seus textos publicados, além de demonstrarem o engenho, habilidade natural composta de perspicácia e versatilidade, era necessário agirem com prudência, considerada uma virtude ao lado da justiça, temperança e bondade. Ela está associada ao bom-senso e à capacidade de prever perigos e evitar erros, ou seja, à habilidade de saber fazer o que é considerado adequado, racionalmente.

Era convenção da época os acadêmicos saberem que, dependendo do tema abordado, havia um gênero, uma forma e um estilo mais adequados. Conforme levantamento de Moraes sobre a produção poética da ABE,

A exposição tratará de estabelecer um paralelo entre a chamada temática proposta e as composições poéticas realizadas, fazendo

surgir dessa apresentação questões de importância para a determinação das práticas letradas no século XVIII, tais como o emprego da forma poética em relação ao assunto, a discussão, em forma de poemas, dos temas propostos (que leva à caracterização da chamada poesia de circunstância), a atividade poética encarada mais como exercício da prescrição que propriamente como atividade artística na acepção que hoje praticamos e, finalmente, o estudo das formas poéticas mais comuns na América Portuguesa, ou Brasil Colonial (1999, p. 140).

Como já foi observado, o recurso da emulação também era regra prescrita para a produção poética da ABE.

Para que cada acadêmico exhiba o seu trabalho, destina-se esse espaço de emulação prescrito, em que a busca dos estatutos diante do juiz (no caso, o mecenas) e do prestígio que a conquista desses estatutos pode representar, orientará cada uma das composições... Temos então a tecer as seguintes considerações: na falta de um texto de estatutos que fosse responsável por prever as modalidades de matéria e conseqüentemente as formas e a língua de expressão para os assuntos, como encontramos nos estatutos da ABR, e, de outra parte, considerando também a nítida preferência pela forma poética, vemos que os graus de importância conferidos à matéria devem ser expressos:

- a. pelos sonetos, no caso do uso do vernáculo;
- b. pelos *epigrammata*, no caso da língua latina;
- c. por outras formas de composição latina;
- d. por outras formas de composição em vernáculo que permitam longo espaço para discorrer ou louvar a matéria, tais como os romances, as silvas, as décimas, os tercetos, as odes, os quartetos e as oitavas, que se prestam para a exposição de temas heroicos com maior ou menor narratividade e/ou gravidade (MORAES, 1999, p. 145).

Assim, a produção poética da ABE pode ser compreendida como um exercício da imaginação engenhosa a partir dos preceitos das retóricas e poéticas antigas, lidas pelo olhar contemporâneo da ABE, e levando em consideração o tema dado para a conferência.

Em considerável parte da produção da ABE nota-se a predominância do gênero epidítico, proposto por Aristóteles (Livro Primeiro, Capítulo III de sua *Arte Retórica*). O alvo do louvor foram os presidentes das Conferências, o Secretário, Vice-Rei e a Coroa Portuguesa. Desse modo, utilizando-se do argumento da amplificação, o orador pretende destacar certos valores, com o intuito de promover a

adesão ao que é exaltado. Assim, usados simultaneamente, poderiam produzir no público uma admiração do herói alvo do louvor, uma expressão de uma atitude laudatória ou uma garantia contra as críticas que a obra porventura tivesse, e o Estado português, em contrapartida, garantia a manutenção do poder constituído e mais ainda a submissão por parte dos acadêmicos / vassallos.

Teixeira (1999, p. 406) declara que “o encômio é abordado como manifestação do verso lírico, pois se destina ao louvor do soberano e seus eleitos, entendidos como escolhidos por Deus, direta ou indiretamente”, de forma a ressaltar as virtudes, a comprová-las e a realizar a descrição do feito que desencadeia o elogio.

O louvor era também um mecanismo para a manutenção da Academia e para a troca de privilégios, caso contrário, a produção escrita e a publicação estariam comprometidas. Com as vantagens mútuas, havia a aquisição de estatutos (“status”) e prestígio por meio de um comportamento adequado, eis o princípio da “racionalidade cortês” (MORAES, 1999, p. 19).

A prática do louvor revelava a obediência à hierarquia e, mais uma vez, era um mecanismo com o qual a Coroa Portuguesa se beneficiava para policiar ideologicamente e para a centralização do poder. Por meio de um “código de conduta”, que seria o uso do encômio, os acadêmicos louvavam os Presidentes de cada Conferência, o Secretário / Censor José da Cunha Cardoso, agradavam a seus fundadores e ao Vice-Rei, representante da Coroa em terras brasileiras, além de acentuar a hierarquia a que se submetiam.

Nota-se que a atividade poética está mais voltada ao exercício de prescrição do que propriamente como atividade artística na acepção que hoje praticamos (MORAES, p. 140, 1999). O que se tem, portanto, é uma censura preocupada com os aspectos formais das composições e nenhuma referência à censura com teor político ou religioso, visto que esses aspectos já foram “filtrados” pelo fato de os acadêmicos serem escolhidos para fazer parte de uma agremiação a serviço da Coroa Portuguesa.

#### **Quadro 1 – Quadro-síntese dos poemas SOBRE censura**

CONFERÊNCIA	ACADÊMICO	DIDASCÁLIA	FRAGMENTOS DOS POEMAS NOS QUAIS APARECE A ATIVIDADE CENSÓRIA
<p>1ª Conferência 23/04/1724</p> <p>Presidente: José da Cunha Cardoso</p>	<p>Caetano de Brito Figueiredo</p>	<p>Ao Doutíssimo Senhor Doutor José da Cunha Cardoso, Digníssimo Secretário da Academia Brasília orando na sua primeira conferência.</p>	<p>4ª a 10ª Estrofes (Romance Heroico)</p> <p>Já do Templo de Apolo as portas abre Discreto Secretário, novo Homero, dando leis à oratória, e à Poesia, com frase terça, se elevado metro.</p> <p>As Portas abre, os áditos franqueia Patentes vedes já Dêlfico Templo; donde a todos será Adoratório, quanto no Secretário é Magistério.</p> <p>Das Ciências Oráculo infalível, das Musas os mistérios, os segredos guarda: mas se os publica, é que de Apolo, quando registra as leis, passa os decretos.</p> <p>Ponderando, revendo, discernindo, instruindo, expondo, praticando, lendo faz calar aos Demóstenes Romanos, faz que emudeçam estes Túlios Gregos.</p> <p>É não só Secretário, mas Coluna, que sustém dos Parnaso o firmamento; Líbico Alcides, Majestoso Atlante só seus ombros merecem tanto peso. Mas quem senão Cardoso, douto, e sábio das Ciências será o fundamento? sendo Cardoso, e Cunha destas portas a maior segurança, o melhor fecho.</p> <p>Com maior energia, e mais decoro, Luminar Apolíneo o considero: que é só de Delfos digno candelabro, quem do parnaso pode ser luzeiro.</p>
<p>1ª Conferência 23/04/1724</p> <p>Presidente: José da Cunha Cardoso</p>	<p>Gonçalo Fernandes Gomes</p>	<p>Ao eloquente e mui fecundo Doutor o Senhor José da Cunha Cardoso, escrevia Gonçalo Fernandes Gomes este.</p>	<p>3ª e 4ª estrofes (Soneto)</p> <p>Doze Rimas, Senhor, que dedicadas, ao senhor Vi-Rei, vão remetidas primeiro a vossas mãos, para, emendadas,</p> <p>E não temo que sejam repreendidas, que se de Apolo são patrocinadas hão de sair correntes, e luzidas.</p>

<p>1ª Conferência 23/04/1724</p> <p>Presidente: José da Cunha Cardoso</p>	<p>André de Figueiredo Mascarenhas</p>	<p>Ao Doutor o Senhor José da Cunha Cardoso em resposta da notícia, que da nova Academia Brasileira, de que é digníssimo Secretário, foi servido dar ao menor criado seu.</p>	<p>23ª, 34ª e 35ª estrofes (Tercetos)</p> <p>Mas espero que à dita, que me ordena Soberano favor, não possa a sorte Destruir, que ao desterro me condena.</p> <p>Deixai logo, Senhor, que este desterro Minha ignorância oculte, porque à vista Na Corte erro será do monte o acerto.</p> <p>Porém nesta distância bem que assista, Fico a vossos preceitos sempre exposto, Sem que falte ua mínima ou resista Ao aceno menor do vosso gosto.</p>
<p>1ª Conferência 23/04/1724</p> <p>Presidente: José da Cunha Cardoso</p>	<p>André de Figueiredo Mascarenhas</p>	<p>Ao Doutor o Senhor José da Cunha Cardoso Digníssimo Secretário da Academia Brasília, Corregedor, que foi da Cidade da Bahia.</p>	<p>4ª estrofe (Soneto)</p> <p>Mas dos vários, que Euterpe ali proprunha, Vi que Apolo mandou ao sacro coro, Que só corram por seus versos do Cunha.</p>
<p>1ª Conferência 23/04/1724</p> <p>Presidente: José da Cunha Cardoso</p>	<p>Sebastião da Rocha Pita</p>	<p>Ao Senhor Doutor José da Cunha Cardoso Meritíssimo Secretário da nossa Academia.</p>	<p>Soneto</p> <p>Insigne Cunha que da nova Atenas a máquina moveis mais peregrina, e da nossa moderna Cabalina as Águas represais sempre serenas.</p> <p>As Portas nos abri áureas, e amenas desta douta Palestra, Aula divina já que tendes as chaves da Oficina, e sois guarda do Tombo das Camenas.</p> <p>Como dos pensamentos mais perfeitos ilustre Arquivo sois, fecundo Erário, nos provei da agudeza, e seus efeitos.</p> <p>Pois em prosa elegante, e metro vário só pode dar despachos de conceitos quem é do entendimento Secretário.</p>
<p>1ª Conferência 23/04/1724</p> <p>Presidente: José da Cunha</p>	<p>De um poeta moderno. Sem indicação de Autor.</p>	<p>Ao Presidente. Ao Doutíssimo Senhor Doutor José da Cunha Cardoso, Digníssimo Secretário da</p>	<p>Décima</p> <p>Atento, e agradecido vos pretendo sublimar, engrandecer, e exaltar,</p>

Cardoso		Academia Brasílica orando na sua primeira conferência.	com o encômio mais subido: mas tenho em mim conhecido não posso tomar o vau, com que, se o verso for mau ficarei qual outro mudo, pois me falta pelo estudo ser Cunha do mesmo pau.
1ª Conferência 23/04/1724  Presidente: José da Cunha Cardoso	José da Cunha Cardoso (Secretário)	Aos Acadêmicos.	13ª estrofe (Romance Endecassílabo)  Desejo, mas não sei, melhor louvar-vos; Perdoai-me benignos este absurdo, Pois levam os erros meus nos meus afetos A recomendação para os indultos.
2ª Conferência 07/05/1724  Presidente: Sebastião da Rocha Pita	Salvador Pizarro de Carvalho e Albuquerque	Sobre com que deve a República Literária a El-Rei nosso senhor, que Deus guarde, seu Promotor, e real Patrono.	4ª estrofe (Soneto)  E para que de ingrata a não censure Pague em folhas se quer, que escreva um dia O fruto que colher em todo um ano.
2ª Conferência 07/05/1724  Presidente: Sebastião da Rocha Pita	Do Acadêmico Obsequioso (Gonçalo Soares da Franca)	Quanto deve ser a República Literária a El-Rei Nosso Senhor seu verdadeiro Protetor.	3ª estrofe (Soneto)  Da história vossa, a estampa só terrena, (quando tal proteção a história inflama) curto fora papel, margem pequena:
2ª Conferência 07/05/1724  Presidente: Sebastião da Rocha Pita	Geraldo da Fonceca Carssão	Problema, quem mostrou amar mais finamente Clície ao Sol, ou Endimião à Lua. Ao mesmo assunto jocossério.	4ª estrofe (Soneto)  O Autor conhecendo que o seu estado já não requer semelhante metro, disfarça o seu nome no deste anagrama puro.
2ª Conferência 07/05/1724  Presidente: Sebastião da Rocha Pita	Antônio Cardoso da Fonseca	Problema, quem mostrou amar mais finamente Clície ao Sol, ou Endimião à Lua.	13ª, 32ª, 48ª e 49ª estrofes (Romance)  Mas suposto assim manda o Secretário entendido, eu lhes irei perguntando; do que ouvir farei aviso.  Porém quando me suceda em tal caso prejuízo, do discreto Secretário, ah! qu' (sic) del Rei, darei gritos.

			<p>Ao Passado Presidente concluso vai este escrito, com a justiça que costuma julgará deste litígio;</p> <p>Se de selo carecer dois estão neste partido, valha sem selo <b>ex causa</b> na chancelaria, Brito.</p>
<p>2ª Conferência 07/05/1724</p> <p>Presidente: Sebastião da Rocha Pita</p>	<p>Anastácio Ayres de Penhafiel</p>	<p>Qual amou mais, se Clície ao Sol, ou Endimião à Lua?</p>	<p>75º ao 82º e 243º ao 254º versos (Romance jocossério)</p> <p>Mas contudo, perdoai-me Do Romance a tirania; E estampai em vosso peito Ou se imprima, ou não se imprima. Mandai logo ao Secretário Pois por mim vo-lo recita Que não se enfade de ler Minha arenga mal trazida.</p> <p>[...]</p> <p>E eu a publicar, meu César, As vossas prerrogativas Desde o mais remoto Pólo Té o mais dilatado clima. Em vós Corifeus que as águas Bebeste da Cabalina, Se o romance vos nauseia Por grande, e vos enfastia Sabei que o eminente Apolo De ouvir nunca se eximia Entre os lacônicos pletros As perifrásticas Liras.</p>
<p>2ª Conferência 07/05/1724</p> <p>Presidente: Sebastião da Rocha Pita</p>	<p>José de Oliveira Serpa</p>	<p>Problema, quem mostrou amar mais finamente Clície ao Sol, ou Endimião à Lua.</p>	<p>10ª estrofe (Silva)</p> <p>Ser uma Águia diria Porém ser Águia é ter sabedoria, E esta só pode estar num Secretário, Não em qualquer pessoa de ordinário. Se bem pede o Consoante Que faça Águia à mulher por ser rapante.</p>
<p>3ª Conferência 21/05/1724</p>	<p>Do Acadêmico Infeliz (João de</p>	<p>Uma dama formosa, mas com poucos</p>	<p>20ª estrofe (Romance jocossério)</p>

<p>Presidente: João de Brito e Lima</p>	<p>Brito e Lima)</p>	<p>dentes, que costuma falar pouco, por se lhe não ver aquela falta.</p>	<p>Não passo das vinte coplas porque corra pela taxa este romance, e não seja punido por mais da marca.</p>
<p>3ª Conferência 21/05/1724  Presidente: João de Brito e Lima</p>	<p>Gervásio das Montanhas Eremita Na Tebaida das Jacobinas.</p>	<p>A uma Dama formosa, e sem dentes, que para encobrir esta falta falava pouco.</p>	<p>16ª a 24ª estrofes (Romance)</p> <p>Quem será Dama tão linda? entendo que é a Academia. Falar pouco, não ter dentes, é toda a sua beleza.</p> <p>Decoro da Poesia, o recato da Eloquência, não tem voz com que magoe, não tem dentes com que ofenda.</p> <p>O mesmo Apolo indignado ouvindo maledicências dos Zoilos as bocas tapa, arranca os dentes de inveja.</p> <p>Este do discreto Assunto entendo que fica a Ideia, graças sem mordacidade, formosuras com modéstia.</p> <p>Relevai o Sermonário que o Poeta anacoreta é de Tebaida; o que inculca tanto Monte, Rio, e Serra.</p> <p>O mais que falta ao retrato na garganta se atravessa, seja a Serra do Aporá, o Serro do Frio seja?</p> <p>As mãos na Serra dos Órgãos pondo à esquerda, e direita seus dedos nos Guararapes falem de Holanda as tragédias.</p> <p>A bizzarria do corpo, o Grã Pará representa: que o Rio das Amazonas retrata Pentasilheias.</p> <p>Tenho acabado a pintura: peço comprovada vênia, desculpa das dissonâncias, perdão das simulcadências.</p>

<p>4ª Conferência 04/06/1724</p> <p>Presidente: Francisco Pinheiro Barreto</p>	<p>Anastácio Ayres de Penhafiel</p>	<p>A uma Hera sustentando um Álamo seco.</p>	<p>115º ao 128º versos (Silva jocosa)</p> <p>Sai por fim desta obra Por entre os pés da noiva uma cobra Que num bote os alcança Tão ligeira que enfim, lá vai a dança; Pois debaixo da hera em prado ameno Ocultou sempre a cobra o seu veneno. E, eu por não ser mordido Já da hera me dou por despedido, A razão clara fica; Pois se a Silva é tão franca, e me não pica Discorrendo eu por ela, Que motivo haveria, ó Musa bela Para que a astuta cobra me infestasse Se eu jamais plantei Silva que picasse.</p>
<p>5ª Conferência 25/06/1724</p> <p>Presidente: Antônio Gonçalves Pereira</p>	<p>Do Acadêmico Infeliz (João de Brito e Lima)</p>	<p>Uma dama dando a Fábio duas flores, a saber um amor- -perfeito metido em um malmequeres.</p>	<p>72º ao 81º versos (Silva jocosséria)</p> <p>Donde fostes, sem ter consentimento do vosso nobre esposo o entendimento? pois nenhuma mulher (inda a mais rasa) sem licença do esposo sai de casa. Como (me respondeu) tão ocupado julguei com este assunto a seu cuidado, me mandou meu esposo neste dia a ver discretíssima Poesia, que tem (qual no Parnaso) o seu assento neste Palácio, e douto ajuntamento.</p>
<p>8ª Conferência 06/08/1724</p> <p>Presidente: Antônio Roiz de Lima</p>	<p>Sem indicação de autor</p>	<p>Em louvor do Reverendíssimo Presidente: por um seu amantíssimo.</p>	<p>9º e 10º versos (Décimas)</p> <p>Que na prata do papel Muito corta a vossa Lima.</p>
<p>10ª Conferência 10/09/1724</p> <p>Presidente: João Borges de Barros</p>	<p>Anastácio Ayres de Penhafiel</p>	<p>Qual foi maior glória para Trajano, alcançar uma vitória inda que não logrou o seu triunfo por se lhe antecipar a morte ou triunfar [pela] estátua a diligência de seu sucesso Adriano?</p>	<p>52º e 57º versos (Silva jocosa)</p> <p>Enquanto cai a areia, a tinta seca Revolve a biblioteca A sutil pena apara, A Musa se prepara, E o Senhor Secretário o papel dobra Ressuscite Trajano em outra obra.</p>

<p>10ª Conferência 10/09/1724</p> <p>Presidente: João Borges de Barros</p>	<p>Anastácio Ayres de Penhafiel</p>	<p>A uma Senhora que perdendo um grande bem trazia muito na memória esquecer-se do bem perdido.</p>	<p>78º ao 112º versos (Silva jocosa) Atrepe pelo Vale àquele outeiro Donde protesto que obra mais não faça Sem saber na academia o que se passa, Qual seja o novo assunto Que já daqui pergunto Para que possa repetir empenhos, E outra Silva mandar de dois engenhos Como esta que despacho De certa ocupação com que me acho Ao Senhor Secretário A quem peço me alcance o breviário Do Reverendo Cura de São Pedro, Que se com ele medro À Academia prometo mandar o melhor Soneto Do que aquele que Sua Reverência Nos mandou na passada Conferência; E ao mesmo Reverendo também peço Que do meu zelo acredite o excesso Quando contumaz seja Para não mandar outro sem que eu o veja, Pois me tem feito o nosso Presidente Revedor dos seus versos, que prudente Os mostre, e os não resguarde De um tão grande Reverendo, a quem [Deus guarde.</p>
<p>12ª Conferência 08/10/1724</p> <p>Presidente: João Álvares Soares</p>	<p>Antônio Ribeiro da Costa</p>	<p>Quem cala vence</p>	<p>4ª estrofe (sem indicação do tipo de poema)</p> <p>Porquanto o que é falador sempre é muito censurado de Aristóteles notado foi um desses rigor.</p>
<p>12ª Conferência 08/10/1724</p> <p>Presidente: João Álvares Soares</p>	<p>Francisco Pires Longarito, morador defronte da Misericórdia.</p>	<p>Ao heroico Assunto de que vence quem cala, em despique contra o Livreiro Paulo da Silva Sarmiento, defronte da Misericórdia.</p>	<p>13º ao 28º e 67º ao 78º versos (Silva jocosséria)</p> <p>Confesso o meu pecado, fiquei fora de mim, de apaixonado: não pude tal sofrer com paciência, e mais quando, com nímia prudência, o Senhor Secretário, de quem nunca supus ser meu contrário,</p> <p>me aconselha, que para despicar-me, e ficar vencedor, devo calar-me. Não abraço o Conselho inda que mo intimara Irmão mais velho:</p>

			<p>nem estou pelo dito que assim não quer vencer o Longarito: bom despique por certo para Poeta, de quem cada palavra, é ervada seta, quando escandalizado, algum crítico o deixa magoado.</p> <p>[...]</p> <p>Um demônio, que estando eu descuidado, no meu banco sentado, tratando de ganhar a minha vida, passando o que Deus sabe de comida; porque fiz uma décima famosa, sobre mim cai com fúria tão raivosa, não lhe fora melhor perder a fala pois quem fica melhor quem muito cala? Ora, pois, quien tal hizo, é muito justo, que tal pague, e bem pago a todo custo: pois tomou por empresa o perseguir-me, a fé de Longarito, que há de ouvir-me.</p>
<p>14ª Conferência 12/11/1724</p> <p>Presidente: Ruperto de Jesus e Sousa</p>	<p>Francisco Xavier Caput</p>	<p>Uma dama que tomando o fresco em um jardim quando viu pôr o Sol começou a chorar.</p>	<p>2ª estrofe (Romance)</p> <p>Na cópia é justo também alguma coisa se inove, se passar de extravagância dou que fazer aos censores.</p>
<p>15ª Conferência 26/11/1724</p> <p>Presidente: Luís da Purificação</p>	<p>De um obsequioso Discípulo Anônimo da Mesma Ordem.</p>	<p>Ao mesmo Presidente Frei Luís da Purificação.</p>	<p>Décimas</p> <p>1</p> <p>Ser Francisco mostrais Meu Frei Luís, neste dia; quando, nesta Academia, um remendo assim deitais. Tão sutilmente o enfeitais C'os vossos alinhavados, que já todos admirados claramente estão dizendo: ninguém bota o seu remendo com pontos tão levantados.</p> <p>2</p> <p>Um remendo bem cerzido, e com tal curiosidade, é de rara habilidade, sendo sutilmente unido. Assim que por entendido</p>

			<p>ficais, nesta Academia Mestre, com tal energia, que nos quiseste mostrar, que quem sabia pregar, Melhor remendar sabia.</p> <p style="text-align: center;">3</p> <p>Eu de vós muito cuidara; mas remendão é baixeza: porém vós tal sutileza tendes, e graça tão rara, que creio ninguém deixara de ver, quanto vós cerzis; pois todo o Congresso diz, quando coseis um remendo, não se viu Mestre estupendo como o Padre Frei Luís.</p> <p style="text-align: center;">4</p> <p>Coseis pois, Mestre afamado, que só vós sabeis coser; pois dá muito em que entender um remendo bem botado. Mas vós, como experimentado, no pontear, e cerzir, é muito para advertir, o que a todos causa espanto; que pontear vós tanto, tão pouco queirais luzir.</p>
<p>15ª Conferência 26/11/1724</p> <p>Presidente: Luís da Purificação</p>	<p>Do Acadêmico Infeliz (João de Brito e Lima)</p>	<p>Anaxarte convertida em pedra.</p>	<p>1º ao 20º versos (Silva jocosséria)</p> <p>Não há quem possa ter-se a cartas novas: vá de Silva, Senhores, vá de trovas; mas não sei se haverá quem me censure; de que haja paciência, que me ature, por ser nas conferências costume a dar (como na de hoje) um bom mercado. e certo tem razão, quem me condena, porque o muito, e ruim, sempre deu pena; por isso houve um discreto, que dizia, que o pouco (inda que mau) não enfastia. O Senhor Secretário de paciência um pouco se arme, nesta Conferência, que só dos versos meus o calendário</p> <p>é capaz de matar o Secretário. Se o seu ofício por desgraça é este devem ser os meus uma peste. Seja assim, não ergamos novas lebres, causem mortes, fastios, tosses, febres,</p>

			que de fazê-los tais ou quais deixara se quem mandar-me pode, me mandara.
16ª Conferência 27/12/1724  Presidente: Félix Xavier	Luís Canelo de Noronha	Pirene transformada em fonte.	15ª estrofe (Canção)  Enfim, Canção, para que estás cansando, Recolhe-te ao silêncio, Se não dizes a fonte, aonde, e quando O calar-te é melhor, que no que dizes Dás tu matéria a críticos juízes.
17ª Conferência 21/01/1725  Presidente: José Pires de Carvalho e Albuquerque	Do licenciado Jorge da Silva Pires	Ao Assunto lírico, em que se trata que um Cego, e um manco; para haver este de andar se pôs sobre o cego, para servir de guia; e [usando-lhe] dos pés foram caminhando.	29º ao 32º versos (Silva jocosséria)  É-me já necessário pois que assim o dispôs o Secretário dar dois pés a um coxo, ou a um manco, quem me dera pregar-lhe os pés de um [banco.

### **2.2.1.2 Os poemas com SUBCENSURA**

Além da censura realizada pelo Secretário, encontraram-se composições poéticas nas quais constam ou a palavra “subcensura” ou as letras “S.C.” na parte inferior de alguns poemas a partir da décima Conferência. Na edição mecânica da produção letrada da ABE, arquivada no Instituto de Estudos Brasileiros, da Universidade de São Paulo, observou-se que não há, abaixo dos poemas, utilização do termo. Tal indicação faz-se presente apenas n’*Omovimento Academicista* (CASTELLO, 1969-1971).

O que se pode supor é que devido ao fato de serem muitos poemas para avaliar e muitas tarefas relacionadas à organização e andamento da ABE, José da Cunha Cardoso pode ter confiado a outros acadêmicos o exercício da censura formal.

### **Quadro 2 – Quadro-síntese dos poemas com SUBCENSURA**

<b>CONFERÊNCIA</b>	<b>ACADÊMICO</b>	<b>DIDASCÁLIA</b>
10ª Conferência 10/09/1724 Presidente: João Borges de Barros	De dois engenhos, ambos da mesma terra, e do mesmo nome.	Uma senhora, que perdendo um grande bem, cuida muito em que se esquecer do bem perdido. (Soneto)
11ª Conferência 24/09/1724 Presidente: Inácio de Azevedo	Do Acadêmico Obsequioso (Gonçalo Soares da Franca)	Ao Fracasso, que prometia o fogo que se ateou na Casa da pólvora atalhado pelo valor, piedade e diligência do Excelentíssimo Senhor Vice-Rei. (Canção)
11ª Conferência 24/09/1724 Presidente: Inácio de Azevedo	Luís de Siqueira da Gama	O valor e zelo, com que o Excelentíssimo Senhor Vice-Rei Vasco Fernandes César de Meneses acudiu pessoalmente a apagar o incêndio, que já estava ateado nas paredes, e teto da Casa e oficina da pólvora, em que se achavam mais de 400 barris dela. (Elogio)
11ª Conferência 24/09/1724 Presidente: Inácio de Azevedo	Do Acadêmico Nubiloso (Caetano de Brito Figueiredo)	Cíntia chegando a sua janela [para ver a Fábio luzem os raios do Sol e não] o pode ver. (Soneto)
14ª Conferência 12/11/1724 Presidente: Ruperto de Jesus e Sousa	Do Ocupado (Luís de Siqueira da Gama)	Uma dama que tomando o fresco em um jardim quando viu pôr o Sol começou a chorar (Soneto)
14ª Conferência 12/11/1724 Presidente: Ruperto de Jesus e Sousa	Do Ocupado (Luís de Siqueira da Gama)	Uma dama que tomando o fresco em um jardim quando viu pôr o Sol começou a chorar (Romance)
17ª Conferência 21/01/1725 Presidente: José Pires de	Do Menos Ocupado	Um cego trazendo às costas a um coxo, que o governava com

Carvalho e Albuquerque		a vista, ajudando-se reciprocamente para a comodidade de ambos. (Soneto)
------------------------	--	--

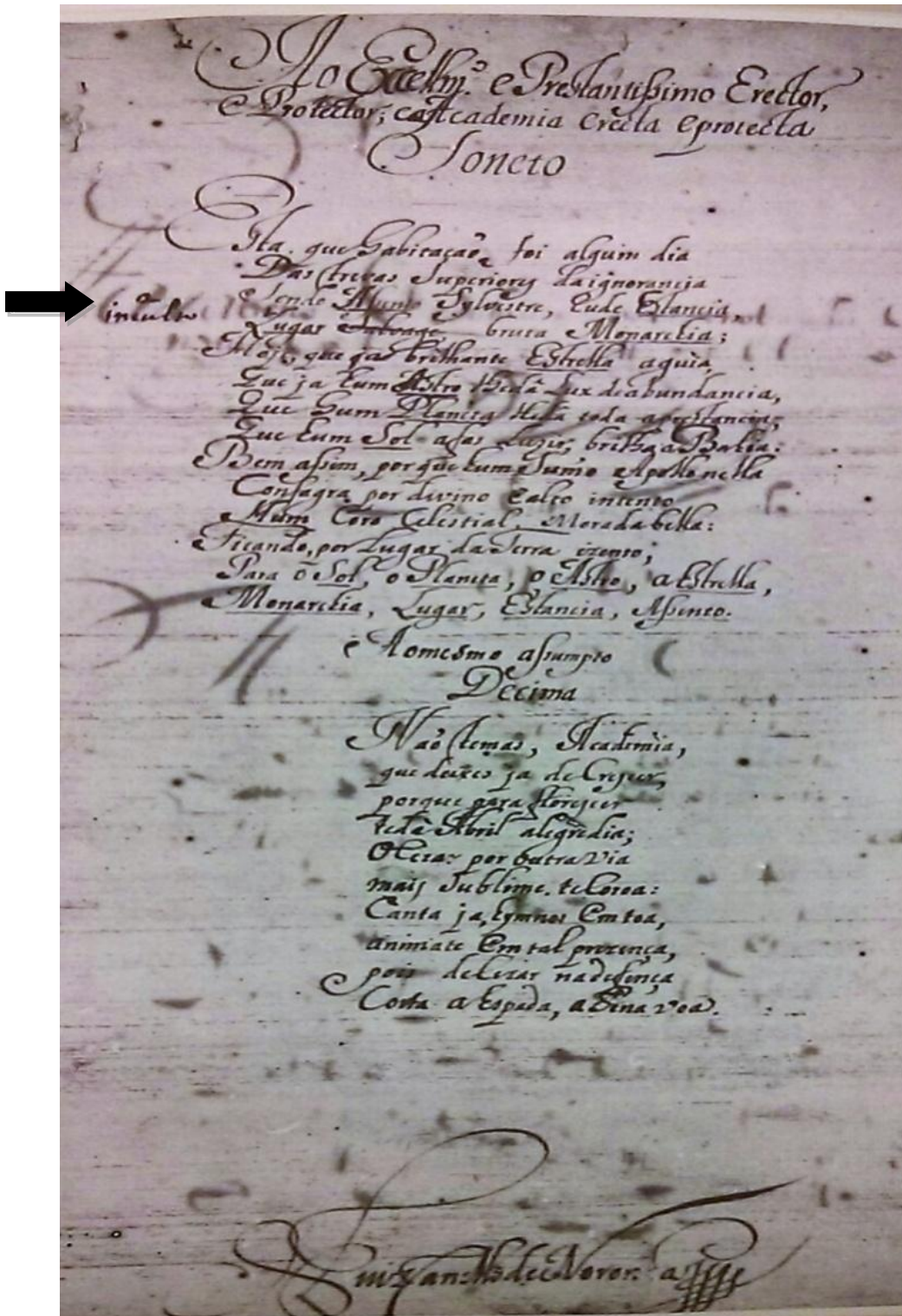
### 2.2.1.3 Os poemas SOB censura

A partir da análise da edição mecânica da produção letrada da Academia Brasileira dos Esquecidos, arquivada no IEB, realizou-se um levantamento das correções tanto nos poemas quanto nas orações, a fim de que fosse possível estabelecer critérios quanto à prática da atividade censória do secretário José da Cunha Cardoso. Chegaram-se a dois blocos de intervenções nos textos: aquelas realizadas pelo Secretário, que constituem a grande maioria, e outras realizadas pelos acadêmicos.

#### 2.2.1.3.1 Intervenções do Secretário

##### a. Acréscimo de palavra

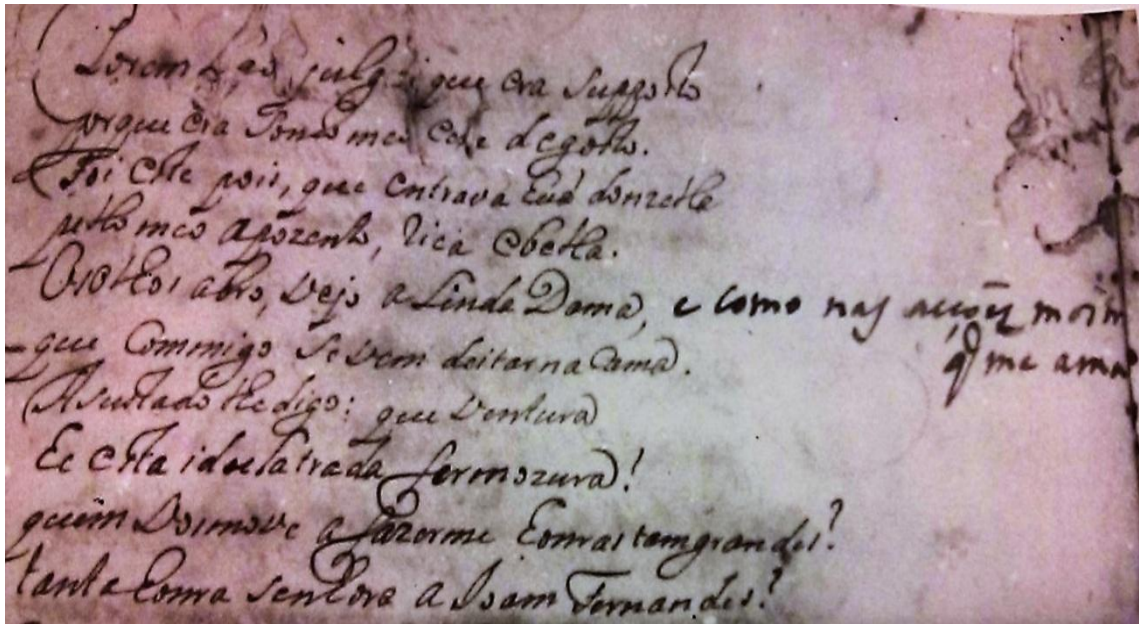
Em 16 poemas verificou-se que houve acréscimo de palavras, como artigos, conectivos, palavras que soavam melhor – na concepção do Secretário – ou uma rima mais refinada, como no quarto verso da primeira estrofe do soneto de Luís Canelo de Noronha, na 1ª Conferência: “Lugar Selvagem, bruta Monarquia” (NORONHA apud CASTELLO, 1969-1971, t. I, p. 52-53), no qual houve a substituição do vocábulo “Selvagem” por “inculto”:



### b. Acréscimo de verso

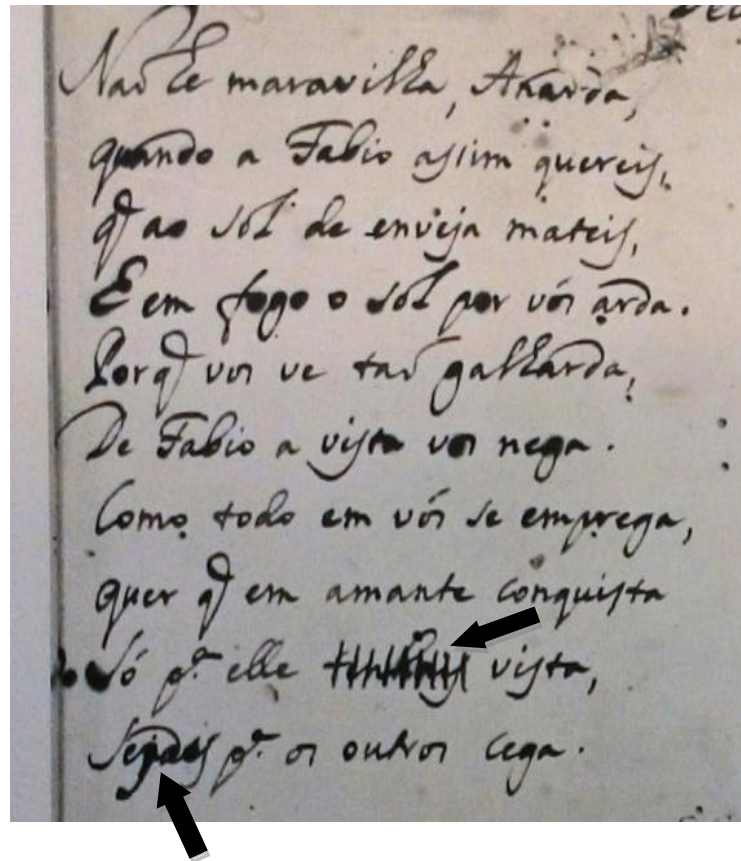
Há apenas um poema no qual houve o acréscimo do verso com a letra do Secretário: “e como nas acções mostra que me ama”, intercalado aos versos 47 e 48

da silva jocosséria de João de Brito e Lima, na 5ª Conferência (LIMA apud CASTELLO, 1969-1971, t. II, p. 107):



### c. Autocensura do Secretário

Em três poemas, o Secretário José da Cunha Cardoso faz correções em seus próprios textos, nos quais acrescenta, exclui palavras, como no 9º verso das décimas referentes ao segundo assunto (“Uma dama que chegando à janela a ver o seu amante com os raios do Sol o não pôde ver”) da 11ª Conferência. O Secretário rasura uma palavra entre “ele” e “vista”: “sendo só para elle vista” (CARDOSO apud CASTELLO, 1969-1971, t. III, p. 114,115).



#### d. Correção ortográfica

José da Cunha Cardoso faz correções ortográficas em oito poemas, dentre os quais há acréscimo de letra, como em “volume”, escrito na época “vollume”, correção na declinação de um poema em latim, como de “favos” para “favas”, e uso equivocado, por quatro vezes, do “ch” no lugar do “x” na palavra “coxo” no soneto assinado pelo “Do Menos Ocupado”, na 17ª Conferência, e que trata do 2º assunto: “Um cego trazendo às costas a um coxo, que o governava com a vista, ajudando-se reciprocamente para a comodidade de ambos” (CASTELLO, 1969-1971, t. IV, p. 200):

Soneto.

Um dos Embos um Cego compassivo,  
 E um Cego leva, útil neste caso;  
 onde se o Cego lhe ministra o passo,  
 o Cego lhe dirige o progressivo.

Ambos ofada maltratou esquivo;  
 mas ou fosse de estudos ou de caso,  
 a vista, e negou ao Cego escaso,  
 supris no Cego em misterio altivo.

E ambos parem plivou na quella parte,  
 as Cego providente a ligeireza,  
 a vista as Cego a sorte lhe reparte.

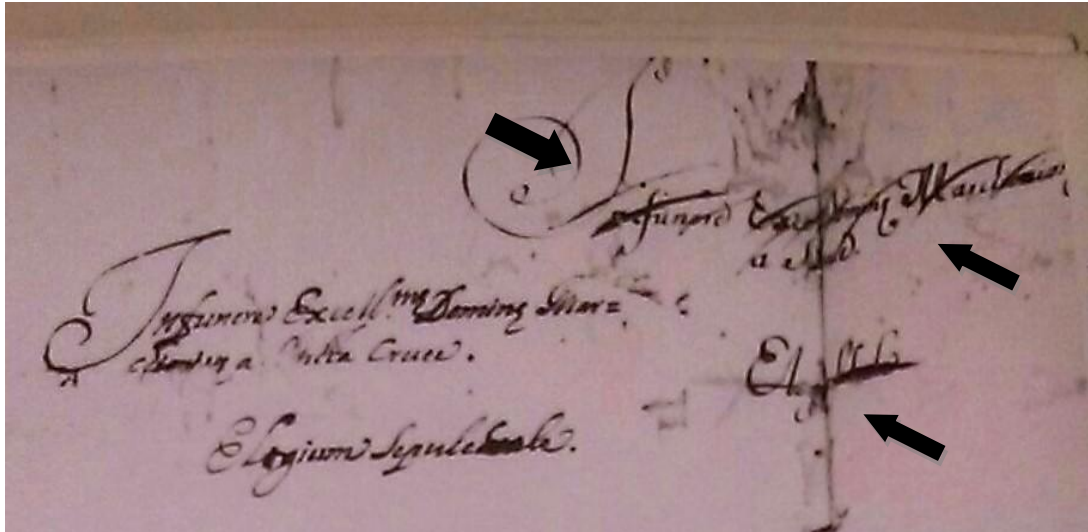
Serague assim a humana sutileza  
 Saiba que prade emmendar, com arte,  
 os defeitos fuzay da natureza.

J. B.

Do menos occupado.

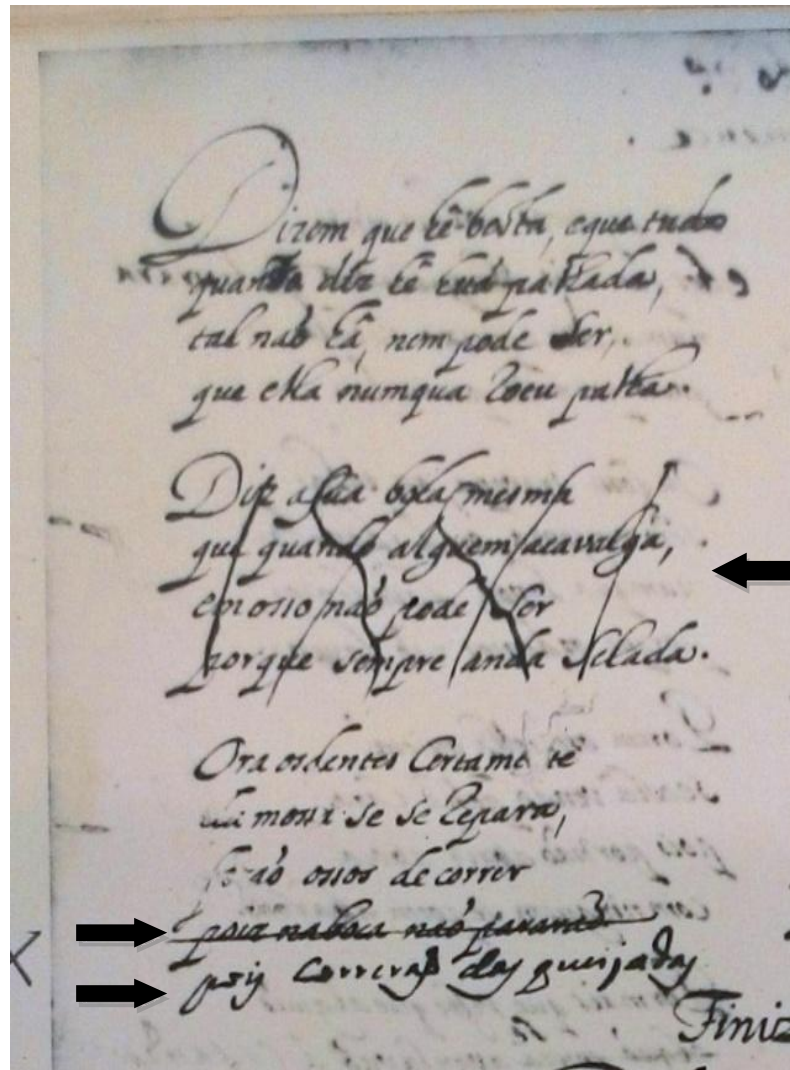
### e. Correção na didascália

Há também dois poemas com correção na didascália. Em ambos, a didascália foi excluída e uma nova foi feita, consoante no “Elogium Sepulcrale”, cuja didascália é “In funere Excellentissimae Dominae Marchionissa a Santa Cruce” (CASTELLO, 1969-1971, t. II, p. 165-166), sem indicação de autor, e que trata do primeiro assunto da 6ª Conferência: “A morte da Excelentíssima Senhora Marquesa Aia Dona Teresa de Moscoso”:



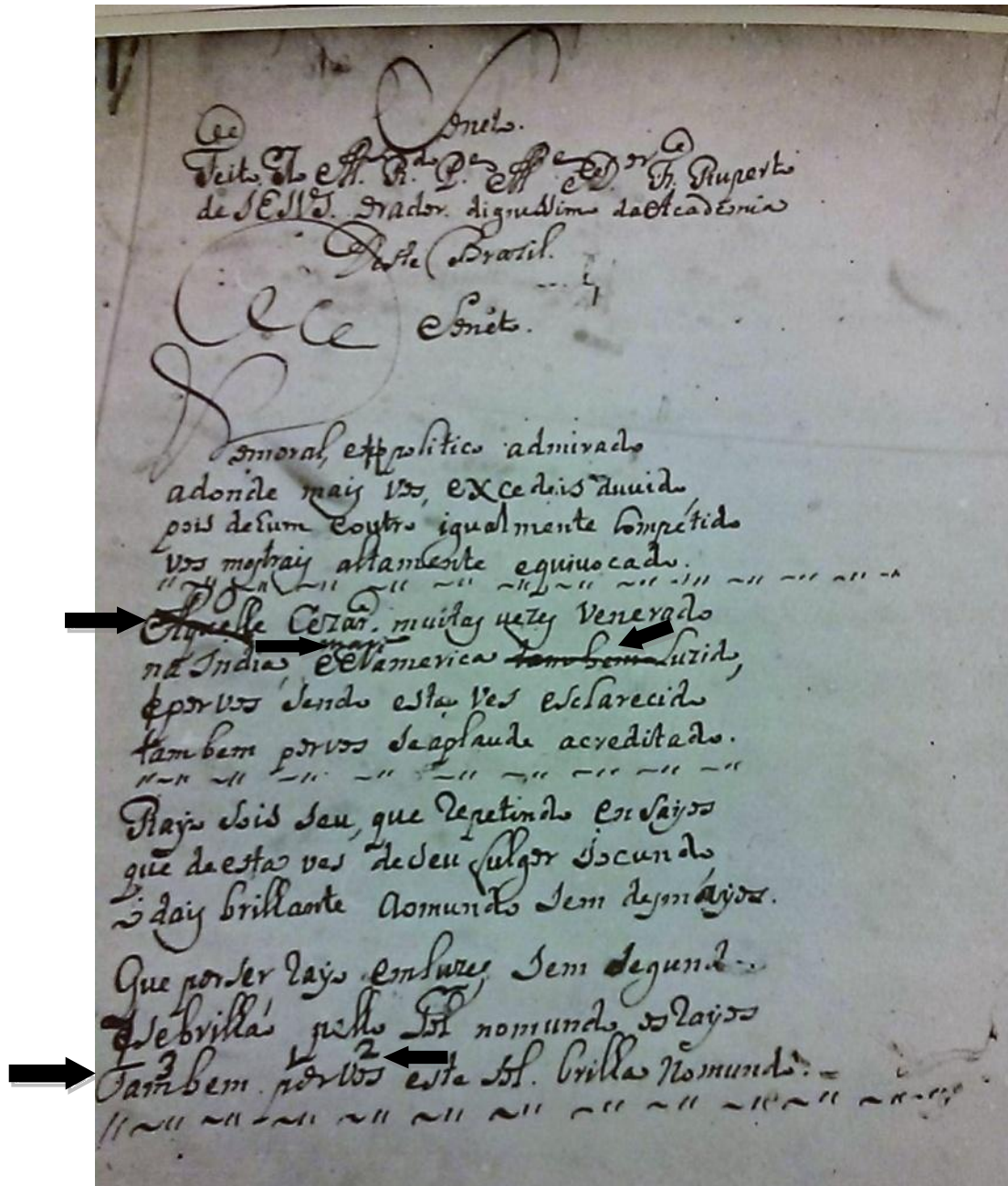
#### f. Exclusão de estrofe

Apenas um poema possui exclusão de toda uma estrofe entre a 16ª e a 17ª estrofes de um romance assinado como “Por um anônimo” e que trata do 2º assunto (“Uma dama formosa, mas com poucos dentes, que costuma falar pouco, por se lhe não ver aquela falta”) da 3ª Conferência (CASTELLO, 1969-1971, t. I, p. 327-329). A estrofe é rasurada por dois X e dois riscos em toda a sua extensão.



### g. Exclusão de palavra

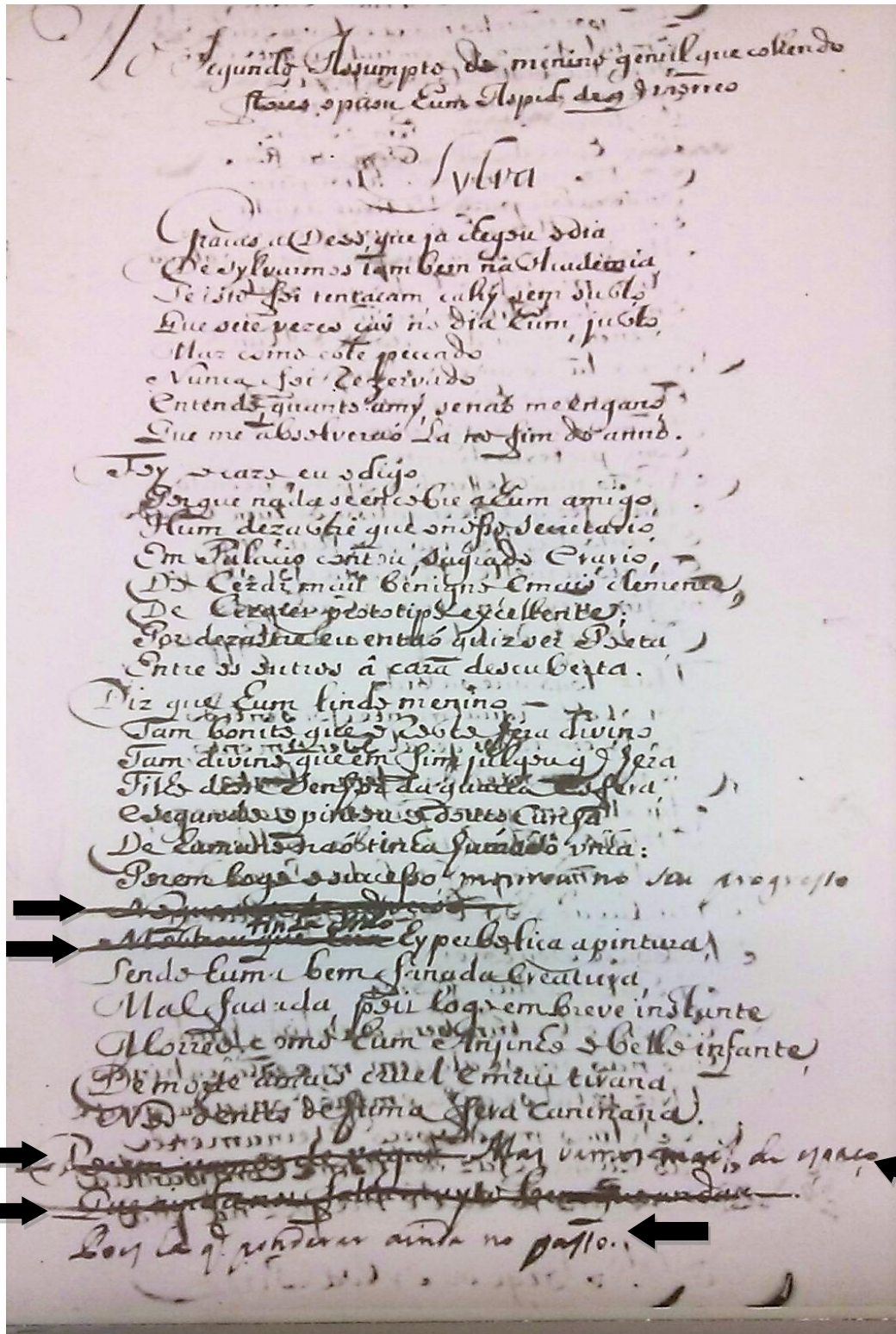
Existem 16 poemas com palavras que foram excluídas e sobre as quais há um risco ou uma rasura, conforme ocorre com o soneto “Feito ao Muito Reverendo Padre Mestre e Doutor Frei Ruperto de Jesus, Orador digníssimo da Academia deste Brasil”, assinado por “Do Licenciado Alberto Ferreira”. A exclusão ocorre no segundo verso da segunda estrofe: entre “na” e “América” foi riscada a palavra “também”. Além disso, no primeiro verso o “O” substituiu a palavra “Aquele”; no segundo verso adicionou-se o termo “mais na”; na última estrofe, no segundo verso excluiu-se um “E” antes do “se” e, no terceiro verso, a expressão “também por vós” passou a seguir a ordem “por vós também” (FERREIRA apud CASTELLO, 1969-1971, t.III, p. 307):



#### h. Exclusão de verso

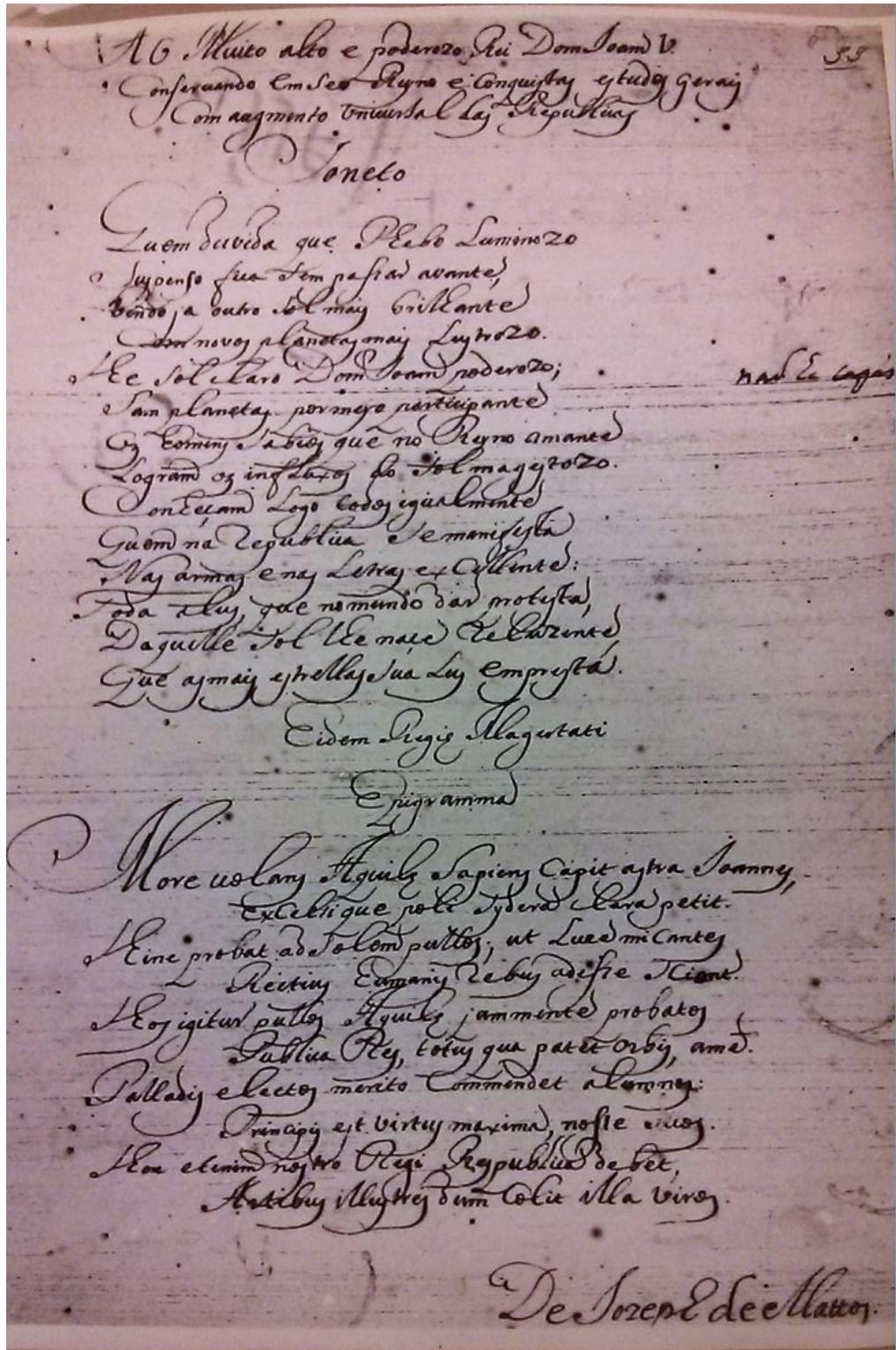
Em três poemas há a exclusão de versos por parte de José da Cunha Cardoso, como a silva assinada por “Do Licenciado” (Jorge da Silva Pires), referente ao 2º assunto da 8ª Conferência: “Um menino de gentil presença que colhendo rosas em um jardim, o mordeu um áspide, de que logo morreu” (PIRES apud CASTELLO, 1969-1971, t. II, p. 302-304). O verso 24 foi excluído e substituído por “Mostrou no seu progresso”, assim como o verso 31, substituído por “Mas vamos

mais de espaço” e o verso 32 foi totalmente excluído. Ademais, o Secretário faz a substituição do último e penúltimo versos do poema:



## i. Incapacidade

Em um único poema existe uma observação bastante significativa segundo a identificação da caligrafia, feita pelo punho do Secretário José da Cunha Cardoso e que revela a incapacidade do acadêmico na elaboração do poema: “Não he capás”.

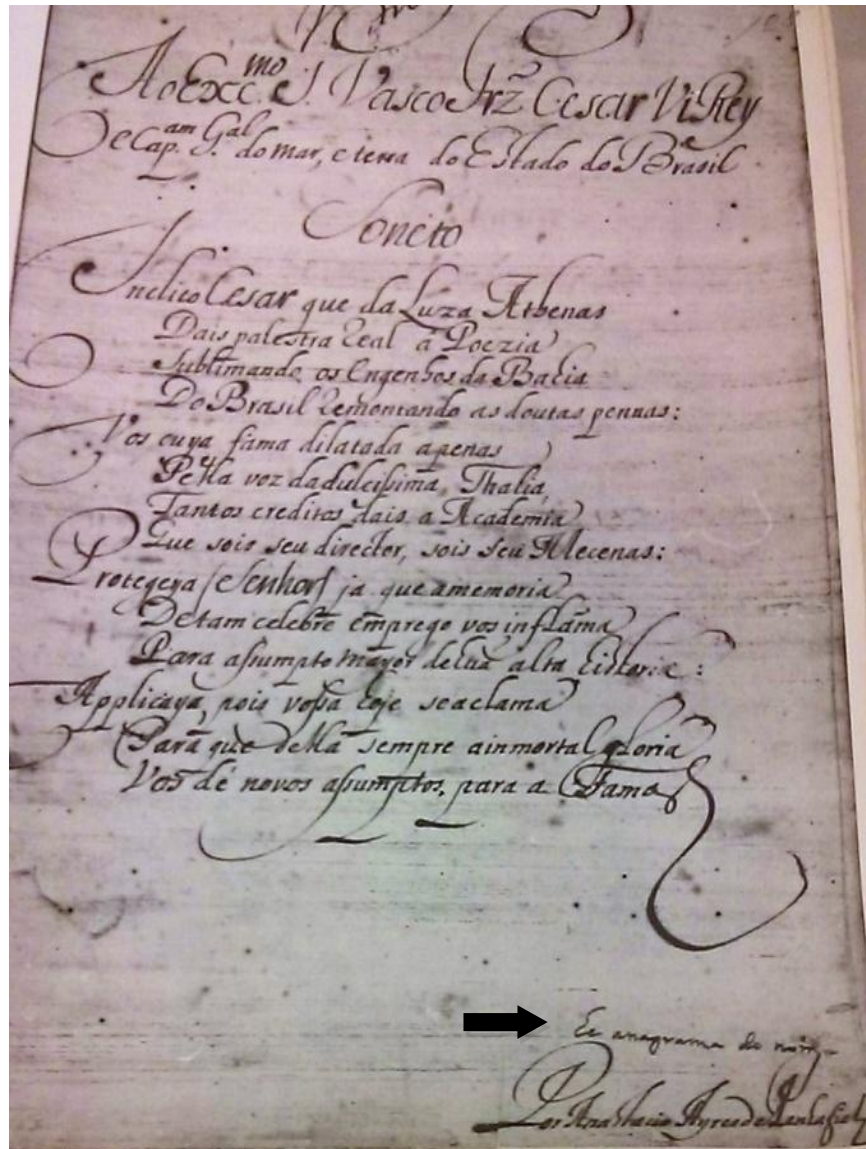


## j. Observação do Secretário

O Secretário faz observações em 10 poemas, principalmente ligadas à sua própria organização nos afazeres da academia, como indicação do nome do acadêmico que escreveu o poema, na margem inferior, ou, na margem superior direita, indicação da Conferência ou assunto a que o texto pertencia. Há também um poema no qual José da Cunha Cardoso escreve uma palavra em latim “decantabat” (cantava) antes da assinatura do acadêmico que elaborou o epigrama<sup>21</sup> e um outro, cuja observação se encontra antes da assinatura do acadêmico e que indica que o soneto faz anagrama do nome do Vice-Rei Vasco Fernandes César de Meneses, cuja didascália é “Ao Excelentíssimo Senhor Vasco Fernandes César Vi-Rei e Capitão General do mar, e terra do Estado do Brasil”, pertencente à 1ª Conferência e elaborado por Anastácio Ayres de Penhafiel (apud CASTELLO, 1969-1971, t.I, p. 60):

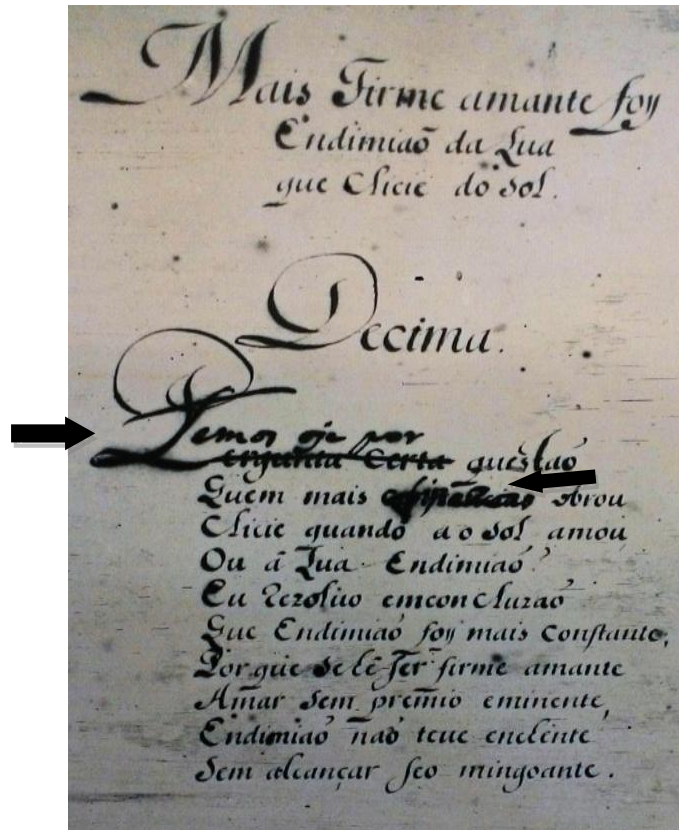
---

<sup>21</sup> “Ao lado dos sonetos, os *epigrammata* são considerados como as composições que concentram o maior grau de agudeza, e portanto, constituem-se composições de que os acadêmicos e os poetas barrocos em geral não abrem mão para a manifestação dos seus engenhos. Enquanto no soneto a questão está no encerramento de um pensamento de qualquer natureza em quatorze versos divididos em duas quadras e dois tercetos, respeitando a progressão propositiva para os quartetos e conclusiva para os tercetos, os epigramas têm como ápice a possibilidade ou prescrição de concentrar no último verso toda a carga da agudeza que vem sendo requerida (ou não) no(s) verso(s) anterior(es)” (MORAES, p. 190, 1999).



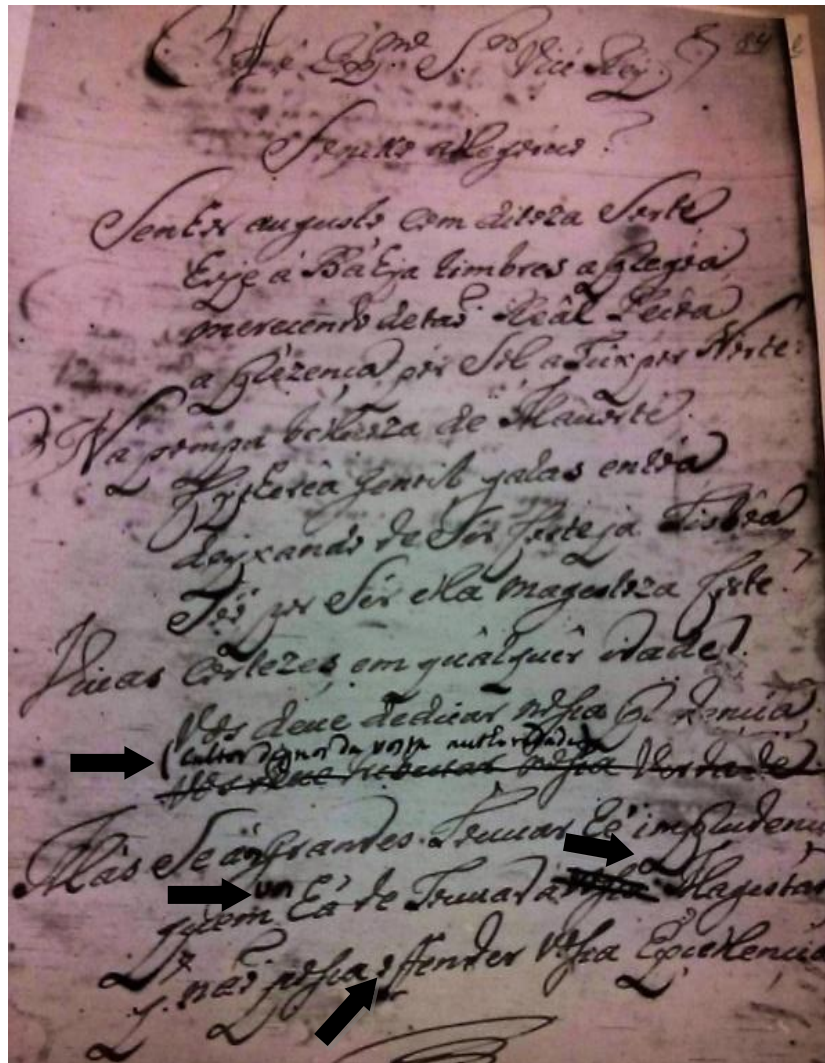
### k. Substituição de palavra

O Secretário José da Cunha Cardoso substituiu palavras em 35 poemas. Na décima de Antônio de Oliveira, cujo título é “Mais firme amante foi Endimião da Lua que Clície ao Sol”, fazendo parte do 2º assunto da 2ª Conferência: “Problema, quem mostrou amar mais finamente Clície ao Sol, ou Endimião à Lua” (OLIVEIRA apud CASTELLO, 1969-1971, t.I, p. 216), têm-se três palavras substituídas no primeiro e segundo versos. Parece que o critério adotado pelo Secretário, neste caso, tenha sido mais de cunho pessoal do que propriamente atendendo às regras da retórica:



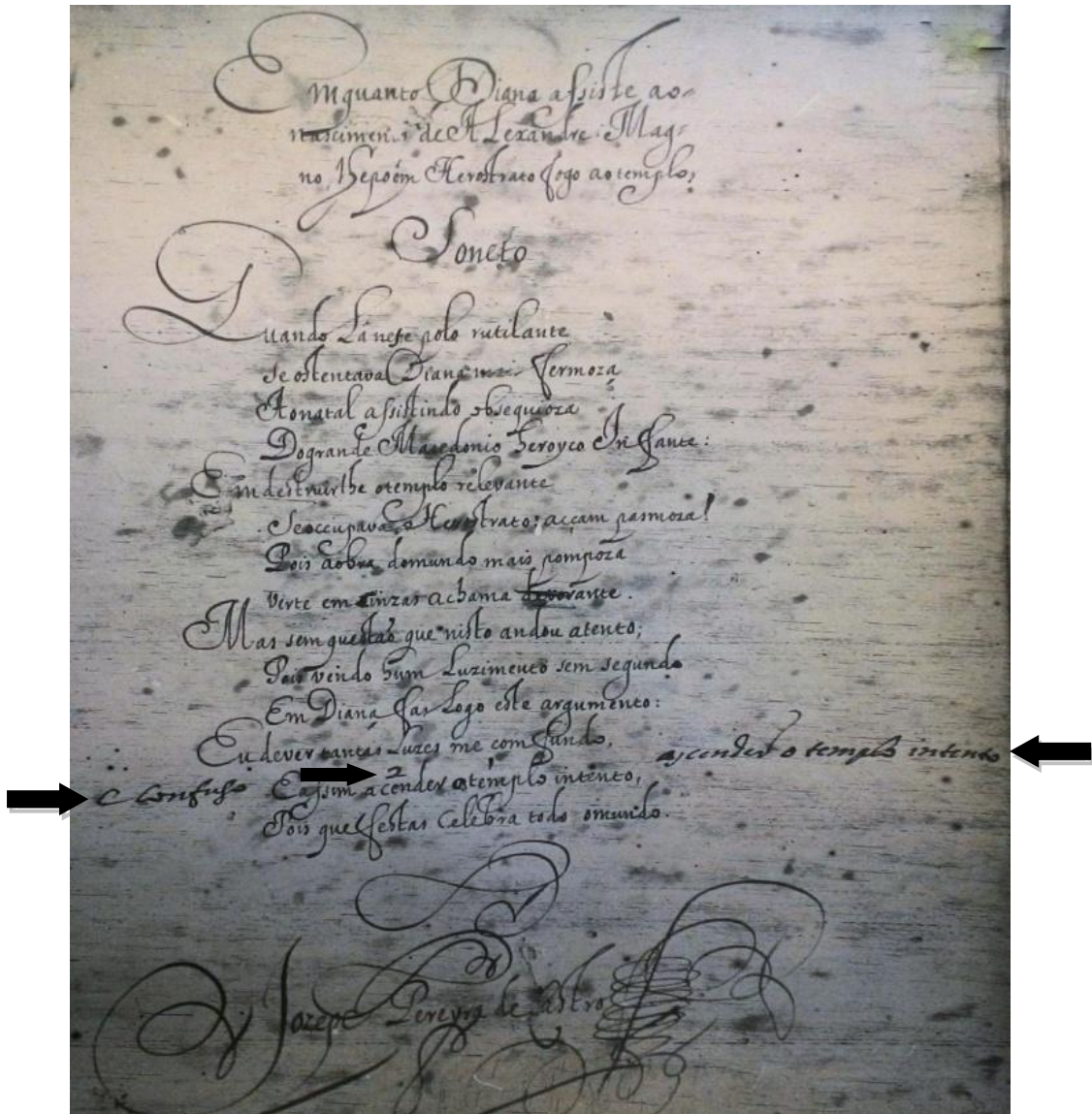
### I. Substituição de verso

Existem 6 poemas nos quais o Secretário faz a substituição de versos. No soneto alegórico, sem indicação de autoria, intitulado como “Ao Excelentíssimo Senhor Vice-Rei” (CASTELLO, 1969-1971, t.I, p. 87), referente à 1ª Conferência, o terceiro verso do primeiro terceto foi totalmente alterado:



### m. Troca na posição de palavra

José da Cunha Cardoso altera a posição de palavras em 7 poemas. No soneto abaixo, de José Pereira de Castro, com a didascália “Enquanto Diana assiste ao nascimento de Alexandre Magno, Ihe põe Heróstrato fogo ao templo”, primeiro assunto (“Diana assistindo ao nascimento de Alexandre Magno na mesma noite, em que Heróstrato Ihe estava queimando o seu templo”) da 3ª Conferência, além de trocar a posição das palavras “acender” e “templo”, no segundo verso do último terceto, o Secretário faz uma observação: “Confuso”, ou seja, corrigido, entretanto ainda estava confuso (CASTRO apud CASTELLO, 1969-1971, t. I, p. 270):



Observou-se que os critérios adotados para a correção diziam respeito apenas a questões formais, o que se pode concluir que os textos deveriam se adequar aos modelos retóricos, visto que os acadêmicos já haviam passado pelo “filtro” da censura ideológica.

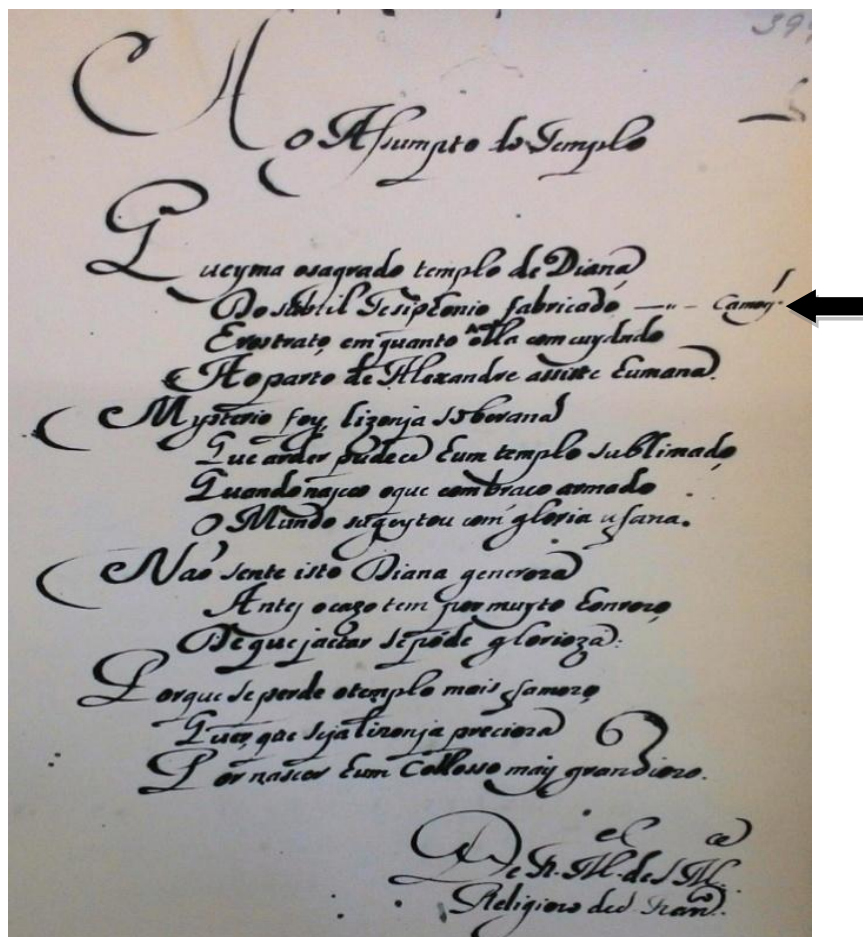
### 2.2.1.3.2 Intervenções dos acadêmicos

#### a. Observação do próprio acadêmico

Há 12 poemas com observações dos próprios acadêmicos, em cuja maioria se apresentam, nas margens, tanto do poema quanto da oração, os textos aos quais fazem referência, ou seja, estabelecem a intertextualidade.

O soneto de Frei Manoel de Santa Maria, intitulado “Ao assunto do templo” e que se refere ao 1º assunto da 3ª Conferência (“Diana assistindo ao nascimento de Alexandre Magno na mesma noite, em que Heróstrato lhe estava queimando o seu templo”), o acadêmico escreve na lateral direita do poema “Camões”. A estrofe estabelece relação com a estrofe 113, Canto II, dos *Lusíadas* (CAMÕES, 2000, p.79):

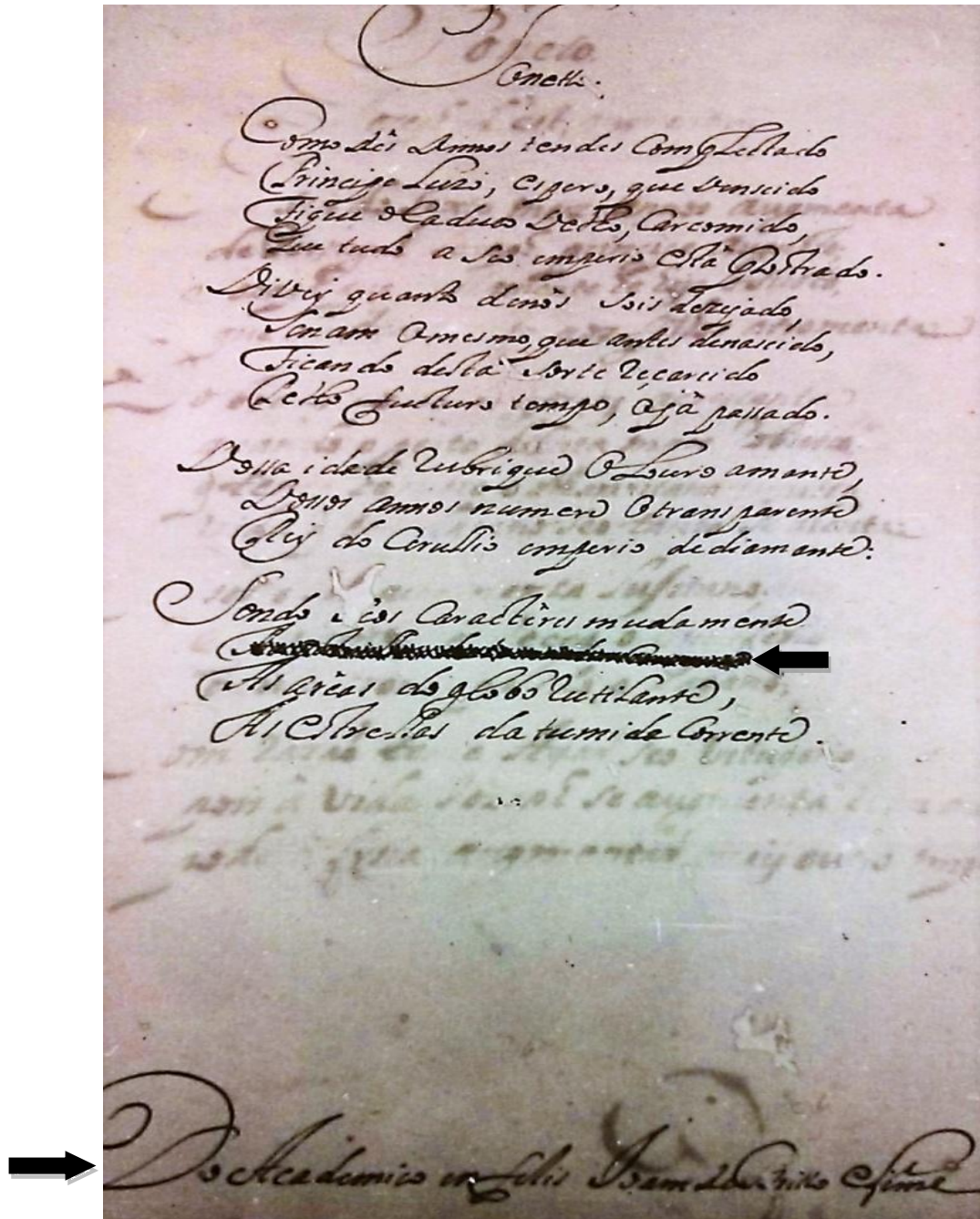
Queimou o sagrado templo de Diana,  
Do subtil Tesifónio fabricado,  
Heróstrato, por ser da gente humana  
Conhecido no mundo e nomeado:  
Se também com tais obras nos engana  
O desejo de um nome avantajado,  
Mais razão há que queira eterna glória  
Quem faz obras tão dignas de memória.



Este tipo de intervenção se assemelha à referência por intermédio da nota de rodapé. Justifica-se a colocação marginal como forma convencionada nos textos dos Esquecidos, presente tanto em poemas quanto em orações e dissertações da Academia.

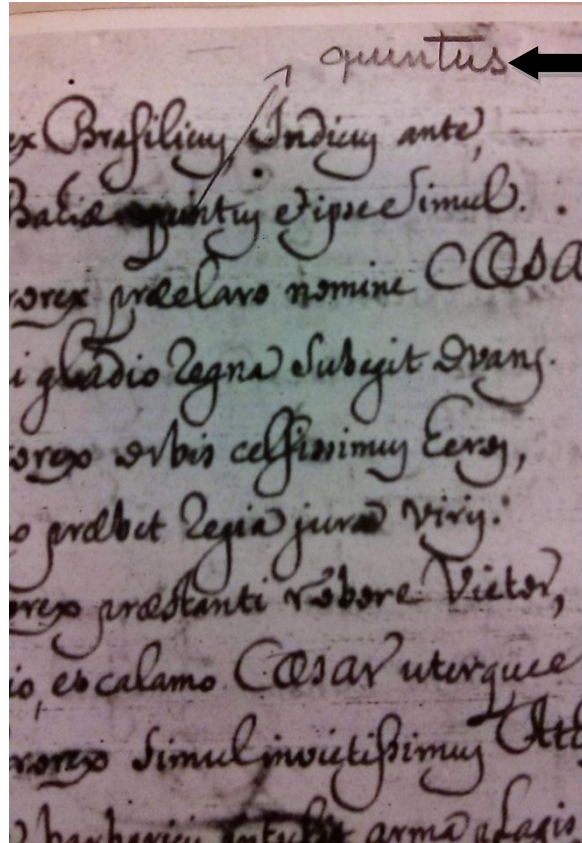
#### **b. Rasura do próprio acadêmico**

Existem 34 poemas com rasuras dos próprios acadêmicos por cometerem deslizes ou por optarem por uma palavra, expressão ou verso aos quais não lhes agradaram e, imediatamente, já fizeram a substituição, conforme ocorre no soneto de João de Brito e Lima, da 5ª Conferência, sobre o primeiro assunto: “Celebrar os anos do Príncipe Nosso Senhor, que Deus guarde, e fez 10 em 6 do corrente” (LIMA apud CASTELLO, 1969-1971, t. II, p. 94):



### 2.2.1.3.3 Intervenções de Bibliotecários, Arquivistas, Pesquisadores e Editores

Na edição mecânica da produção da ABE, verificou-se que havia marcas feitas *a posteriori*, possivelmente, por bibliotecários, arquivistas ou pesquisadores, como marcações ou anotações a lápis ou à caneta, como a que foi escolhida para ilustração:



Algumas dessas intervenções foram feitas no processo de arquivamento dos textos e são úteis para a compreensão (ou para o direcionamento de uma leitura) dos documentos da ABE. Constam da edição mecânica (fotográfica) arquivada no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, nas fotos do Fundo Movimento Academicista no Brasil.

Entretanto, lamentavelmente, na consulta que foi feita a estes documentos, recentemente, constataram-se novas intervenções, feitas a tinta esferográfica e a lápis (portanto, contrárias às normas de consulta de documentos raros), feitas com o intuito de explicitação de termos (notas explicativas marginais, subpostas ou sobrepostas nas interlinhas).

O cuidado que se dedica à pesquisa de fontes vê-se comprometido por dois aspectos: a) a não-vigilância dos organismos responsáveis pelos documentos com relação ao tipo de manuseio que se faz durante uma consulta; b) a marcas tendenciosas que podem impor um erro de leitura e comprometer a boa qualidade de uma edição de quem se proponha a fazê-la e não atente para o *crime* que se cometeu contra o documento de memória. Nesse aspecto, não se trata de censura

acadêmica. No entanto, a pesquisa pode ser induzida a ela se a experiência do pesquisador não permitir que ele se aperceba do ocorrido.

### 2.3 Prosa: As Orações da ABE

Como as leis da Retórica eram um preceito obrigatório na elaboração das orações acadêmicas, faz-se necessário um breve estudo dos elementos que dizem respeito tanto ao conteúdo quanto à estrutura das mesmas, a fim de que seja possível compreender como tais leis se fazem presentes na construção das orações. Optou-se, nesse sentido, apenas pelo estudo da *dispositio* e da *inventio*, propostas por Aristóteles, modelos utilizados para o exercício retórico da ABE. Desconsiderar-se-á a *elocutio* por estar ligada ao estilo de texto do acadêmico e da sua postura do orador diante dos ouvintes.

#### 2.3.1 *Inventio* Aristotélica

Nas suas reflexões sobre *Arte Retórica*, Aristóteles organizou o discurso com as seguintes partes: *Inventio* (Livro I da *Arte Retórica*), a *Dispositio* (Livro II da *Arte Retórica*) e a *Elocutio e Actio* (Livro III da *Arte Retórica*). A *Inventio* (Invenção) consiste no momento do conteúdo, da seleção dos argumentos mais convenientes para a construção do discurso a fim de que possa não só expor como também defender a causa da qual trata. No caso da ABE, todas as orações pertencem ao gênero demonstrativo (ou epidítico), responsável pelo elogio e pela censura.

Segundo Aristóteles, para censurar ou louvar deve-se fazer referência ao belo ou ao feio, sempre com o apoio do tempo presente, ainda que se utilizem em muitos momentos o passado e / ou o futuro. O Belo deve ser louvado pelas virtudes que o configuram (justiça, coragem, temperança, magnificência, magnanimidade, liberalidade, mansidão, prudência e sabedoria) e que todo homem de boa conduta deveria possuir:

O Belo é o que, sendo preferível por si, é digno de louvor, ou o que, sendo bom, é agradável pelo fato de ser bom. Se o belo corresponde

a esta definição, a virtude é necessariamente bela. A virtude, segundo parece, é a faculdade que permite adquirir e guardar bens, ou ainda a faculdade que nos põe em condições de prestar muitos e relevantes serviços, serviços de toda sorte em todos os domínios. As partes da virtude são: a justiça, a coragem, a temperança, a magnificência, a magnanimidade, a liberalidade, a mansidão, a prudência e a sabedoria. As maiores virtudes são necessariamente aquelas de que os demais homens retiram maior utilidade, visto a virtude ser uma faculdade que permite ser benfazejo. Por tal motivo são particularmente tidos em consideração os justos e os corajosos. A coragem é útil a outrem na guerra; a justiça o é na paz como na guerra. Segue-se a liberalidade: os que possuem esta virtude fazem pouco-caso das riquezas, e não provocam celeuma por causa delas; mas os que não a possuem, desejam-nas com avidez. A justiça é a virtude, mercê da qual cada um possui o que lhe pertence, de acordo com a lei; pela injustiça apropria-se do bem alheio, contrariando à lei. A coragem é a virtude que torna os homens capazes de belas ações nos perigos e de acordo com a lei e os torna servos dóceis desta lei; a covardia é o contrário. A temperança é a virtude que nos situa nas disposições prescritas pela lei, relativamente aos prazeres do corpo, a intemperança é o contrário. A liberalidade estimula-nos à prática do bem com a ajuda das riquezas; a parcimônia é o contrário. A magnanimidade é uma virtude que permite realizar grandes benefícios; a mesquinhez de alma é o contrário. A magnificência leva-nos a alargar o âmbito das despesas; seus contrários são a tacanhice e a mesquinharia. A prudência é uma virtude da inteligência que permite tomemos uma determinação sobre os bens e os males por nós indicados como referentes à felicidade (ARISTÓTELES, 2005, p. 60).

Assim, ser um homem virtuoso era parâmetro para merecer louvor e para ser aceito – e reconhecido – não só socialmente como também na ABE. É importante salientar que as virtudes estão vinculadas tanto ao caráter moral quanto intelectual do homem da época, assunto que será melhor desenvolvido no terceiro capítulo do trabalho.

Retornando à *inventio*, de acordo com as informações do quadro abaixo, podem-se criar dois grandes blocos temáticos: as orações predominantemente laudatórias e as orações que revelavam as diretrizes para o funcionamento da ABE.

### **Quadro 3 – Quadro-síntese com os temas das orações da ABE**

<b>CONFERÊNCIA</b>	<b>PRESIDENTE</b>	<b>ASSUNTO</b>
1ª (23/04/1724)	José da Cunha Cardoso	Letras e Armas/ Algumas diretrizes para o funcionamento da ABE
2ª (07/05/1724)	Sebastião da Rocha Pita	Monarquia e Fé Católica
3ª (21/05/1724)	João de Brito e Lima	O homem não tem domínio sobre a fortuna
4ª (04/06/1724)	Francisco Pinheiro Barreto (Padre)	Louvor ao Vice-Rei, que generosamente criou a Academia
5ª (25/06/1724)	Antônio Gonçalves Pereira (Padre)	Importância da Filosofia
6ª (09/07/1724)	Raimundo Boim de Santo Antônio (Frei)	Prudência
7ª (23/07/1724)	Rafael Machado (Padre)	O descobrimento do Brasil por Portugal foi verdadeiramente um descobrimento
8ª (06/08/1724)	Antônio Roiz Lima (Cônego)	César chorou pelo inimigo morto/ Todo Príncipe deve ter compaixão e mansidão
9ª (27/08/1724)	Sebastião do Vale Pontes (Reverendo Deão)	Príncipes devem pensar no bem comum/ São bons devido à Fé Católica
10ª (10/09/1724)	João Borges de Barros (Autoridade Religiosa)	Templos/ Rei deve ser Sacerdote: ter Religiosidade e Fé Católica
		Participação do Vice-Rei para

11ª (24/09/1724)	Inácio de Azevedo (Cônego)	apagar incêndio na Casa da Pólvora
12ª (08/10/1724)	João Alv'res Soares	Grandeza da ABE
13ª (22/10/1724)	João Calmon (Autoridade Religiosa)	Aniversário de D. João V/ Virtudes de um Príncipe: Religião e Sabedoria/ Reino feliz: República e Religião
14ª (12/11/1724)	Ruperto de Jesus e Sousa (Frei)	Com quem o Vice-Rei obteve mais triunfos: Goa ou Brasil? / Goa: Armas e Brasil: Letras
15ª (26/11/1724)	Luís da Purificação (Padre)	Estudo, Perigo e Ciência
16ª (27/12/1724)	Félix Xavier	Qual foi o mais ilustre descobrimento do Brasil: com as armas ou com as letras (Academia)
17ª (21/01/1725)	José Pires de Carvalho (Coronel)	Peripatética
18ª (04/02/1725)	Manuel Cerqueira Leal	Sem oração

### 2.3.1.1 Orações laudatórias com louvor de forma direta

Na 4ª Conferência, proferida pelo presidente Francisco Pinheiro Barreto, o tema tem por finalidade louvar a figura do Vice-Rei Vasco Fernandes César de Meneses, o qual possuidor de todos “os dotes” e “atributos” que são divididos “pelos Príncipes do Mundo” e que seriam suficientes para torná-los “célebres e famosos”:

Será pois o Assunto glorioso desta minha oração [...]:  
A Glória imortal do excelentíssimo Senhor Viso-Rei pela erecção desta nossa Academia: por descobrir nela Mina melhor para a Bahia do que são todas as do Ouro até agora descobertas (BARRETO apud CASTELLO, 1969-1971, t. II, p. 8).

A 11ª Conferência oferece como tema a participação do Vice-Rei para apagar incêndio na casa da pólvora, arriscando a sua vida e defendendo a cidade da Bahia. A oração exalta que o Vice-Rei excedeu a todos os heróis, como Pompeu, Angegislau, Quinto Múcio, Marcial, pois, embora tenham arriscado partes do corpo, como dedo e mão, não expuseram o corpo todo como o fez Vasco Fernandes. Sendo assim, o orador Inácio de Azevedo revela que a atitude de Vasco deve ser imitada, vencida e superada em semelhantes empresas e ações heroicas.

Cortada a carreira do Sol com a interposição da noite, sem cujo reparo fervera, e abrasara-se a terra, secaram-se os rios, sumiram-se as fontes, e foram verdadeiros e não fabulosos os incêndios de Faetonte; sucedeu de uma pequena faísca: **a scintilla una angetur ignis**, excitar-se um grande incêndio na Casa, e oficina da pólvora, que se guardava em quatrocentos barris. E apenas o soube Sua Excelência quando logo sem demora, antes com a celeridade, e presteza, que pedia perigo tão eminente, se foi em pessoa a apagar, como apagou o fogo. Grande ação, empresa verdadeiramente digna de tal Príncipe, e que se não pode bem conhecer, senão pela grande, e poderosa atividade do mesmo fogo (AZEVEDO apud CASTELLO, 1969-1971, t. III, p. 62).

Já a oração da 12ª Conferência, presidida por João Alv'res Soares, exalta a grandeza da Academia Brasílica dos Esquecidos utilizando-se da tópica do sobrepujamento. Afirma que a ABE é muito mais admirável vista do que imaginada, e apresenta as razões que o levam a isso: todos aqueles que estão ligados à academia fazem jus à afirmação de que todos superam a sua capacidade de imaginação: o Vice-Rei, os Mestres, o Secretário, os presidentes e oradores, os poetas e a Academia.

A maior grandeza que há, nem pode haver é a que se contém e se logra nesse celestial palácio da glória; e se eu achasse agora um sujeito que tivesse já ido ao Céu, e tornado ao século, e lhe pedíssemos nos explicasse o que lá tinha visto não havia de explicar as grandezas do Céu por outros termos, senão pelos mesmos que eu explico as grandezas desta Academia. Sabem, Senhores, o que havia dizer do Céu esse sujeito? Havia dizer que era maior visto que imaginado. Havia dizer que era melhor na posse que na esperança. Havia dizer que era mais admirável na experiência, que na imaginação. Isto é o que eu demonstrei, e digo da Academia, e isto é o que do Céu disse São Paulo, que esse é o sujeito que foi ao Céu, e tornou ao século (SOARES apud CASTELLO, 1969-1971, t. III, p. 148).

A oração da 13ª Conferência, cujo presidente foi João Calmon, trata do aniversário do Rei D. João V e das virtudes de um verdadeiro príncipe. O Orador declara que lhe faltam palavras para apresentar tudo o que o Monarca é:

Aplaudimos hoje nesta ilustre Academia, pela circunstância do dia, em que cai, o feliz nascimento do muito alto, sempre Augusto e poderoso Rei, e senhor nosso Dom João o Quinto, que Deus nos guarde para a glória da Monarquia Lusitana: objeto que deverá emudecer-me a língua por muitos títulos (CALMON apud CASTELLO, 1969-1971, t. III, p. 217).

[...]

Que Retórica pois por mais eloquente poderá cabalmente abarcar a retidão do seu exato governo, a dilatada esfera da sua liberalidade, a frequente recomendação, e desejo veemente da justiça nas causas públicas, e particulares, o cuidado incansável do culto divino, o Católico zelo das Missões, a ardente caridade para com os pobres e enfermos necessitados; o estudo inexplicável da propagação da fé; o desvelo grande sobre os melhoramentos das Conquistas, o paternal amor aos Vassalos; e finalmente o agregado de todas as mais virtudes, a que serve a Corte Portuguesa de estreito mapa, e que verdadeiramente constituem ao nosso muito Augusto Monarca não só digno de um reino, mas do Império de todo o Mundo (CALMON apud CASTELLO, 1969-1971, t. III, p. 218).

### **2.3.1.2 Orações laudatórias com louvor na estrutura de problema**

Na oração da 14ª Conferência, o presidente Ruperto de Jesus e Sousa questiona qual país teve um vínculo mais estreito com o Rei: a Ásia (Goa), com as Armas, ou a América (Bahia), com as Letras? O presidente declara que quando a Índia se encontrava caótica, Vasco Fernandes César de Meneses, com os triunfos da espada, conseguiu afastar trevas e infortúnios e estabeleceu “um claro dia de felicidades”. Estabelecidas as armas, o exercício das Letras é o meio mais eficiente para consolidar o império. Desse modo, as Letras asseguram a governação pelas armas com sabedoria: “as Letras são a muralha mais segura, e uma Academia é o propugnáculo mais forte de qualquer República” (SOUSA apud CASTELLO, 1969-1971, t. IV, p. 299):

Dos brutos triunfou o braço, dos homens triunfou a Língua, para que se veja, que este é o meio mais eficaz de reduzir os súditos a uma perpétua, e segura obediência, pois são as palavras de um sábio

fortíssimas cadeias, com que se cativam os racionais (SOUSA apud CASTELLO, 1969-1971, t. IV, p. 301-302).

Assim, o Vice-Rei logrou sucesso tanto na Ásia, com as Armas, quanto no Brasil, com as Letras, e do mesmo que em Goa, o poder teve duração, o presidente prognostica uma eterna duração, já que estava sendo edificada a ABE, com mestres e secretários tão valorosos.

A oração da 16ª Conferência, elaborada por Félix Xavier, discute qual foi o mais ilustre descobrimento do Brasil: o primeiro, no qual as armas foram introduzidas, fazendo referência ao momento em que os portugueses aqui chegaram em 1500, ou o segundo, em que se descobriram os tesouros da Academia Brasílica dos Esquecidos. Há a problematização do que seria mais útil: se as Armas (Portuguesa) ou se as Letras (ABE).

O presidente afirma que um príncipe deve, simultaneamente, ter em uma mão as Letras “para as levantar” e, na outra, a espada “para defender”. Embora reconheça que as Letras floresçam nas terras cobertas de sangue, enfatizando o poder das Armas portuguesas, defende que “fora mais ilustre o descobrimento das Academias no Brasil. E seja a primeira, porque com as Academias se fez o Brasil mais poderoso” (XAVIER apud CASTELLO, 1969-1971, t. IV, p. 89).

A justificativa utilizada é de que a sabedoria, proveniente das Letras, proporciona tanto o poder quanto a autoridade:

E não se pode negar, que falava das Academias, porque estas são, as que mais apuram o entendimento, e dão lustre às Letras. E é certo que nestes ensaios se exercitavam os mais destros Imperadores, para conservar em poder e autoridade às monarquias. (XAVIER apud CASTELLO, 1969-1971, t.IV, p. 90).

Além disso, o orador defende que o Brasil tornar-se-á mais conhecido com as Academias, sugere uma firme duração da Academia Brasílica dos Esquecidos e sustenta que se a maior felicidade está na duração, o descobrimento das Academias é o que oferece maior glória.

### 2.3.1.3 Orações que tratam das diretrizes

#### 2.3.1.3.1 Diretrizes internas

A oração da 1ª Conferência, elaborada pelo Secretário José da Cunha Cardoso, apresenta alguns aspectos referentes à organização e às normas de funcionamento da Academia Brasílica dos Esquecidos. A partir da menção ao lema da ABE, *Sol oriens in occiduo*, o secretário louva a figura do Vice-Rei, que reflete todo o seu brilho na Academia. Explica a escolha do nome “Esquecidos”:

Trocaram a morte em vida, em memória o esquecimento, e o inferno em glória. Tomou a Academia o nome que significa morte para ser imortal; tomou o nome que apaga a memória para se fazer memorável; tomou o nome, que simboliza inferno para ficar gloriosa (CARDOSO apud CASTELLO, 1969-1971, t. I, p. 9).

O presidente advoga que as Letras são “a antorcha universal do mundo, sem a qual todo ele seria um caos” (CARDOSO apud CASTELLO, 1969-1971, t.I, p. 10) e declara que as mesmas dão origem a toda a perfeição, visto que “não há prenda, ou virtude, a que elas não deem realce” (CARDOSO apud CASTELLO, 1969-1971, t.I, p.11). Dando prosseguimento ao discurso, o acadêmico defende que as Letras e as Armas são irmãs e “partes de um mesmo corpo: conselho, e forças, olhos, e mãos” (CARDOSO apud CASTELLO, 1969-1971, t.I, p.11) e, em razão desta ligação entre a “ciência” e a “milícia”, os acadêmicos merecem toda a glória.

Como o homem possui o “desejo natural do saber”, a academia proporciona as lições de história e apresenta orientações para a sua elaboração:

É a verdadeira história um claro espelho do bem, e do mal; deste para o detestar daquele para o seguir. É a mais fiel cópia da formosura, que nos deve atrair, ou da fealdade, que devemos evitar. Tem virtude miraculosa com emulações de divina, pois em fé da sua narração renasce o que acabou, ressuscita o que morreu (CARDOSO apud CASTELLO, 1969-1971, t.1, p. 13).

Indica que em todas as sessões acadêmicas haverá a presidência de um “elegantíssimo orador” e apresenta orientações para a prática letrada dos acadêmicos:

Em todas se hão de exercitar os engenhos, que na planta do bruto voador bebem a doçura da Hipocrene; e assim será prosimétrico o corpo deste Museu, logrando-se a um tempo na elegância do metro, e na eloquência da prosa, nos preceitos da Poética, e nas leis da Retórica, retratos vivos de Homero, animadas estampas de Demóstenes (CARDOSO apud CASTELLO, 1969-1971, t.I, p. 14-15).

O secretário expõe, ainda, que a Poética é a rainha das ciências na monarquia literária e que na boa prosa devem existir qualidades da Poesia. Afirma que tanto a Poesia quanto a Eloquência serão cultivadas nas sessões acadêmicas e destaca que a matéria escolhida deve ser “alta, útil e deleitosa”, princípio horaciano.

A 15ª Conferência foi conduzida por Luís da Purificação e tratou da conexão entre o Estudo, o Perigo e a Ciência, elementos que indicam diretrizes para a conduta dos acadêmicos e que foram apresentados isoladamente, divididas por parágrafos.

No parágrafo primeiro, o orador defende que a Ciência é trabalhosa, porque “se há filhos que se parecem com seus pais, sendo a ciência filha do estudo muito se parece com o seu pai no trabalho” (PURIFICAÇÃO apud CASTELLO, 1969-1971, t. IV, p. 10) e que as Letras são mais trabalhosas do que as Armas, visto que “custam as fadigas da alma e as do corpo, e quem não sabe, que assim como o corpo é inferior à alma, assim são inferiores umas às outras fadigas” (PURIFICAÇÃO apud CASTELLO, 1969-1971, t. IV, p. 11).

Afirma que aquele que estuda tem mais “cruzes”, “em que tudo são penas, que o atormentam”. Assim, aquele que deseja saber mais é crucificado, o que comprovaria que a ciência é trabalhosa porque faz os homens mais entendidos, todavia padecem: “a ciência, quando ouvida, deleita, mas também experimento, que quando estuda amarga [...]; os que estudam encontram o fel no seu trabalho” (PURIFICAÇÃO apud CASTELLO, 1969-1971, t.IV, p. 12).

Apresenta como o orador deve proceder, mostrando, inclusive, os modelos a serem obedecidos e, portanto, estudados:

[...] trabalha o Orador em inventar o Assunto com habilidade, dividi-lo com clareza, prová-lo com energia, poli-lo com Retórica, orná-lo com eloquência, estudá-lo com aplicação, e representá-lo com graça. Para isto não houve Túlio a quem não consultasse para os tropos, Demóstenes, a quem não lesse para as figuras, Tácito, a quem não resolvesse para as políticas, e Sêneca, a quem não estudasse para

as sentenças (PURIFICAÇÃO apud CASTELLO, 1969-1971, t. IV, p. 14).

O parágrafo segundo afirma que se o perigo é filho da ciência, esta também é perigosa e mais arriscada: “não há no mundo homem entendido, a quem não acompanhe o perigo de ser desgraçado” (PURIFICAÇÃO apud CASTELLO, 1969-1971, t. IV, p. 15) e que aqueles que são vítimas da desgraça tornam-se mais engenhosos. Lamenta que há homens que estão nas trevas devido à ignorância e acresce que há aqueles que ficam cegos com a luz e outros que se queimam com ela, situação também existente na ABE:

Porém, como este monte é muito alto ficam estes homens do Sol mais perto; e como estão ao Sol mais vizinhos, uns se queimam, e outros se cegam; e como estes homens se cegam, e como estes homens se queimam até o Sol é o seu maldito, até o Sol é o seu amaldiçoado: ora sede lá Sol com tais moradores, e experimentareis que o que tendes de luzido; isto tendes de desgraçado: sereis águias no entendimento, porém se remontares as asas, ou aparares as penas, não há de faltar, quem vos multiplique as penas, ou quem vos corte as asas (PURIFICAÇÃO apud CASTELLO, 1969-1971, t. IV, p. 17).

Luís da Purificação declara que na ABE muitos acadêmicos têm se destacado “no heroico dos Epigramas, no elevado dos Sonetos, no elegante das Canções, no sério das décimas, no jocoso das silvas, e também no engraçado dos romances”, entretanto, acabam no fogo da censura e se queimam, assim como outros se cegam com a inveja de outrem, situações estas que prejudicam a ciência. Finaliza o seu discurso afirmando que o Céu é destinado somente para os entendidos e orienta que os acadêmicos devem primeiramente servir a Deus, a fim de alcançarem o Céu, para, posteriormente, permanecerem na Academia e atenderem a Vasco Fernandes César de Meneses.

#### **2.3.1.4 Orações histórico-político-religiosas**

A oração da 2ª Conferência, presidida por Sebastião da Rocha Pita, refere-se à importância da união da monarquia e da fé católica. Defende que a “Monarquia

Portuguesa há de ser no Mundo Católico mais permanente, e mais firme que todas as que viu o Mundo Gentílico” (PITA apud CASTELLO, 1969-1971, t.I, p.133-34).

A cobiça de dominar determinou que alguns monarcas, incansáveis em conquistar territórios ou de não terem mais o que conquistar, pudessem governar todo o mundo. Afirma que só Deus pode dominar e reger tudo, e mesmo assim criou substitutos para a sua Onipotência. Os monarcas que cobiçaram tamanho império só anteciparam a própria ruína. Assim, a duração seria a inimiga da grandeza, consequência do desequilíbrio. “A existência consiste na mediania, e só no equilíbrio das potências podem conservar-se os Impérios, porque a proporção é a alma de tudo” (PITA apud CASTELLO, 1969-1971, t.I, p.136).

Declara que só o Império Lusitano será perene e constante. A razão principal para a isso seria a Fé Católica, “desde que recebeu sem deferir, nem desviar um ponto do sentimento da Igreja Romana” (PITA apud CASTELLO, 1969-1971, t.I, p. 137). A religião seria o sustentáculo da monarquia e, devido à obediência e à fé de D. João V e de seus sucessores, o Império Lusitano seria forte, permanente e com duração.

Rafael Machado foi quem presidiu a 7ª Conferência. A oração abordou o Descobrimento do Brasil como um descobrimento verdadeiramente novo, embora em momentos anteriores o país tenha sido descoberto por outras nações. O orador refuta Salomão, o qual acreditava que não havia nada de novo debaixo do mesmo Sol:

Se acima do mesmo Sol podem acontecer novidades por que não acontecerão também estas debaixo do mesmo Sol? (...) podia a nação Portuguesa obrar ações novas, e muito luzidas debaixo do Sol, e tão luzidas, como a luz do mesmo Sol (MACHADO apud CASTELLO, 1969-1971, t.II, p. 200).

Para sustentar o seu posicionamento, Rafael Machado apresenta três argumentos contra Salomão. O primeiro argumento faz referência à Fênix: assim como ela foi “totalmente sepultada nas cinzas” e, portanto, esquecida, o descobrimento português seria algo novo debaixo do Sol. O segundo argumento – contra Salomão – sustenta que para algo ser considerado novo é necessário que esteja esquecido depois da primeira vez que ocorreu:

Que importa ter acontecido esta, ou aquela navegação? Se o esquecimento já a sepultou? O renovar-se é acontecer totalmente de novo, e existir como se nunca tivera existido. Neste sentido nada há de novo embaixo do Sol (MACHADO apud CASTELLO, 1969-1971, t. II, p. 206).

O terceiro argumento defende que embora o Brasil tivesse sido “porto das naus de Salomão”, não fora plenamente descoberto, visto que o descobrimento lusitano fora útil para “guardar as portas, e chaves dos tesouros, que os vindouros hão de possuir” (MACHADO apud CASTELLO, 1969-1971, t. II, p. 206). Encerra o texto abordando o seu objetivo de buscar as “razões naturais, políticas, e ascéticas” que justificam o fato da “providência divina” ter retardado o tempo do descobrimento.

A 8ª Conferência teve como presidente Antônio Roiz Lima e tratou da compaixão e mansidão que todo príncipe deve ter. Constrói a argumentação a partir de um acontecimento vivenciado por César, o qual chorou a morte de seu inimigo Pompeu. Declara que as lágrimas de César provêm de sua piedade, clemência e compaixão, virtude que o conduziu ao mais nobre posto que o mundo já observou, e sustenta que os Príncipes devem ter mais compaixão do que qualquer outra pessoa. Como exemplo, cita Moisés, que reinou por um longo tempo em razão de ter somado a clemência ao seu poder, utilizando-se ora de um, ora de outro, dependendo da circunstância:

O certo é, que por mais que um Povo seja uma Serpente, e um Dragão; se há um suavíssimo Moisés, que chegue a tocar-lhe com a mão (rendida toda aquela braveza) fará de uma Serpente uma vara que o defenda, e converterá a um Dragão em báculo que o sustente; porque destes milagres, sabe fazer a brandura, e destes prodígios a clemência em quem manda (LIMA apud CASTELLO, 1969-1971, t.II, p. 259).

Conclui o discurso declarando que “a Majestade vive mais segura à força da mansidão, e clemência, que a faz amada, que do mesmo rigor, e poder, que a faz temida”. Assim, um verdadeiro Príncipe deve não só se impor, mas também mostrar-se brando, clemente, como César.

A oração da 9ª Conferência, proferida por Sebastião do Vale Pontes advoga que os Príncipes devem pensar no bem comum e que a bondade emana da Fé Católica:

Depois do santo temor de Deus, que muito contribuiu para obrarmos bem como diz hoje o Eclesiástico a primeira e principal excelência, que há de ter o Príncipe para reinar bem. É tratar promover, e adiantar, quando em si for, o bem comum há de ser como a Terra, que para todos frutifica (PONTES apud CASTELLO, 1969-1971, t.II, p. 317).

Exemplifica com Nero, o qual, com prazer, ordenou que Roma fosse consumida pelo fogo, atitude abominável por ter sido fruto do prazer, alegria em ver a cidade em chamas. Ao contrário de Nero, o Vice-Rei Vasco Fernandes César de Meneses era um bom governante, pois era “pio” e “amante” da Fé Católica, convertido e batizado naqueles dias. Nota-se, nesse exemplo utilizado por Pontes, que a oposição Nero x Vasco evidencia o elogio pela depreciação do modelo, o que pode ser, também, um viés e emulação:

Sua Excelência ordenou chamá-lo de Fernando Meneses, convertido [...] feliz homem: venturoso peregrino cujo contratempo lhe granjeou tanta bonança: e cuja arribada se encaminhou à cidade da Bahia, mas a boa estreia: ou estrela que o guia ao porto de salvação: conseguindo já desde agora por prendas todo os mais bens que consigo trouxe aquele grande bem e sua felicíssima conversão (PONTES apud CASTELLO, 1969-1971, t. II, p. 320).

Sebastião do Vale Pontes evidencia a governação pelo bem comum do Vice-Rei restringindo-se apenas à ABE e afirma que, assim como o Rei criou a Academia Real da História Portuguesa, o Vice-Rei criou a ABE, sendo, desse modo, esta subordinada em tudo àquela. A criação das academias por Príncipes Soberanos seria uma garantia de “não introduzirem erros e doutrinas opostas aos dogmas da santa fé Católica” (PONTES apud CASTELLO, 1969-1971, t. II, p. 321).

Declara que um Príncipe deve “para obrar prudencialmente em benefício, e utilidade pública, há de procurar pelos anais ter notícia do passado: para resolução dos casos ocorrentes, com cautela para o futuro” (PONTES apud CASTELLO, 1969-1971, t. II, p. 321). Além disso, defende que o Vice-Rei é como um filho do Imperador César e, portanto, deve imitá-lo em sua governação: ter inata mansidão, clemência, benignidade, liberalidade, severidade, gravidade, constância, lealdade, prudência, esforço e Religião.

Há o enviesamento da oração para a glória de escrever e que elaborar uma grande obra exige muito trabalho. Declara que nos encontros acadêmicos devem executar os debates com paz e orienta como os acadêmicos devem proceder:

Os Mestres da ABE deveriam agir assim: [...] se outra coisa não ditar a prudência pelas circunstâncias do lugar, tempo, e ocasião, descubram-se uns aos outros os erros que ponderados com muita circunspeção, a todas as luzes forem intoleráveis erros: pois o que se pretende é a verdade dos sucessos quando for possível: mas o que com muita reverência peço em louvor do Dr. Egrégio, que tinha por benefício não se calarem os erros, achados nos seus escritos, é: que modo destes descobrimentos seja mais doce do que o mel (PONTES apud CASTELLO, 1969-1971, t. II, p. 324).

Tal procedimento era adotado pelo Imperador Augusto, o qual enviava os seus livros a São Jerônimo para que desvendasse os erros que foram cometidos, entretanto, São Jerônimo não poderia descobri-lo. Argumenta, ainda, que os verdadeiros sábios devem aprender com os mais sábios, de forma a aceitarem o que lhes fora advertido. Já o historiador deve retratar aquilo que a maioria dos autores retratam, de forma a garantir que o que fora escrito era correto porque muitos já o tinham dito.

Sebastião do Vale Pontes finaliza a oração fazendo recomendações aos presidentes da ABE. Declara que de forma alguma os eleitos podem se ausentar da tarefa da presidência, exceto em caso de enfermidade, todavia, nunca pela justificativa da ausência de talento ou porque estão muito ocupados para exercerem o cargo ou ainda porque possuem serviço da Igreja.

A 10ª Conferência, presidida por João Borges de Barros, aborda os templos, considerados “fortalezas, que melhor defendem as praças da injusta invasão dos inimigos” (BARROS apud CASTELLO, 1969-1971, t. III, p. 8). Acrescenta que “o formal dos templos consiste nos sacerdotes, e nos sacrifícios” (BARROS apud CASTELLO, 1969-1971, t. III, p. 9) e que são os sacerdotes os defensores contra os inimigos, pois, no passado, os Reis que defenderam da melhor maneira os seus territórios foram sacerdotes e apresenta o papel dos mesmos:

[...] nos ombros dos Reis carrega a obrigação de defender o Reino; no sagrado do sacerdócio queriam os povos segurar a sua defesa; mas de que armas, ou de que meios usam os sacerdotes para enfraquecer a potência contrária, e domar os orgulhos do inimigo?

[...] são os sacrifícios; a hóstia, que se consagra a Deus, é a que atalha, e refreia as hostilidades da guerra; sacrificá-la é vencer, e da mesma vitória traz deduzido o nome (BARROS apud CASTELLO, 1969-1971, t. III, p. 13).

Declara que, para defender as cidades, é necessário o sacrifício do altar. O Vice-Rei Vasco Fernandes César de Meneses recorrera ao templo de Nossa Senhora da Ajuda tanto quando houve a passagem de um cometa quanto quando houve o terremoto<sup>22</sup> e, sendo assim, é um exemplo raro da Cristandade: “os Príncipes quanto mais Cristãos, então mais Príncipes! (BARROS apud CASTELLO, 1969-1971, t. III, p. 17).

Retrata, também, a importância das intercessões de Nossa Senhora para a proteção do Vice-Rei: “parece que nunca moveu Vossa Excelência o pé, sem que a Senhora lhe não segurasse o passo, nas armadas, em que Vossa Excelência repetidas vezes embarcou” (BARROS apud CASTELLO, 1969-1971, t. III, p. 19), como no incêndio da Casa de Pólvora. Para finalizar, reitera que só através do culto dos templos é que Vasco Fernandes teria o meio mais eficaz para conseguir tudo aquilo que desejasse.

### 2.3.1.5 Individuais

Na 3ª Conferência, o orador João de Brito e Lima considera que a fortuna é uma “falsa deidade” poderosa. “Não há Monarquia, Reino, Província, Cidade, Monarcas, Reis, Príncipes, Grandes, e Pequenos, e até a mesma Formosura, que não esteja debaixo do seu Império: ao mesmo tempo abatendo uns, e exaltando outros” (LIMA apud CASTELLO, 1969-1971, t.I, p. 246). Assim, a “máquina do Universo” está sob o Império da fortuna, ou seja, o homem está subjugado ao domínio da fortuna e não esta às determinações do homem. Entretanto, afirma que

---

<sup>22</sup> O terremoto ocorreu em Lisboa em 1531 e teve registros de 30 mil mortos. A causa teria sido uma falha geológica na região do Baixo Tejo. O epicentro foi registrado entre Azambuja e Vila Franca de Xira; Santarém foi bastante destruída. Em Lisboa, atingiu um terço das edificações, parte delas eram igrejas. Na época, houve rumores de que o terremoto teria sido um castigo divino; a população, incitada pelos frades de Santarém, responsabilizou os cristãos-novos pelo acontecido. Gil Vicente escreveu uma carta a D. João III na qual acusa os monges pelas mortes e condena o ataque aos judeus.

[...] o mais perfeito Homem, é o homem mais perfeito: e que este é, o que tem domínio sobre o império da Fortuna”: porque como conhece a sua instabilidade, nem seus apetites o enleiam, nem seus regalos o enlevam, nem seus pesares o entristecem, nem o desvanecem suas ditas (LIMA apud CASTELLO, 1969-1971, t.I, p. 251).

Brito e Lima questiona qual seria o melhor príncipe e, de imediato, declara que é aquele que se “submete” e “obedece melhor” às leis. Tanto para o homem quanto para o príncipe perfeitos são necessárias a prudência e a sabedoria, além da liberalidade, justiça e clemência. Desse modo, possuindo todas as virtudes acima apresentadas, os Príncipes seriam os dominadores do Império da Fortuna.

O orador encerra o texto exaltando tanto os acadêmicos quanto o Vice-Rei, visto que somam todas as virtudes e, desse modo, têm o domínio da Fortuna:

E se a Ciência é a base fundamental desta obra, vencedores vos julgo (Famosos Acadêmicos) das inconstâncias da Fortuna: e dominando o seu império o Príncipe mais Católico, Reto, Sábio, Prudente, Liberal, e Piedoso; que até este presente século, se tem visto. Sem dúvida, Íncrito e soberano César, sois aquele Príncipe, que Xenofonte pintou na sua ideia, que nunca vira: o mais perfeito de quantos houvesse no Mundo [...]. Vós sois, pelos atributos, que lograis, quem domina o Império da Fortuna (LIMA apud CASTELLO, 1969-1971, t.I, p. 254).

A 6ª Conferência foi presidida por Raimundo Boim de Santo Antônio. Em sua oração, tratou da prudência, considerada por ele – e sustentado em Apolônio: “a arte das artes, e a ciência das ciências na política” (SANTO ANTÔNIO apud CASTELLO, 1969-1971, t.II, p. 125): “é a prudência como Júpiter, porque todas as artes, e ciências a [reconheçam] com maiorias, que esta Deidade de Amon nasceu de Saturno; a prudência tem a sua execução na terra, mas a origem no Céu” (ibi, idem).

Foi a prudência que conduziu grandes impérios, como Antenas, Tebas, Cartago e Roma, nascendo dela as maiores glórias e triunfos. Afirma que ela se ocupa de todos os tempos (passado – para corrigir –, presente – para executar e prever – e futuro – para seguir) para que as ações sejam acertadas. É interessante notar que o exemplo apresentado acima pode ser manipulado e usado como bom ou ruim, desde que esteja adequado às circunstâncias e à vontade do orador. Raimundo questiona:

Qual é [...] o prudente que sempre na discrição mais se esmerou conhecendo o magnífico de tão soberana perfeição; se não o nosso admirável César Lusitano, que assim a Índia o publica, com mais razão a Corte do Brasil o confessa, onde para maior obelisco seu, ergueu esta lustrosa Academia; publicando o meu discurso tão elevada virtude (ibi, id., p. 130).

Para finalizar o discurso, Raimundo Boim de Santo Antônio constata, a partir do que declarara anteriormente, que na América o César é detentor de excessiva prudência e apresenta um soneto exaltando que a prudência é “luz resplandecente” em Vasco Fernandes, o qual ilumina a Academia e os oradores.

### 2.3.1.6 Filosóficas

A oração da 5ª Conferência, elaborada por Antônio Gonçalves Pereira, trata da importância da Filosofia. Inicia o texto com Platão, declarado como o primeiro inventor das Academias. Segundo narra o presidente, Platão institui a sua escola no lugar – agradável – onde o Príncipe anteniense Ecadêmico gostava de se divertir, mas que cedera a Platão por ter-se interessado pela doutrina. Em agradecimento, o filósofo nomeia a sua escola como “Academia” a fim de que se pudesse não só enaltecê-la a memória de Ecadêmico, mas também eternizá-la, pois justifica que “nunca os sábios deixam de ser engrandecidos” (PEREIRA apud CASTELLO, 1969-1971, t.II, p. 72).

Antônio Gonçalves declara que o mesmo ocorre com a ABE, já que tem um Príncipe

[...] tão propenso e aplicado às Literaturas, que designou o seu mesmo Palácio para o exercício desta nova Academia, protegendo, e honorificando aos literatíssimos, e sapientíssimos Acadêmicos, que a ele concorrem, não como discípulos de Platão, mas cada um deles como Platão, que merecia ter muitos discípulos (PEREIRA apud CASTELLO, 1969-1971, t.II, p. 72).

O orador afirma que havia encontrado Crísipo, simpatizante de Platão, filósofo responsável por dar origem à doutrina Peripatética. Crísipo confessa estar satisfeito com o fato de Antônio Gonçalves Pereira prometer-lhe abordar Platão em seu

discurso, embora tenha considerado que existiam temas mais “sérios” para serem tratados ao invés da Filosofia.

Pereira sustenta a vontade de abordar o tema filosófico e Crísipo conta-lhe que entrou na Filosofia como se tivesse entrado “no Labirinto de Creta [...] sem haver alguém que o orientasse. Encontra Empédocles, Filósofo celeberrimo, que “serviu-lhe de guia” (PEREIRA apud CASTELLO, 1969-1971, t.II, p. 73) e, na sequência, apresenta a lição que recebera sobre a importância da Filosofia:

[...] chamais vidro ao que é diamante; e chamais diamante ao que é vidro; tanta diferença vai do vidro ao diamante, quanta vai das regras mudáveis, e arbitrárias da Gramática, que apeteceis, ao firme, e sólido da Filosofia. [...] São irmãs gêmeas, nascidas de um mesmo parto de um grande entendimento, e de uma avantajada memória. Porém a Filosofia tudo ensina, quanto podeis desejar, por um modo mais elevado: apura, e adelgaça o entendimento; satisfaz à natural apetência, que todo animal racional tem de saber, e entender; excita as espécies, aviva a reminiscência, esperta as apreensões, amadurece o juízo; e formaliza o discurso (PEREIRA apud CASTELLO, 1969-1971, t.II, p. 74).

A lição de Empédocles continua:

Nem todos nascem com este gênio; mas o que nasceu com este gênio, nasceu para Retórico, e nasceu para Poeta. Nasceu para Retórico, porque a Retórica, segundo Aristóteles, é uma Dialética estendida, e abriu a mão; e a Dialética é uma Retórica abreviada, e fechou a mão. Quem sabe bem Dialética, sabe bem Retórica; os artifícios da Retórica são documentos da Dialética; nasceu para Retórico, quem nasceu para Filósofo. [...] Também nasceu para Poeta. [...] Tudo tende na Filosofia, meu Crísipo; Nela tendes tudo o que é Literatura humanística (PEREIRA apud CASTELLO, 1969-1971, t.II, p. 74).

Com o estímulo de Empédocles, Crísipo continua a estudar Filosofia e as suas variadas doutrinas. Afirmo que, naquele momento, a Filosofia era opiniões e indica quais doutrinas não deveriam ser seguidas: a de Pitágoras deve ser abominada, a dos cétricos não deve ser feito caso e os epicuristas devem ser desprezados. Indica, na sequência, as que devem ser seguidas, ou seja, aquelas que são modelos de Filosofia: “A Academia de Platão, a Peripatética de Aristóteles e a estoica de Sócrates” (PEREIRA apud CASTELLO, 1969-1971, t.II, p. 77).

A oração da 17ª Conferência, elaborada por José Pires de Carvalho, traz como assunto principal “o notável abuso de alguns menos instruídos na doutrina Peripatérica nas suas graças”. Propõe, então, apresentar, de acordo com as leis, a utilidade das graças a partir de sua definição e divisão e ressalta que os Césares são os Deuses da terra e, sendo assim, não podem renunciar ao jocoso. O riso seria o alívio para a melancolia e / ou solidão provenientes dos esforços dispensados na busca da verdade durante a investigação científica.

Aristóteles chamou com razão as graciosidades urbanidades, porque não nascem no terreno inculto de gênios rústicos e grosseiros, se não em entendimentos cidadãos, e engenhosos, ou por costume, ou por arte. [...] A graciosidade, ou urbanidade é uma operação do entendimento, que ensina alguma coisa em modo engenhoso. Modo engenhoso é aquele, que explica alguma coisa não por termos próprios, e comuns, se não por termos figurados, e fingidos do entendimento, e por isso novos, e não esperados. [...] A forma do mote jocoso consiste na dita ingeniosidade, isto é, em explicar uma [coisa], não por via de termos próprios, e usados, senão por via de termos metafóricos, e fugidios (CARVALHO apud CASTELLO, 1969-1971, t.IV, p. 162).

José Pires de Carvalho apresenta que existem graciosidades sérias e ridículas. As leis das graciosidades devem considerar as leis do decoro: “quais graciosidades se dizem; quem as diz: a quem se dizem. Estas são três regras gerais, que deve aplicar o homem judicioso a qualquer ocasião, ou congresso particular” (CARVALHO apud CASTELLO, 1969-1971, t.II, p. 164). Além disso, declara que a graciosidade deve ser conveniente a quem a diz, segundo a idade, grau e condição de cada um e, ademais, que as graças devem ser acomodadas àqueles que as utilizam, ressaltando que o Príncipe deve receber as mais respeitadas.

### **2.3.2 *Dispositio* Aristotélica e os modelos de oração**

À guisa de ilustração, demonstrar-se-á a estrutura geral da 1ª oração, comparativamente às questões debatidas no Livro Terceiro da *Arte Retórica*, sobre a *dispositio* aristotélica.

A *Dispositio* (disposição dos argumentos) tem como finalidade a organização do conteúdo da *Inventio* em partes, as quais são estruturadas em: Exórdio, Narração, Prova e Epílogo ou Peroração. Para a emulação da *dispositio*, tem-se a oração apresentada por José da Cunha Cardoso, presidente da 1ª Conferência, secretário e censor, o que se pode supor que o mesmo poderia servir como um modelo a ser seguido pelos demais acadêmicos, pois aponta, na própria oração, os preceitos que deveriam ser seguidos para a elaboração tanto da prosa quanto dos versos. A intenção, neste item do trabalho, é apresentar as partes da oração e, simultaneamente, indicar os preceitos apresentados por Aristóteles no que se refere à *dispositio*, de forma a comprovar que a oração segue, com bastante rigor, os parâmetros propostos pela *Arte Retórica*.

Após revelar-se como indigno de ser presidente daquela sessão (tópica<sup>23</sup> da falsa modéstia), José da Cunha Cardoso, designado como secretário da agremiação e presidente da 1ª Conferência, conforme consta na Ata de Fundação, louva a figura do Vice-Rei e a própria academia, como é próprio do gênero epidítico. Na sequência, o acadêmico apresenta o exórdio, no qual há a indicação do tema da oração: as letras e as armas, estabelecendo relação com a Ata de Fundação, a qual, logo no início, evidencia que o Vice-Rei “traz vinculada com a profissão de ilustrar as armas, a propensão a honrar as letras” (CARDOSO apud CASTELLO, 1969-1971, t. I, p. 3).

São as letras a antorcha universal do mundo, sem a qual todo ele seria um caos, e se o homem é microcosmo, ou mundo pequeno, ao homem sem notícias chamou um oráculo mundo às escuras. Desta opinião foi Demócrito, que para se não divertir da contemplação dos estudos com a distração dos olhos, se privou deles voluntário, comprando com a falta da luz da ciência, e entendendo que só andava em trevas quem vivia sem saber. São as letras como progenitoras de toda a perfeição; pois não há prenda, ou virtude, a que elas não deem o realce; e com ele o segundo ser, tanto mais nobre quanto o primeiro, quanto vai de sepultar-se logo no cemitério da ignorância a construir-lhe altar no templo da eternidade.

As mesmas armas, que no mundo se têm levantado com a coroa da estimação, porque enfim são as que dão, e tiram coroas, quem

---

<sup>23</sup> “Em substância, todo discurso (inclusive o panegírico – de louvor, elogio) deve tornar aceitável uma proposição ou causa. Valer-se-á para tanto de argumentos dirigidos à razão ou ao coração do ouvinte. Ora, existe uma série de tais argumentos, aplicáveis aos mais diferentes casos. São temas ideológicos aplicados a quaisquer desenvolvimentos ou variações [...]. Na Antiguidade colecionaram-se esses topoi. A teoria dos topoi – a tópica – foi objeto de tratados especiais. [...] Servem também os topoi, originariamente, para a elaboração de discursos e atendem a um fim prático” (CURTIUS, 1996, p. 109).

duvida o muito que devem à sociedade das letras? Não é o meu ânimo disputar-lhe a preferência, assunto comum, por não dizer particular empenho, que neste lugar tomam regularmente os oradores Acadêmicos; porque suposto há tratados, e livros inteiros, que neste difícil brocárdio deram sentença contra as armas, não estou pela sentença. Nem à ciência, nem à milícia posso dar procedência sem manifesta injúria do seu grande protetor, porque seria agravo da sua grandeza não ser igual em todos os seus predicados (CARDOSO apud CASTELLO, 1969-1971, t. I, p. 10).

O *Exórdio*, parte inicial, consiste em exprimir, logo de entrada, o que se pretende dizer, acompanhado da apresentação de um plano:

Nos discursos epidícticos as fontes dos exórdios são as seguintes: o elogio, a censura, o conselho que nos induz a fazer uma coisa ou dela nos afasta, as considerações que dizem respeito ao ouvinte. [...] Nos discursos como nos poemas épicos, os exórdios dão uma indicação do assunto para que o ouvinte seja informado da questão tratada e para que seu pensamento não fique em suspenso, visto que o que é indeterminado faz vaguear o espírito. Pondo, por assim dizer, entre as mãos do ouvinte o início da obra, faculta-se-lhe seguir sem interrupção o desenvolvimento (ARISTÓTELES, 2005, p. 206-207).

Seguindo o curso do processo argumentativo, José da Cunha Cardoso apresenta o seu posicionamento quanto ao tema (*Narratio*): armas e letras devem caminhar juntas, uma dando auxílio à outra:

Armas, e letras são filhas de um mesmo parto, ou partes de um mesmo corpo: conselho, e forças, olhos e mãos. Aquela indigência, que as armas têm das letras, nem argúi nas letras senhorio, nem nas armas sujeição; é fraternidade natural, não dependência servil; amam-se como antífilas (sic), ajudam-se como irmãs, porque o são em armas (CARDOSO apud CASTELLO, 1969-1971, t.1, 10-11).

A *Narratio* (Narração) tem como preocupação a exposição do tema e do posicionamento do Orador, e, no gênero demonstrativo,

[...] não é contínua, mas dividida em muitas partes: é mister expor pormenorizadamente os atos que formam o fundo do discurso. Com efeito, este compõe-se de duas partes: uma que não depende da arte, já que o orador em nada é causa dos atos que expõe, e outra que depende da arte. Esta última parte consiste em mostrar que o

fato existe ou que é incrível, ou que tal ou tal, ou que tem tal importância, ou mesmo em expor todos estes caracteres a um tempo. Por vezes importa evitar a narração de todos os fatos uns após os outros, porque tal demonstração causa dificuldades à memória. [...] A justa medida consiste em dizer tudo quanto ilustra o assunto, ou prove que o fato se deu, que constitui um dano ou uma injustiça, numa palavra, que ele teve a importância que lhe atribuímos [...]. A narração deve comportar igualmente algumas ações passadas que, no momento em que foram executadas, não provocaram compaixão nem terror. [...] O caráter moral é indispensável à narração (ARISTÓTELES, 2005, p. 211-212).

Para sustentar o seu argumento, utiliza o exemplo da mitologia (fábula) e do passado romano (parábola):

Agudo símbolo desta verdade é a seta na qual o ferro, que há de ferir, se move pelos voos da pena. Os raios, com que Júpiter faz a guerra ao mundo, administra-os a águia geroglífico de um agudo engenho. Esta união nos insinuou, e ensinou a bem advertida antiguidade distribuindo pelos sete planetas os sete dias da semana, não consentindo, que mediasse nem um só dia entre mercúrio, e Marte. Toda se equivoca a campanha literária com a república militar. Por isso o mais civil Imperador de Roma com discreto hipérbato lhe comutou os vocábulos, persuadindo que a majestade se devia condecorar com as armas, e armar com as letras. Que bizarria analogia já no nome, já na entidade tem a ciência com a milícia! É a milícia um substantivo indiferente, com quem igualmente concorda, e lhe compete a denominação de togada, e armada. Marco Túlio, e Sêneca chamaram a ciência ao valor. Folha é a do livro, e também a da espada. A mesma divindade é Palas, e Minerva: o soldado lhe tributa obséquios, o erudito lhe consagra cultos; porque a mesma que na campanha dá valor às armas, na Academia dá espírito às letras. Desta cognação, e recíproca amizade procede ser entre elas tudo comum; e assim como o lustre, e esplendor das letras se comunica às armas, toda a honra, e glória das armas se participa às letras. Bem comprova o que digo a fundação desta nossa escola da ciência, para a qual não sem mistério concorreram Marte, e Apolo: ambos lhe deram o seu dia; este o do nascimento, e ambos o da criação; este um domingo, e ambos uma terça-feira, que pelo ser, e por ser de março é por dobrado título consagrada ao Deus da guerra, e por ser dia sétimo, ao Deus da sabedoria. Tanto se dão as mãos as armas, e as letras (CARDOSO apud CASTELLO, 1969-1971, t. I, p.11).

A partir do que foi exposto sobre as armas e letras, o acadêmico revelará uma tese como consequência da tese anterior (*Narratio*): que a Academia é merecedora de toda a fama devido à união das letras com as armas, sob proteção de Minerva, deusa da sabedoria e da guerra:

Não me estranheis, ó Acadêmicos, nem avalieis por digressões este parecido episódio, que realmente o não foi, antes é filho natural do discurso, que vou seguindo; porque sendo o meu principal intuito, e o sistema dele mostrar, que a profissão Acadêmica vos faz credores de toda a glória, por esta conexão da ciência com a milícia, por esta mútua participação, e inseparável sociedade de uma com a outra, por este animado, e excelentíssimo emblema de armas, e letras, que são os dois pólos de toda a grandeza do mundo, vos dou a conhecer quão ilustres, e grandes vos fará no mundo a Minerva, que seguis, a Academia que professais (CARDOSO apud CASTELLO, 1969-1971, t. I, p. 12).

Para tanto, ressalta a importância da “história Brasílica, primeiro emprego dos estudos Acadêmicos, e objeto de atribuição do seu principal instituto” (CARDOSO apud CASTELLO, 1969-1971, t. I, p. 12). Salieta a sua propriedade profética, visto que descobre o oculto e ensina aquele o ignoto (*Narratio*) e justifica a sua utilização (Exemplo):

Sendo pois no homem tão natural o desejo de saber, e particularmente de saber o que mais se lhe dificulta, para saciar este desejo, vos ofereço, ó sábios Acadêmicos, na vossa palestra o exercício, e lição da história, para todos os ouvintes tão proveitosa, e necessária, que seria ofensa do seu juízo a minha recomendação. É a verdadeira história um claro espelho do bem, e do mal; deste para o detestar, daquele para seguir. É a mais fiel cópia da formosura, que nos deve atrair, ou da fealdade, que devemos evitar. Tem virtude miraculosa com emulações de divina, pois em fé da sua narração renasce o que acabou, ressuscita o que morreu. Sabe aprisionar o fugitivo tempo, que passa, e não torna, deixando com admirável reprodução tão bem informados os olhos pelo que leem, como pelo que viram. Excita nobremente os ânimos dos pequenos a imitar os grandes, dos magnânimos a exceder-se a si. Quanto deve o renome de Alexandre á lição da Ilíada, que todos os dias o provocava ou para as competências, ou para as invejas de Aquiles! Que maior desafio para um espírito brioso, que ver na pintura da história o retrato de um herói? A história de Alexandre fez um Júlio César, e a de César fez muitos Alexandres. De Quinto Máximo, e Públio Cipião refere Salústio saíam pelos lugares de Roma a ver as estátuas, para nelas tomar lição de virtude, e de valor. E que tem que ver a persuasão da estátua, que não fala, com a da história que se explica? Ela é retórica sem enfeites; eloquente sem afetações; mestre que melhor nos ensina; aviso que mais nos desperta; conselheiro, que nos não engana; amigo que nos não lisonjeia (CARDOSO apud CASTELLO, 1969-1971, t. I, p. 13-14).

Utilizando-se de tom laudatório, o Secretário apresenta os quatro mestres encarregados de elaborar a história natural, militar, eclesiástica e política e os qualifica como “cofres da sabedoria, tesouros da erudição” (p. 14). Revela também que, além dos quatro mestres, a Academia terá mestres na Poética e, na sequência, apresenta as qualidades que prosa e poesia devem possuir, segundo as leis da Retórica e da Poética.

A *Peroratio* (*Peroração*) é momento no qual o orador recapitula o tema abordado e faz um apelo aos ouvintes.

Compõe-se de quatro partes: a primeira consiste em dispor bem o ouvinte em nosso favor e em dispô-lo mal para com o adversário; a segunda tem por fim amplificar ou atenuar o que se disse; a terceira, excitar as paixões no ouvinte; a quarta, proceder a uma recapitulação. É natural que, depois de ter demonstrado a verdade de suas afirmações e a falsidade das do adversário, o orador passe a louvar e a censurar, e a dar o último retoque a sua obra. [...] Na peroração é mister recapitular as provas que serviram para a demonstração. O início da peroração consistirá em declarar que cumprimos o que tínhamos prometido; por conseguinte, devemos lembrar os fatos e as razões invocadas [...] Para terminar, o assíndeton fica bem aqui, para que tenhamos uma peroração e não um novo discurso: “Tendo dito, ouvistes, estais a par da questão, julgai” (ARISTÓTELES, 2005, p. 220).

Como peroração, o Presidente convida os acadêmicos para cultivar a academia, designada como floresta e, como epílogo, congratula os acadêmicos, o Mecenas, Sol, a própria Academia e os talentos dos acadêmicos. Para finalizar, prognostica – e reafirma – a fama da Academia e mostra-se novamente incapaz de fazer parte de um grupo de acadêmicos tão valoroso:

E se o entendimento quando discorre também sabe pressagiar, eu vos prognostico, e seguro que as aves do Caistro melhorando de culto, e esquecidas do Castálio coro, se lembrem só dos Esquecidos; eu vos seguro que as vozes do vosso aplauso deem tal brado na América, que retumbe o eco na Europa; eu vos seguro que das penas, com que escreverdes, se aproveite a Fama para multiplicar as asas; que de tão generosas premissas não pode deixar de seguir-se consequência tão gloriosa. Assim o crê o meu afeto, e o espera o meu alvoroço, que a glória dos Esquecidos há de ser mais que eterna na memória dos que hão de vir, de sorte que excedendo os horizontes da posteridade, a mesma imortalidade lhe deva restituições. E porque não é justo que eu pareça ingrato ao caráter

honorífico, que recebo em se servir de colega tão inútil um congresso tão grave (CARDOSO apud CASTELLO, 1969-1971, t. I, p. 17).

No início e no final da oração, o presidente José da Cunha Cardoso utiliza citações latinas: a primeira, de Ausônio, poeta romano tutor do filho do Imperador Romano Valentiniano I e que recebeu o cargo de questor (cobrador de impostos com acesso ao Senado) em reconhecimento aos serviços. A citação é exemplo da tópica da falsa modéstia, “suposta” falta de talento que não o desobriga de cumprir as funções de Secretário, Presidente e Orador: “Non habeo ingenium; Caesar sed iussit, habebo/ Quid me posse negem, posse quod ille putat?” (CARDOSO apud CASTELLO, 1969-1971, p. 7).

A segunda citação diz respeito a uma inscrição utilizada em um arco construído por Agostino Chisi, banqueiro e patrono das artes italianas no Renascimento, para caracterizar os períodos de Pontificado de Alexandre VI, Julius II e de Leão X: “Olim habuit. Cypris sua tempora, tempora Mavors/ Olim habuit, sua nunc tempora Pallas habet” (CARDOSO apud CASTELLO, 1969-1971, t. 1, p. 17).

A citação faz referência a que houve o tempo de Vênus (Cypris); na sequência, houve o tempo de Marte (Mavors) e que, naquele momento, havia chegado o tempo de Pallas (Minerva). Esses deuses evidenciam que cada papado foi caracterizado por um tipo de ação: o de Alexandre VI, por Vênus, deusa do amor, da beleza corporal e do sexo; o do belicoso Julius II, por Marte, deus da guerra; finalmente, o de Leão X, por Pallas, deusa das artes e da guerra, bem como a ABE:

Decretou o nosso Excelentíssimo e Augustíssimo César coroar as armas, que professa, com as Letras, que autoriza, trasladando na melhor cidade da América a mais célebre da Grécia, e instituindo uma palestra literária, de que fosse protótipo o Ateneu [...] (CARDOSO apud CASTELLO, 1969-1971, t. I, p. 7).

Nesse sentido, a Academia Brasileira dos Esquecidos, segundo José da Cunha Cardoso, corresponderia ao tempo de Pallas, ou seja, ao momento em que haveria a valorização tanto das letras quanto das armas, conforme orientação do Vice-Rei Vasco Fernandes César de Meneses.

A *Elocutio* (Elocução) refere-se à forma como o texto é construído, momento no qual há a preocupação com a clareza, com a correção gramatical, com o estilo

segundo o qual se dará a construção da argumentação. Já a *Actio* (Ação) diz respeito à apresentação do discurso, envolvendo voz, gesto e mímica:

Não basta possuir a matéria do discurso; urge necessariamente exprimir-se na forma conveniente, o que é de suma importância para dar ao discurso uma aparência satisfatória. [...] Estas três coisas constituem o objeto da atenção dos oradores: a força da voz, a harmonia, o ritmo (ARISTÓTELES, 2005, p. 173).

Acredita-se que ao se realizar um estudo tanto da estrutura quanto dos temas presentes nas orações da ABE, conseguir-se-ão estabelecer os parâmetros seguidos para o exercício da prosa, o que garantiria, no contexto da ABE, condições para a publicação do texto, conforme define Marcello Moreira (2011).

### **3º CAPÍTULO**

## **CONSTATAÇÕES SOBRE A(S) CENSURA(S) PRATICADA(S) NA ABE**

### 3. A(s) Censura(s)

Para se compreender a produção letrada da ABE, faz-se necessário levar em consideração o seu contexto de produção: as interferências da Igreja no modo como a Coroa Portuguesa administrava o país – da Bahia – a vida social regulada pela racionalidade de corte, os modelos de escrita da época e a compreensão de que existiam restrições quanto à forma do letrado comportar-se e escrever. A fim de representar essa condição especial de existência na América Portuguesa – ser letrado –, era necessário adequar-se à posição que ostentava. Desse modo, pode-se inferir que havia parâmetros religiosos, políticos, morais e retóricos a serem seguidos, o que não deixa dúvidas quanto à forte presença da prescrição para a produção escrita, força recorrente na vida dos acadêmicos da ABE.

Se há modelos, parâmetros, há restrições, que devem ser obedecidos. É por essa razão que o trabalho adotou o termo censura para designar a forma como os letrados deveriam agir e redigir. Acredita-se, assim como Hansen (2004) e Moreira (2011), que essa historicidade afeta a maneira como os textos devem ser lidos e, acima de tudo, impede que tais produções não sejam “julgadas”, analisadas, interpretadas com os parâmetros da nossa atualidade; isso seria falta de decoro. A intenção aqui é resgatar as condições de escrita das produções letradas da ABE em suas condições ambientadas à época.

A proposta apresentada está pautada em Chartier, que associa a experiência religiosa ao uso da escrita como um fenômeno basilar daquele momento:

A imposição de novas regras de comportamento, exigidas pelo exercício absolutista do poder, formuladas pelos pedagogos ou moralistas, difundidas pelas instruções nobiliárias ou pelos tratados de civilidade, também encontrou apoio na escrita. Designada por Norbert Elias como um longo processo de civilização, que obriga ao controle das emoções e ao domínio das pulsões, ao distanciamento dos corpos e à elevação ao patamar do pudor, essa transformação profunda da estrutura da personalidade transformou os preceitos em comportamentos, as normas em costumes, os textos escritos em práticas (CHARTIER apud ROCHA, 2011, p. 260).

A censura, por revelar-se tanto nos modelos de escrita quanto nos modelos de comportamento, foi dividida em ideológica e formal, embora ambos os aspectos

integrem a representação – e apreensão – do letrado da ABE, aquele que era digno de “ter o lugar de” (CHARTIER apud ROCHA, 2013, p. 115) acadêmico.

### 3.1 A Censura Ideológica

A fim de que fossem admitidos como membros da Academia dos Esquecidos, os acadêmicos deveriam ocupar cargos de relevância, fossem vinculados à administração da Bahia, sejam vinculados ao clero, como constatou Moraes em seu estudo (2010, p. 58-59).

Os sócios-fundadores, por exemplo, faziam parte de atividades de destaque na corte, e o prenúncio da perda de determinados privilégios era uma perda do prestígio, que dava sentido e valor às suas vidas e os distinguia dos demais.

Qualquer ameaça [...] ao sistema hierarquizado de privilégios como um todo, significava uma ameaça àquilo que dava valor, importância e sentido aos indivíduos dessa sociedade, a seus próprios olhos e aos olhos das pessoas com quem conviviam e que tinham uma opinião sobre eles. Qualquer perda de privilégio significava um esvaziamento de sentido de suas existências. Em função disso, cada um deles tinha de cumprir, também, com os seus deveres de representação que estavam ligados às posições e aos seus privilégios (ELIAS, 2001, p. 95).

Em razão disso, a autocensura – regulada pela prudência – era necessária e conferia a honra, condição *sine qua non* para a participação em uma sociedade nobre; o símbolo da “honra” era motivador das atitudes. Elias designa a autocensura como “autocontrole”, “autocoerção” e “autodisciplina constante”: “os cortesãos precisam saber adequar com precisão suas expressões, suas palavras e seus movimentos às pessoas que encontram e às circunstâncias em que as encontram cada vez” (2001, p. 242), o que pode ser traduzido como decoro e, nas palavras de Gracián, “prudência”.

O contexto histórico apresentado no início deste trabalho revela toda a influência da Igreja, enquanto instituição, no regime político daquele momento. A política católica exercida pela Coroa Portuguesa configurou-se em uma espécie de “paradigma dogmático” que garantiu a conduta dos acadêmicos, enquanto

obediência e manutenção da hierarquia, a qual era considerada “visível, natural, racional e necessária” (HANSEN, 2004, p. 120) e determinava a pertença de cada um.

A hierarquia em questão, “entendida como reflexo da lei natural ou como ditado de Deus revelado em uma Igreja visível e corporificado nas leis positivas de um Estado absolutista” (HANSEN, 2004, p. 116), era assegurada e consolidada pela representação do Corpo Místico da Igreja (*Corpus Ecclesiae Mysticum*), que se estendeu para o Estado:

[...] a doutrina do corpo místico referida ao Estado significa o estado de natureza como “simples corpo místico” em que todos os membros reconhecem as mesmas obrigações, pautam-se pelas mesmas regras e “[...] são capazes de ser considerados, do ponto de vista moral, como teológico-política do “corpo do Estado” corresponde ao terceiro modo da unidade dos corpos exposta por Santo Tomás de Aquino em seu comentário do Livro V da *Metafísica*, de Aristóteles: unidade de integração, que não exclui a multiplicidade atual e potencial. Parte de um todo, os membros do corpo são instrumentos de um princípio superior, a alma. Por analogia de proporção, o corpo humano é termo de comparação com o *corpus Ecclesiae mysticum*: a transferência metafórica é efetuada pelo termo *caput*, “cabeça”. Sede da razão, a cabeça está para o corpo assim como Deus está para o mundo. Politicamente, o Rei está no reino assim como a cabeça no corpo: razão dos membros, o Rei os dirige em função de sua integração harmônica (HANSEN, 2004, p. 117).

O “único todo unificado” traduzia-se como bem comum, necessário para manter “a comunidade coesa como *ordinata multitudo*” (HANSEN, 2004, p. 119). Assim, a existência de critérios para garantir a hierarquia e assegurar a consciência – e, sobretudo, coerência – do lugar de cada um no Corpo Místico revela a prática de uma censura que prescrevia regras de conduta e definia o que era adequado ao bem comum e à unidade, atendendo à política católica da Coroa.

As regras de conduta apontavam a necessidade de se ter virtude. Conforme Aristóteles, a virtude “é a faculdade que permite adquirir e guardar bens, ou ainda a faculdade que nos põe em condições de prestar muitos e relevantes serviços, serviços de toda sorte e todos os domínios” (2005, p. 60). Deveria constituir-se, como foi apresentado, da justiça, coragem, temperança, magnificência, magnanimidade, liberalidade, mansidão, prudência e sabedoria.

Consoante Baltasar Gracián, em seu tratado sobre a prudência,

A virtude é uma cadeia de todas as perfeições, o centro de toda a felicidade. Torna-o prudente, discreto, perspicaz, sensível, sensato, corajoso, cauteloso, honesto, feliz, louvável, verdadeiro... um herói universal. Três esses nos tornam bem aventurados: sábio, sadio, e santo. A virtude é o sol do mundo, e seu hemisfério é uma boa consciência. É tão encantadora que ganha a graça de Deus e dos homens. Não há nada tão amável quanto a virtude, nem tão detestável quanto o vício. A virtude só é autêntica; tudo o mais é imitação. Capacidade e grandeza se medem pela virtude, não pela sorte. Só a virtude basta a si mesma. Faz-nos amar os vivos e lembrar os mortos (2012, p.85).

Agindo através de tais parâmetros – que orientavam – e, portanto, censuravam a conduta –, o cidadão, o acadêmico virtuoso, pleno de boa reputação e honra, prestava reverência ao poder constituído e, simultaneamente, apresentava-se a serviço do bem comum. “Toda virtude [era] uma justiça e a justiça [era] todas as virtudes segundo um fim, que [era] o bem comum” (HANSEN, 2004, p. 201).

Elias nomeia as regras de conduta como “etiqueta” e sua prática consiste

[...] numa auto-apresentação da sociedade de corte. Através dela, cada indivíduo, e antes de todos o rei, tem o seu prestígio e a sua posição de poder relativa confirmados pelos outros. A opinião social que forja o prestígio dos indivíduos se expressa através do comportamento de cada um em relação ao outro, dentro de um desempenho conjunto que segue determinadas regras. Ao mesmo tempo, nesse desempenho conjunto, torna-se visível imediatamente, portanto, o vínculo existencial entre os homens singulares e a sociedade na corte. Sem a confirmação de seu prestígio por meio do comportamento, esse prestígio não é nada. A importância conferida à demonstração de prestígio, à observância da etiqueta, não diz respeito a meras “formalidades”, mas sim ao que é mais necessário e vital para a identidade individual de um cortesão (ELIAS, 2001, p. 117-118).

Hansen, por sua vez, considera a conduta adequada como “código de honra do perfeito cavaleiro cristão” e julga a gentileza como a “síntese cavaleiresca das virtudes compassivas e letradas” (2004, p. 356). Detentor das virtudes do cortesão e do “perfeito cavaleiro cristão”, “o discreto distingue-se pelo engenho e pela prudência, que fazem dele um tipo agudo e racional, capacitado sempre para distinguir o melhor em todas as ocasiões” (p. 93).

Nota-se que todos os parâmetros de conduta, ou etiqueta, ou código de honra, garantem uma unidade tanto na maneira como os acadêmicos deveriam agir,

seja em sociedade, seja no âmbito acadêmico, quanto na maneira como deveriam pensar, visto que garantia, de forma bastante eficiente, a obediência e a hierarquia à política católica em vigência. “Os indivíduos se submetiam [às regras] mesmo quando as criticavam, porque estavam de acordo com a tradição, e porque essa tradição garantia a posição privilegiada e correspondia aos ideais e valores dentro dos quais se fora educado” (ELIAS, 2001, P. 272).

Conscientes de seus papéis, os cidadãos virtuosos, assentados nos valores prescritos, assumiam um papel, uma imagem que assinalava a sua existência através da imagem que exibiam, o que remonta às formas de teatralização da vida social do Antigo Regime:

Segundo a prescrição seiscentista, “melhor” é aquele que aparenta a representação adequada à sua posição na hierarquia, demonstrando que sabe seu lugar de membro subordinado ao *bem comum*. Para mantê-la publicamente, ou seja, na esfera de sua subordinação livre ao *bem comum* definida como representação e pela representação de seus privilégios, espelha-se na pessoa mística do rei, cabeça do corpo político e ponto fixo, que reconhece sua representação de “melhor” por meio, justamente, dos privilégios que a fundam e fundamentam. Como a superioridade social do tipo é confirmada pelos signos ostensivos da sua submissão política e simbólica, seu ser social identifica-se à imagem da opinião feita sobre a sua representação, confirmando-se em sua posição com ela, se ela for adequada à posição nas várias circunstâncias da vida (HANSEN, 2006, p. 49).

No Antigo Regime, a concepção de representação foi basilar e consistia em, de um lado, fazer “ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado” e, de outro, a “exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou alguém” (CHARTIER, 1990, p. 17). Ser um acadêmico, portanto, era uma maneira de fazer-se distinguir, ter uma posição de destaque perante os demais. Frequentar a corte do rei ou comparecer à sua presença era considerado “algo extraordinariamente importante na escala de valores sociais” (ELIAS, 2001, p. 94).

O Corpo Místico, se projetado na hierarquia da ABE, pode ser representado pela figura do Vice-Rei Vasco Fernandes César de Menezes como a cabeça, o mentor; o Secretário José da Cunha Cardoso e os outros demais fundadores como a garganta, através da qual conduzia (e vigiava) os acadêmicos, representados como

intérpretes da vontade do Vice-Rei. Cabe a cada um exercer o seu papel, como um grande teatro, configurando-se numa tópica e, portanto, uma prescrição, consoante apresenta Villalta:

Na verdade, a ideia de *theatrum mundi*, segundo a qual o mundo real é um palco onde cada um exerce o seu papel, sob os olhos de Deus e onde o artifício predomina, constitui uma tópica. Suas origens encontram-se na Antiguidade. Ela pode ser vista em textos de Platão e Petronio, por exemplo. Platão, nas Leis, tomava a vida humana como um espetáculo de fantoches encenado pelos deuses. Nos tempos cristãos, passou-se a imaginar que o espectador era apenas um: Deus, que via dos céus, angustiado, o pavonear-se de seus homens na terra. No século XVII, esta tópica fez-se presente na peça *As you like it*, de William Shakespeare, expressão do Renascimento, por exemplo, ao mesmo tempo em que, no mundo católico da Contrarreforma, letrados, dentre eles teóricos jesuítas, defendiam a dissimulação como “meio de ação político-civil válido e necessário”. No século XVIII, esta tópica era um chavão e ganhou uma nova roupagem, envolvendo a ideia de um público constituído pelos homens, espectadores uns dos outros, desejosos de usufruir, um tanto cinicamente, “a representação e as falsas aparências da vida diária” (2011, p. 177-178).

A tópica da representação possibilita a compreensão das práticas sociais e ratifica que existiam relações estreitas entre a religião, a política, a racionalidade cortês e a retórica enquanto a ABE existiu. Ora, se os acadêmicos deveriam agir de forma dissimulada, válida e necessária, tem-se uma norma de conduta que garantiria uma aproximação da figura do Vice-Rei e, por extensão, da Coroa – centro do poder.

A fim de que pudessem se distinguir e demarcar a sua posição em relação aos demais, os letrados precisavam, além de possuir virtudes, respeitar a hierarquia, ter conduta adequada e assegurar que a sua existência fosse notada, fundamental para a honra. A racionalidade cortês seria responsável por isto:

A sociedade de Corte regia-se por uma “racionalidade cortês”, cuja característica principal era uma “planificação calculada do comportamento individual com vista a assegurar, na competição e sob pressão permanente, ganho de status e de prestígio mediante um comportamento adequado. Os indivíduos eram, assim, arrastados para uma competição feroz pela conquista de status e prestígio e, por isto mesmo, pautavam-se por uma irresistível mania de ‘dar nas vistas’”, preocupando-se enormemente com as “aparências”, observando “a adequação perfeita das atitudes, dos

gestos judiciosamente calculados, das frases com vários sentidos” (VILLALTA, 2011, p. 180).

Segundo Chartier (apud ROCHA, 2011, p. 27), as “representações não são simples imagens, verídicas ou enganosas, do mundo social. Elas têm uma energia própria que persuade seus leitores ou seus espectadores que o real corresponde efetivamente ao que elas dizem ou mostram”. A representação do homem, que consistia em ter virtudes, ser consciente de seu papel no Corpo Místico, respeitando a hierarquia e estando a serviço tanto da Coroa quanto da Igreja, tinha as suas ações pautadas pela virtude da prudência.

Elias considera que o homem deve ter atenção às atitudes e consciência em utilizar as referências, o que pode ser traduzido como prudência:

Os cortesãos desenvolvem, no âmbito de determinada tradição, uma sensibilidade extraordinariamente refinada para as posturas, a fala e o comportamento que convêm ou não a um indivíduo segundo sua posição e seu valor na sociedade. Dedicam-se uma atenção extrema a cada manifestação da vida de uma pessoa, portanto também à sua casa, para verificar se está respeitando sua posição dentro dos limites tradicionais impostos pela hierarquia social. Essa atenção, assim como a consciência com que se observa tudo aquilo que um homem possui como referência ao seu valor social e ao seu prestígio, corresponde perfeitamente ao aparato de dominação absolutista da corte e à estrutura hierárquica de uma sociedade centralizada em torno do rei da corte (2001, p. 77).

A vida na corte “obriga a um controle das emoções em favor de uma atitude precisamente calculada, com variações sutis no convívio entre as pessoas”. Esse controle, somado à serenidade, calma e prudência e o ar solene eram traços que determinavam o caráter ideal do homem de corte. “A racionalidade de corte se constitui a partir das coerções da interdependência social das elites; ela serve para tornar calculável, em primeiro lugar, as pessoas e as chances de prestígio como instrumento de poder” (ELIAS, 2001, p. 127).

“Como arte da ponderação judiciosa e discreta, a prudência isola e classifica, baseada indutivamente em casos, aquilo que é criticável e indesejável” (HANSEN, 2004, p. 220). Todos esses elementos resultam em um parâmetro considerado ideal, já que unifica e fundamenta as funções de cada um na sociedade

– e na ABE – e determina as ordens: eis a concentração do poder e manutenção da hierarquia.

### 3. 2 A Censura Formal

Além de ter o perfil social, os acadêmicos deveriam possuir um conhecimento técnico, que consistia no domínio – e aplicação – de preceitos da retórica aristotélica. Ser detentor das leis da retórica fazia parte da representação do letrado naquela sociedade, naquele momento, configurando-se este modo de ser num elemento de distinção. Seguir tais regras era uma maneira de julgar a qualidade da produção letrada e, por conseguinte, determinava se o acadêmico teria o aval da autoridade (no caso, do Secretário José da Cunha Cardoso) para a sua existência – e publicação.

Ora, se grande parte dos acadêmicos pertencia ao clero, naturalmente, a formação dos mesmos pela *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu* (Plano e Organização de Estudos da Companhia de Jesus) certamente influenciou na construção dos textos. Conforme Grigera (2008, p. 55-56), as disciplinas que compunham os *studia humanitatis* dos jesuítas continham cinco graus: “retórica, humanidades e três de gramática”. Na educação humanística, a retórica tinha um papel fundamental, visto que havia a necessidade do conhecimento técnico para escrever. Os preceitos retóricos eram aplicados com rigor em toda a concepção da obra, “desde a *inventio* até a *elocutio*, levando em conta os princípios do decoro” (GRIGERA, 2008, p. 71). A educação retórica, somada ao ensino da lógica e da dialética, tornava o discípulo apto a influenciar os ouvintes e, inclusive, tornar a causa fraca em forte.

Richard Kagan (apud GRIGERA) descreve como era o sistema de ensino da Companhia de Jesus:

[...] o que distinguia o ensino dos jesuítas era seu internato, programa administrado para poucos estudantes ricos que ficavam alojados no colégio. Estes alunos [...] viviam segundo uma rotina estritamente pedagógica, que durava vinte e quatro horas por dia, durante quase onze meses por ano [...]. O latim era a única língua em que se permitia falar; liam-se somente os autores clássicos (em versão original) [...]. Para assegurar, ainda mais, este ambiente

pedagógico, as férias eram curtas e as visitas dos pais, restritas. (2008, p. 59).

De acordo com o levantamento realizado no primeiro capítulo, as orações seguem as regras estabelecidas por Aristóteles tanto na matéria quanto no gênero, principalmente aquelas relacionadas aos temas laudatórios (cf. 2.3.1.1 e 2.3.1.2). Já os poemas, apresentam regras que dizem respeito às leis da retórica, poética e agudeza (cf. 2.2.1) e que foram seguidos como critérios pelo Secretário José da Cunha Cardoso, segundo aponta o levantamento presente no segundo capítulo do trabalho.

Conforme Hansen já observou, “a agudeza define a civilidade ou o estilo do próprio cortesão” (2000, p. 319) e “deve ser entendida como categoria histórica, ou seja, como um modo de pensar e uma forma poética específicos do Antigo Regime” (2000, p. 322); “era um dispositivo político que conferia distinção” (2000, p. 323). Nota-se, portanto, que a agudeza tem uma forte influência nas produções letradas da ABE, sendo um ingrediente importante para a construção da representação social na época em questão, já que era ela quem definia a urbanidade.

Carvalho afirma que a agudeza, fundamentada na retórica, processa-se a partir de alguns preceitos, dentre os quais a verossimilhança é substancial. “Balizada pelo juízo e engenho, a agudeza apresenta noções diversas de clareza e decoro consoante os gêneros de sua elocução” (2007, p. 168). A causa e / ou base para a agudeza era o engenho – nomeado por Aristóteles como erudição –, definido como “talento natural composto de perspicácia e versatilidade – rápido, visa ao aplauso da fantasia, o verossímil do discurso de ficção” (CARVALHO, 2007, p. 155). Embora o engenho seja algo natural, espontâneo do indivíduo, a sua expressão deve ser construída a partir de técnicas, de uma arte – retórica –, que deveria ser dominada e praticada: a agudeza.

Para Hansen, “a agudeza é definida como a metáfora resultante da faculdade intelectual do engenho, que a produz como “belo eficaz” ou efeito inesperado de maravilha que espanta, agrada e persuade” (2000, p. 317), podendo ser resultante do exercício retórico, como ocorria nas sessões da ABE. A agudeza consiste na utilização da metáfora engenhosa, seja na escrita, seja na fala, aproximando-se da verdade, do verossímil, que se configura como resultado da imitação (emulação), considerada, naquele momento, o principal mecanismo para a

elaboração dos textos. O autor d'*A Sátira e o Engenho* considera ainda que “a metáfora é o próprio fundamento da agudeza e, de modo geral, de toda representação” (2000, p. 321). Tesouro dá-nos a definição da metáfora: “Grande Mãe de todo engenhoso Conceito: claríssimo lume da Oratória, & Elocução Poética: espírito vital das mortas Páginas: agradabilíssimo condimento da conversação Civil, último esforço do Intelecto: vestígio da Divindade no ânimo Humano (apud HANSEN, 2000, p. 321).

No século XVII, para imitar os melhores, antigos ou modernos, de cada gênero era necessária a aplicação do decoro, conceito indispensável para a época:

Emular poemas perfeitos é preceito antigo primordial de todo “engenho”. Na esfera da imitação por palavras, especificamente, e mantendo-se nesse aspecto particular próximos de Aristóteles e de retores latinos, os poetas [...] concebem a poesia como um hábito da razão ou do entendimento (CARVALHO, 2007, p. 102).

Emanuele Tesouro dá a sua definição de emulação em seu *Il Cannocchiale Aristotelico* (1670):

Chamo pois imitação uma sagacidade com a qual, quando para ti é proposta uma metáfora ou outra flor do humano engenho, consideras atentamente as suas raízes e, transplantando-a em diferentes categorias como em um solo cultivado e fecundo, propagas outras flores da mesma espécie, mas não os mesmos indivíduos (apud HANSEN, 2000, p. 325).

A intenção da emulação é a produção de um prazer igual ou maior do que a obra que ela imita e, para que este efeito seja produzido, é necessária a produção de agudezas maiores ainda. Para tanto, o letrado deve identificar qual é a qualidade maior da obra imitada para encontrar algo semelhante, mas que seja distinto, a fim de que haja a superação; nesse sentido, a capacidade de engenho revela a qualidade dessa agudeza e dessa emulação.

Este entendimento racional do modo de fazer poesia no âmbito da ABE não deixa dúvidas quanto à necessidade de se seguir uma técnica ou um modo de fazer próprio daquele momento, o que se traduz em um parâmetro de censura formal para a elaboração dos textos. Os acadêmicos deveriam adequar-se a esses preceitos de

acordo com as conveniências de elaboração dos textos e, nesse sentido, tanto as regras avaliadas pelo Secretário quanto as regras relacionadas à autocensura vinculavam-se às técnicas da poesia aguda.

Em sua *Retórica da Agudeza*, Hansen elenca – e comenta – 25 cautelas apresentadas por Matteo Peregrini no capítulo XII de seu tratado *Delle Acutezze, che altrimenti spiriti, vivezze e concetti volgarmente si appellano*, datada de 1639 (cf. ANEXO B). O que se nota é que, predominantemente, a verossimilhança, o juízo, e o decoro perpassam as orientações de Peregrini, traços que caracterizam a representação do homem letrado daquele momento. Nota-se, nesse sentido, que “a agudeza não é individual, mas social, no sentido forte de estilo de época, que põe em cena representações do todo social objetivo” (2004, p. 330).

Considerado “pai do decoro e regra de conveniência” (CARVALHO, 2007, p. 156), o juízo, dispositivo retórico, determina o que é adequado ou não e

[...] engloba a arte e até o engenho, caráter do artífice. Ele atua em todas as partes do discurso, da invenção à elocução, compondo e por vezes reformando a própria natureza. Sua ação é amplificadora. O juízo integra-se à agudeza, pois distingue o decoro, na extração do universal dos singulares, na composição da verossimilhança mais prazerosa, mais possível e mais sábia do que a verdade (CARVALHO, 2007, p. 156).

Compreendido como um princípio retórico para determinar um estilo ou uma forma adequada ao assunto tratado, o decoro, “como regra geral da verossimilhança, varia segundo o gênero do poema, nesse sentido, é também segundo o gênero que são definidas as clarezas dos estilos dos discursos” (CARVALHO, 2007, p.153). O decoro de um poema é estabelecido “pelo conjunto dos versos, imagens, conceitos, metáforas que o compõem. A ordem interna das partes com o todo – matéria, fim, público, autor e ocasião de enunciação – é a conveniência” (CARVALHO, 2007, p. 151). Assim, o juízo, somado à agudeza, promove a distinção do decoro na elaboração do verossímil mais prazeroso.

Em seu estudo sobre Gregório de Matos, n’*A Sátira e o Engenho*, João Adolfo Hansen afirma que “retoricamente, o decoro é especificador de gêneros que prescreve a adequação do estilo aos temas do discurso, bem como à recepção” (2004, p. 84). Tomando como exemplo o poema censurado pelo secretário José da Cunha Cardoso, no qual anotou à margem “Não he capás” (cf. 2.2.1.3.1), fica clara a

aplicação do decoro no julgamento do mérito formal do texto, visto que o acadêmico não atingiu aquilo que era esperado – ou adequado – para a construção do gênero soneto. Assim como Hansen, é notório que a censura “é indicativa da reorientação do decoro como moral”; o que possibilita as correções, os acréscimos e substituições realizados pelo próprio secretário ou pelos acadêmicos a fim de adequá-lo e torná-lo publicável.

Sobre a recepção dos textos (que mereceria um tratamento mais aprofundado em um futuro trabalho), Marcello Moreira discorre que era responsabilidade do público “reconhecer que as matérias tratadas pelo letrado eram inventadas imitando conceitos já achados e efetuados no discurso mental das autoridades de cada gênero” (2011, p. 39), a fim de que pudessem avaliar se o que era escrito adequava-se de forma eficiente, decorosa e verossímil ao que era emulado.

Observa-se que o próprio público deveria ter um perfil bastante semelhante ao do acadêmico, a fim de reconhecer as práticas e princípios retóricos utilizados nos textos tanto em prosa quanto em verso. Através do engenho, distinguia-se aquele que era capaz de elaborar e compreender as agudezas; só era capaz de inventar agudezas quem era agudo (HANSEN, 2000, p. 329).

Censura, portanto, neste universo, tinha uma significação toda especial e bastante diversa do que hoje se conhece. Era policiamento, entretanto, bem-quisto pelos integrantes do meio letrado, dada a sua eficácia na produção de uma inserção no meio cortesão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo pretendeu evidenciar, a partir dos próprios textos produzidos no cotidiano da ABE, apresentados no segundo capítulo desta pesquisa, que havia parâmetros de escrita e de conduta que determinavam a inserção e a pertença do letrado no âmbito da academia, e que tais orientações, por se tratarem de interdições e / ou imposições, assinalam a existência de censura. O objeto da pesquisa foi a contextualização da ABE e o tipo de coerção que a orientou.

O próprio contexto histórico, apresentado no primeiro capítulo do trabalho, demonstra a censura vinculada à Contrarreforma e que procurava impedir condutas que não estivessem de acordo com os parâmetros da política católica exercida pela Coroa Portuguesa. Entretanto, a Tríplice Censura não foi o único mecanismo utilizado para cercear ideias e comportamentos inadequados.

Em razão de a ABE ser uma instituição oficial, a serviço da Coroa Portuguesa, era pressuposto que todos os letrados estivessem de acordo com o perfil instituído pelas normas de comportamento determinadas pela racionalidade cortês: ser católico, servir ao bem-comum, ter a consciência da hierarquia, ter virtudes e princípios orientados pela prudência. *Eis a censura ideológica.*

Todavia, não bastava ter apenas um comportamento adequado. Era condição *sine qua non* ter o conhecimento retórico, a fim de que os letrados pudessem participar do corpo acadêmico e elaborar seus textos utilizando-se de técnicas ligadas à *Arte Retórica* Aristotélica. Era essencial saber usá-las convenientemente: ter engenho, erudição, dominar a arte da agudeza, a emulação, regulados pelo decoro. Eram dispositivos de controle – ou monopólio – do discurso coletivo, não individual. *Eis a censura formal:* os textos só eram admitidos desde que se adequassem aos preceitos retóricos.

Todas essas exigências apontadas pelos dois tipos de censuras, no terceiro capítulo do trabalho, – e que contemplam os aspectos comportamentais, ideológicos e formais –, determinaram a representação do homem letrado da ABE e, por extensão, das atividades letradas produzidas naquele momento do século XVIII. Foram critérios unificadores para selecionar o homem que deveria constituir a “boa sociedade” e que, portanto, teria prestígio.

O próprio local onde as sessões ocorriam revela esse prestígio: o palácio do Vice-Rei Vasco Fernandes César de Meneses. Mais uma vez, constata-se que, para uma autoafirmação social, os letrados deveriam se submeter a obrigações e a coerções rigorosas a fim de manter sua posição de prestígio. Por essa razão, era preciso servir à Corte portuguesa: a academia prestava serviços à Coroa, tratando de temas e formas relacionados aos interesses político-religiosos, com letrados regidos pela prudência e habilitados para uma escrita decorosa; em troca, recebiam o *status* por fazer parte dessa hierarquia. Eram marcas que os distinguiam dos demais.

Fica claro, então, que as regras para agir e escrever foram instrumentos de dominação, mecanismos que manifestavam as proibições que o próprio poder operava sobre os homens. O exercício do poder, as exigências sociais e as configurações da personalidade que o contexto histórico prescrevia comprovam o quanto a censura estava presente naquele momento.

Sendo assim, não se pode ignorar os aspectos acima apresentados ao se analisar um texto da ABE ou contemporâneo a ela. Todas as idiossincrasias das produções letradas investigadas ao longo do trabalho só são justificáveis através dessa pesquisa sócio-histórica, que assegura compreensão do perfil do homem letrado e a apreensão dos mecanismos retóricos das produções escritas, frutos de um conjunto de especificidades, cujo objetivo maior era censurar para manter a hierarquia e o poder.

## REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Arte Retórica e Arte Poética**. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. 17 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

CALMON, Pedro. **História da Literatura Bahiana**. São Paulo: José Olympio, 2.ed. 1949.

CAMÕES, Luís de. **Os Lusíadas**. 4 ed. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros. Instituto Camões, 2000.

CASTELLO, José Aderaldo. **Manifestações literárias da Era Colonial (1500-1808-1836)**. São Paulo: Cultrix, 1969.

\_\_\_\_\_. **O movimento academicista no Brasil**. 1647-1820/22. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, Esportes e Turismo, 1969-71. 3 v. 14 t.

CARVALHO, Maria do Socorro Fernandes de. Artífício de Agudeza: Estudo de Glosa de Dom Francisco Manuel de Melo. In: **Revista Graphos**. v. 8, n.1, Jan./Jul., 2006, p. 71-74.

\_\_\_\_\_. **Poesia de Agudeza em Portugal**. São Paulo: Humanitas Editorial; Edusp; Fapesp. 2007.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CURTIUS, Ernst. **Literatura Europeia e Idade Média Latina**. Trad. CABRAL, Teodoro; RÓNAI, Paulo. São Paulo: Edusp Hucitec, 1996.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte**: Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Trad. Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

ESTATUTOS da Academia Brazilica dos Renascidos estabelecida na cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, Capital de Toda a America Portuguesa da qual há de escrever a historia universal. In: **Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro. IHBG, [ ].

GRACIÁN, Baltasar. **A Arte da Prudência**. Trad. Pietro Nasseti. 3 ed. São Paulo: Martin Claret, 2012.

GRIGERA, Luisa López. **Anotações de Quevedo à Retórica de Aristóteles**. Trad. Cássio Borges. São Paulo: Editora da Unicamp, 2008.

HANSEN, João Adolfo. Retórica da Agudeza. In: **Letras Clássicas**: Revista de Estudos Clássicos do Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas da Universidade de São Paulo. Ano 4. n. 4, p. 317-342, 2000. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/letrasclassicas/issue/view/5708/showToc>>. Acesso em jan.2016.

\_\_\_\_\_. **A Sátira e o Engenho**: Gregório de Matos e a Bahia do Século XVII. 2 ed. São Paulo: Ateliê Editorial; Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

\_\_\_\_\_. Barroco, Neobarroco e outras ruínas. **Revista Eletrônica de Estudos Literários**, Vitória, a. 2, n. 2, 2006, p. 1-60.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 9 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

KANTOR, Íris. **Esquecidos e Renascidos. Historiografia acadêmica luso-americana**. São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos da UFBA, 2004.

LAMEGO, Alberto. **A Academia Brazilica dos Renascidos**. Paris: E`Edition d`art gáudio, 1923.

LIMA, Yêdda. Dias. **A Academia Brasílica dos Acadêmicos Renascidos. Fontes e Textos**. São Paulo, 1980. 316 p. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MORAES, Carlos Eduardo Mendes. **A poesia de José da Cunha Cardoso na Academia Brasílica dos Esquecidos** (Dissertação de Mestrado). São José do Rio Preto, 1992, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista.

\_\_\_\_\_. **A Academia Brasílica dos Esquecidos e as Práticas de Escrita no Brasil Colonial**. São Paulo, 1999. 312 p. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_ et al. Formalidade, Representação e Linguagem nas Academias Brasílicas. In: **Revista Philologus**, Rio de Janeiro: CiFEFiL, ano 16, n.48, p. 51-62, set./dez. 2010.

MOREIRA, Marcello. **Critica textualis in Caelum Revocata?** Uma proposta de edição e estudo da tradição de Gregório de Matos e Guerra. São Paulo: Edusp, 2011.

NOVINSKY, Anita. Os regimes totalitários e a censura. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). **Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2002.

OLIVEIRA, Isabel Maria Henriques Ferreira da Mota Mónica de. **A Academia Real da História: A história e os historiadores na primeira metade do século XVIII**. Tese de Doutorado. Coimbra, Portugal, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2001.

ROCHA, João Cezar de Castro (org.). **A força das representações: história e ficção**. Santa Catarina: Argos. 2011.

RODRIGUES, Graça Almeida. **Breve história da censura literária em Portugal**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TEIXEIRA, Ivan. **Mecenato Pombalino e Poesia Neoclássica**. São Paulo: Edusp, 1999.

VILLALTA, Luiz Carlos. A sociedade como um teatro: da Ficção à História, na França, no ocaso do Antigo Regime. In: **Floema**. Ano VII, n. 9, p. 159-192, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/floema/article/view/788>>. Acesso em: jul. 2016

\_\_\_\_\_. **Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: Usos do Livro na América Portuguesa**. São Paulo, 1999. 442p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

## **ANEXOS**

## **ANEXO A - Ata ou Notícia de Fundação da Academia Brasília dos Esquecidos**

O Excelentíssimo Senhor Vasco Fernandes César Meneses incomparável Vice-Rei do Brasil, que no seu ínclito nome traz vinculada com a profissão de ilustrar as armas, a propensão a honrar as letras, para dar a conhecer os talentos que nesta província florescem, e, por falta de exercício literário estavam como desconhecidos, determinou instituir uma Academia; a cujo fim fez chamar por cartas circulares as pessoas seguintes, o Reverendo Padre Gonçalo Soares da Franca, O desembargador Caetano de Brito e Figueiredo, o chanceler deste Estado o Desembargador Luís de Siqueira da Gama, Ouvidor Geral do Cível, o Doutor Inácio Barbosa Machado, Juiz de Fora desta cidade, o Coronel Sebastião da Rocha Pitta, o capitão João de Brito e Lima e José da Cunha Cardoso; aos quais na tarde de 7 de março de 1.724 comunicou a vontade, com que se achava de erigir e estabelecer a Academia, cuja resolução abraçaram uniformes os sete convocados como a filha de tão excelente e generoso espírito, e com seu beneplácito escolheram por empresa o Sol com estas Letras ***sol oriens in occiduo***, assentando entre si com louvável modéstia intitular-se os **Esquecidos**.

Tomaram por matéria principal de seus estudos a História Brasília dividida em quatro partes, a natural que corre por conta do já nomeado chanceler, a militar que se encarregou o Douto Juiz de Fora, a eclesiástica cujo emprego se deu ao Reverendo Gonçalo Soares da Franca, e a política cuja incumbência caiu em sorte ao Ouvidor Geral do Cível.

Dos sete Acadêmicos principais, o primeiro se denominou com o título de Obsequioso, o Chanceler tomou o cognome de Nubiloso, o Ouvidor do Cível de Ocupado, o Juiz de Fora de Laborioso, o Coronel de Vago, O capitão de Infeliz e o último Venturoso. A esse nomeou o Excelentíssimo Senhor Vice-Rei e Protetor da Academia por Secretário, para orar na primeira conferência que se determinou fosse na tarde de 23 de abril, dia 8 depois da Páscoa do ano já referido.

Assentou-se que as expedições acadêmicas se fizessem em palácio, reiterando-se de 15 em 15 dias, e alterando-se os quatro mestres de dois em dois em recíproca sucessão; dando-se princípio a cada um daqueles atos com uma oração ou discurso que terá o Presidente nomeado pelo seu antecessor com beneplácito do Excelentíssimo Senhor, e fundador da Academia; ficando a cada um

dos Presidentes a eleição livre da matéria, ação, questão ou problema sobre que quisessem discorrer.

Ficou por estatuto que em obséquio dos engenhos poéticos se dariam para todas as conferências dois argumentos ou assuntos, um heroico, outro lírico; e as poesias a eles feitas lerá o secretário o douto José da Cunha Cardoso (depois de recitadas as prosas do Presidente, e Mestres) admitindo-se também poemas anônimos.

Não pareceu bem se dessem especiais assuntos poéticos para a conferência do primeiro dia, porque toda ela se reputou por breve para os merecidos encômios para o nosso augustíssimo Protetor, e da sempre heroica, e felicíssima criação da nova Academia; em cujo nome se ordenou ao Secretário chamasse e convidasse a muitos, particularmente a pessoas de distinção; o que ele observou por cartas escrevendo também um papel, que os curiosos podiam tomar como cartel de desafio para certames literários (CASTELLO, 1969-1971, t. I, p. 3-4).

## **ANEXO B – 25 CAUTELAS PARA O USO DAS AGUDEZAS**

1. *Devem ser evitados todos os gêneros de agudezas viciosas.* No caso, Peregrini leva em conta o decoro interno e externo na qualificação de “vício”. O vício é uma inépcia que fere a verossimilhança.
2. *Deve-se evitar o excesso: “guardarsi dalla copia”.* O preceito vale principalmente nos gêneros baixos. No caso, Peregrini cita Cícero: *A rareza dos ditos agudos distingue o orador do bufão.*
3. *Deve-se evitar a afetação: “l’acutezze hanno de esser lungi da ogni colore d’affettazione”.* A agudeza decorre da rapidez do engenho; na afetação, evidencia-se o estudo ou a premeditação do dito agudo, que fica “frio” e perde a graça. Obviamente, em gêneros baixos, a afetação está prevista como ironia e sarcasmo – por exemplo, na composição de tipos vulgares, como o palhaço sem tato, que nunca para de produzir ditos agudos e maledicentes.
4. *Deve-se manter o decoro.* Esta prescrição é nuclear e Peregrini cita Quintiliano com ela: *“quem e sobre o quê e de quem e contra quem e o quê diga”.* É também o caso do sermão sacro que, segundo Vieira, no sermão da *Sexagésima*, de 1655, é transformado em cena de Plauto ou Terêncio quando as agudezas são dissociadas da teologia: *“Pregam palavras de Deus, mas não pregam a palavra de Deus”*, diz Vieira dos sermões de seus inimigos, os dominicanos do Santo Ofício da Inquisição.
5. *Deve-se evitar a agudeza nos lugares-comuns afetuosos.* No caso, Peregrini refere-se às agudezas que evidenciam a preocupação de ser engenhosas ou que têm sabor de zombaria. O uso de agudezas com esse sentido é uma tópica corrente no século XVII na constituição de tipos infames, que preferem perder amizades a perder a oportunidade de mais uma vez demonstrar sua baixezas com ditos agudos que ferem. É o modo como o Licenciado Rabelo compõe a personagem Gregório de Matos como um tipo infame, em seu *“Vida do Excelente Poeta Lírico, o Doutor Gregório de Matos Guerra”*. Por exemplo, na anedota em que o poeta, conversando com um senhor de engenho pernambucano, vê um boi com um só chifre. O animal pertence ao fazendeiro e Gregório diz que seu destino será o de sempre ser acusado de satírico, porque assim será interpretado se, naquele momento, disser que o animal é *“boi de um corno só”*. Segundo Peregrini, a brincadeira nos lugares-comuns de afeto não só torna seu autor ridículo e indecoroso, como também impede a comoção e estraga totalmente o efeito pretendido pela arte. Contudo, como ironia,

a agudeza produzida é muito eficaz, por exemplo, em declarações de amor jocosas ou em sátiras em que se finge a amizade para melhor agredir.

**6.** *Deve-se usar a agudeza para fim relevante.* Cícero distingue o bufão do engenho desdenhoso pela frequência do uso das agudezas.

**7.** *Idem.* Pessoas prudentes e graves usam pouco as agudezas jocosas e somente na conversação, quando respondem. Segundo Peregrini, produzi-las o tempo todo é índice de “engenho ventoso”.

**8.** *Deve-se evitar a agudeza em composição grave.* “Grave”, no caso, aplica-se à especificação da matéria do discurso. Por exemplo, na oratória deliberativa e na judicial, gêneros geralmente sérios, a agudeza não é tão própria quanto no gênero demonstrativo, que é grave, como louvor, e não-grave, como vituperação.

**9.** No gênero demonstrativo ou sofisticado, de assunto ameno e ligeiro, *ad ostentationem compositum*, e que só demanda a *audientium voluptatem*, impõe-se a agudeza jocosa. O que também acontece na sátira – por exemplo, em Quevedo, Caviedes, Lord Rochester e na poesia atribuída a Gregório de Matos.

**10.** Evita-se a agudeza no gênero doutrinário puro (ou didático), porque o mestre sustenta uma *persona grave*, alheia a brincadeiras; contudo, admite-se a agudeza séria.

**11.** Evita-se a agudeza no discurso narrativo, ou histórico, porque prejudica o *provável*, logo, o verossímil. Se Plutarco escrevesse a vida de Alexandre com agudezas jocosas, o argumento heróico seria ridículo. Na obra histórica, é vetada a agudeza como obra do narrador, mas não a agudeza das próprias coisas narradas, devendo-se estabelecer diferença entre o objeto e a qualidade da sua eloquência. Na narrativa fantástica, contudo, admite-se, quase que por definição.

**12.** Admite-se a agudeza como exercício, como as composições feitas por jovens para adquirir destreza técnica.

**13.** A comédia, segundo a qualidade das personagens, admite todos os gêneros de agudezas, principalmente as jocosas e as pungentes.

**14.** Agudezas sérias são próprias de composições sérias e são convenientes para ensinar e comover.

**15.** As agudezas jocosas convêm moderadamente na conversação; do contrário, tem-se a *bufoneria*.

**16.** As agudezas pungentes usam-se em todos os lugares em que se acuse, repreenda ou coisa do gênero. Lembro o poema atribuído a Gregório de Matos que,

atacando Antônio Sousa de Meneses, governador da Bahia entre 1682-1684, explicita o uso da variante cômica *maledicentia*: “É já velho em Poetas elegantes/ O cair em torpezas semelhantes”. O gênero demonstrativo não só admite tais torpezas agudas, mas as exige: no caso, Peregrini dá como exemplo o *Apocolocyntosis*, de Sêneca.

**17.** As agudezas puras, ou graciosas, não têm lugar em tema que não seja por natureza apto para jogos e brincadeiras. Aliás, é inépcia não usá-las quando o tema é lúdico.

**18.** É mais tolerável a abundância de agudezas pungentes que o excesso de puros jogos, pois estes fazem do homem que os enuncia um tipo de engenho vão.

**19.** Os motes e os ditos agudos ridículos devem ser usados com muita circunspeção não só quando escritos, mas em toda ocasião. Agudezas lascivas ou obscenas são próprias para pessoas vis.

**20.** Composições breves, como epigramas, sonetos e madrigais, exigem agudeza proporcionada ao seu tema, grave se o tema é grave; jocosa, se jocoso; irônica, se irônico; e ridícula ou maledicente, se o tema é baixo. O que é longo tem lugar para outros ornamentos e a falta da agudeza pode ser suplementada por eles. Por isso, nos discursos breves, a agudeza se impõe porque, se não ocorre, o discurso parece ter sido feito só para dizer a coisa, não para evidenciar o engenho.

**21.** Quando o principal fim é mover com o riso, as agudezas frias ou viciosas podem ser usadas, mas deve ser claramente evidente que se destinam ao riso.

**22.** O peso do afeto pode justificar o vício da figura que porventura esteja na agudeza. No caso, Peregrini discute a paronomásia, ou trocadilho, dando como exemplo um de Cícero contra Verres: “Deverias ter exigido um navio que navegasse contra os *predadores*, não com a *presa*”.

**23.** As partículas “temperadas” podem justificar ou purgar o vício no uso e na substância das agudezas: “quase”; “como”; “talvez”; “diria que”; “seja-me permitido”; “parece”; “por assim dizer” etc. Como um remédio para o excesso, as partículas indicam o posicionamento da enunciação quanto ao tema e à circunstância do uso do discurso, revelando o conhecimento do defeito por parte da *persona*.

**24.** Nas composições longas, é escusável algum tipo de agudeza viciosa. Lição de Horácio, que afirma que nas composições longas é permitido insinuar o sono.

**25.** Nos recitativos, principalmente os feitos por jovens, tolera-se alguma licença na qualidade e na quantidade dos ditos agudos. O defeito do juízo, se a agudeza é

viciosa, é facilmente perdoado, pois alega-se (sic) a idade juvenil, naturalmente imprudente, segundo Peregrini e outros preceptistas.